

TATIANE APARECIDA DREGER DE SOUZA FERNANDES

**"UM DIA A GENTE COME, NO OUTRO NÃO": AS CONDIÇÕES SOCIAIS DO
TRABALHO EMBARCADO NO PANTANAL SUL MATO-GROSSENSE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

CAMPO GRANDE – MS

2024

TATIANE APARECIDA DREGER DE SOUZA FERNANDES

**“UM DIA A GENTE COME, NO OUTRO NÃO”: AS CONDIÇÕES SOCIAIS DO
TRABALHO EMBARCADO NO PANTANAL SUL MATO-GROSSENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Ricardo Luiz Cruz

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Poder

Área de Concentração: Antropologia Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CAMPO GRANDE – MS

2024

Nome: Tatiane Aparecida Dreger De Souza Fernandes

Título: Mestre

E-mail: fernandes.dreger@gmail.com

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Pr. Dr. Ricardo Luiz Cruz

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Examinador(a): Pr. Dr. Flavia Freire Dalmaso

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Examinador(a): Pr. Dr. Thiago Araujo Santos

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico aquele que me deu a oportunidade de ser chamada de filha, me deu um nome, um sonho e achou graça em mim. A estrela da manhã, ao meu pai, Jesus.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos de uma dissertação é, com toda certeza, uma das sensações mais incríveis que já pude viver. Foram quase dois anos intensos, nos quais pude agregar valores e conhecimentos necessários à minha carreira acadêmica. Um sonho que surgiu em meu coração aos 13 anos de idade. Mesmo sem entender, naquela época, o que era exatamente a carreira acadêmica, recordo-me de que a Tati do passado, que cresceu em uma ocupação de Campo Grande – MS, mal tinha duas refeições diárias e precisava procurar fios de telefone para ajudar a mãe a instalar energia em casa. Jamais poderia acreditar no tamanho da grandeza do que Deus estava gerando em seu coração.

Por isso, meu maior agradecimento está em Deus. Ao meu pai, que possibilitou que minha jornada fosse bem-sucedida, ao chamado que Ele me entregou e à capacidade que Ele gerou em mim. Pontuo que não houve meritocracia em minha vida; na verdade, Deus me deu o privilégio de ter caminhos abertos, conexões e força para seguir mesmo diante das adversidades que uma garota de periferia poderia encontrar no caminho, a exemplo de uma gravidez na adolescência.

Sobre isso, dirijo minha gratidão aos meus filhos e esposo: Gabi, Felipe, Laura e Dimí. Sempre me dando forças, possibilitando o meu caminhar e sonhando comigo os meus sonhos. Nada faria sentido sem vocês aqui ao meu lado, nas horas do silêncio, nas tarefas de casa, nos abraços e no afeto. Todo o meu amor a vocês! Também manifesto meus agradecimentos à minha mãe, Maria de Lourdes, que, dentro do contexto dela, pôde plantar em mim o amor pela leitura e a vontade de escrever. Minha mãe cresceu em Cáceres – MT, no Pantanal Norte, e fazer esta dissertação foi também falar dela, dos seus encontros com o rio Paraguai, do barco, do pescado. Reencontrei minhas raízes, e a sensibilidade ao escrever esta pesquisa veio exatamente de minha mãe e de suas histórias no Pantanal.

Direciono também meu profundo afeto aos companheiros de jornada, aos amigos: Matheus, Jhonathan, Noah, Jade, Irís, Léo, Gabi, Cledi e Jane. Os amigos e a família têm o papel de deixar tudo mais leve na vida acadêmica, e estes foram essenciais. Choramos juntos e rimos juntos, o que os faz únicos. E ainda sobre a rede de apoio, manifesto meus mais profundos agradecimentos aos meus líderes: Apóstolo Palácio, Bispa Cláudia, Bispa Luciana, Profeta Tatiane e Pastor Vinícius. No secreto, pagam um preço por minha vida, orando, intercedendo, apoiando-me nas tomadas de decisões e principalmente lembrando-me de quem eu sou. Que Deus possa retribuir a vocês o preço pago por minha vida!

Agora direciono meus agradecimentos ao PPGAS/UFMS, a este programa que abriu suas portas a esta geógrafa cheia de questões para responder. Aos professores que possibilitaram minha formação enquanto mestre: Flávia, Asher, Oclécio e Francesco. Foram aulas incríveis, através de vocês a Antropologia causou muitas angústias nesse meu caminhar. Obrigada por cada aprendizado e risadas! Foi muito bom estarmos juntos. Também menciono as secretárias: Aline e Miriam, pela atenção e paciência!

Cito ainda a coordenação do curso, Hilário e Priscila, pela também paciência (e está em dobro, rs) e dedicação para que o PPGAS cresça e se fortaleça. Em especial ao professor Hilário, por ter se disponibilizado a me lembrar constantemente que desistir não era uma opção, ter me forjado a voltar a minha posição e lembrar-me de que meu sonho estava vivo e latente. As atitudes contam mais que palavras, e se hoje estou saindo do PPGAS direto para um doutorado é em boa parte devido o professor Hilário ter colocado em prática sua diplomacia, atenção e cuidado, fundamentais em minha trajetória aqui no PPGAS.

Agradeço ainda à banca presente nesta defesa. A professora Flávia e o Professor Thiago, por terem aceitado este desafio, terem se disponibilizado com tempo, sugestões e interesse por esta pesquisa. A professora Flávia, em especial, deixo minha admiração pela mulher incrível que é; foi capaz de levantar muitas questões dentro de mim em suas aulas, muitas destas foram, inclusive, introduzidas aqui nesta pesquisa.

E, por fim, um dos mais importantes, ao meu orientador Ricardo Luiz Cruz. Muitas são as palavras para escrever, tentarei ser breve, e o que será dito não é novidade a ninguém. Retornando ao meu ingresso ao PPGAS, estar sob sua orientação era um dos meus primeiros planos, principalmente ao visualizar sua pesquisa com os agricultores do Peru. Contudo, tive medo; eu, sendo geógrafa, parecia ser mais viável estar em minha zona de conforto. Entrei no PPGAS, e tudo me puxava a pensar no trabalho precarizado. No segundo semestre de 2022, o conheci pessoalmente nas aulas de Teoria Antropológica II, e eu e mais alguns colegas choramos em sua aula. Meu choro, professor, refletia que, em suas palavras, tudo o que eu buscava enquanto pesquisadora fazia sentido ali.

Apreendi muito com o senhor; cada aula era um mergulhar de conhecimentos. Obrigada por sua humanidade, por seu acolhimento, pela sua paciência. Mas principalmente, por entender o que eu buscava dizer em meus escritos, por extrair de mim o comprometimento com meu campo. Isso veio do senhor. Irei reverberar seu exemplo por toda a minha carreira e espero ser ao menos 1% do que o senhor é dentro da sala de aula e na vida real. A pós-graduação precisa de mais pessoas como o senhor. Meus mais profundos agradecimentos, admiração e afeto!

*“As formas sociais não-geográficas tornam-se, um
dia ou outro, formas sociais geográficas.”*

Milton Santos

RESUMO

O trabalho dos embarcados no Pantanal Sul Mato-grossense é uma atividade que produz sociabilidades, pertencimento e afetividades, dando origem a um conjunto de significados dentro de uma dinâmica relacional e de poder. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar as condições sociais dos trabalhadores embarcados que residem no Pantanal Sul Mato-grossense, ou seja, como essa atividade é socialmente construída sob os prismas desses agentes e de outros atores ao se redor, notadamente das pessoas envolvidas no campo do turismo. Para tal, a etnografia foi o método principal desta pesquisa; realizando trabalho de campo; entrevistas; e conversas informais com estes trabalhadores, além de manter vínculo com os interlocutores por meio de aplicativo de mensagens. A análise evidencia como esta profissão está dentro de um conjunto de etapas das cadeias produtivas que atingiram as atividades laborais no Pantanal Sul. Outro aspecto é como a produção social e territorial do trabalho precarizado submete estes sujeitos a uma posição de invisibilidade e vulnerabilidade de suas vidas sociais, impactando suas esferas de direitos. Contudo, ao observar as dimensões simbólicas e subjetivas destes indivíduos, percebeu-se que esta profissão não é apenas uma forma de acúmulo do capital/mercado turístico utilizando-se do trabalho social não pago. Na realidade, esta profissão, para além do campo econômico, é uma forma dos trabalhadores embarcados serem reconhecidos por seus familiares, comunidade e, por eles mesmos - conferindo significado, legitimidade ou reconhecimento às suas trajetórias sociais, num contexto marcado pela naturalização das suas condições precárias de vida.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalhadores Embarcados. Precariedade. Pantanal Sul.

RESUMEN

El trabajo de los embarcados en el Pantanal de Mato Grosso del Sul es una actividad que genera sociabilidades, pertenencia y afectividades, dando lugar a un conjunto de significados dentro de una dinámica relacional y de poder. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es analizar las condiciones sociales de los trabajadores embarcados que residen en el Pantanal de Mato Grosso del Sul, es decir, cómo esta actividad está socialmente construida desde la perspectiva de estos agentes y de otros actores a su alrededor, especialmente de las personas involucradas en el campo del turismo. Para ello, la etnografía fue el método principal de esta investigación; realizando trabajo de campo; entrevistas; y manteniendo conversaciones informales con estos trabajadores, además de mantener contacto con los interlocutores a través de aplicaciones de mensajería. El análisis evidencia cómo esta profesión se encuentra dentro de un conjunto de etapas de las cadenas productivas que afectan las actividades laborales en el Pantanal del Sur. Otro aspecto es cómo la producción social y territorial del trabajo precarizado somete a estos sujetos a una posición de invisibilidad y vulnerabilidad en sus vidas sociales, impactando en sus esferas de derechos. Sin embargo, al observar las dimensiones simbólicas y subjetivas de estos individuos, se percibe que esta profesión no es simplemente una forma de acumular capital/mercado turístico utilizando el trabajo social no remunerado. De hecho, esta profesión, más allá del ámbito económico, es una forma en que los trabajadores embarcados son reconocidos por sus familias, comunidad y por ellos mismos, otorgando significado, legitimidad o reconocimiento a sus trayectorias sociales, en un contexto marcado por la naturalización de sus condiciones precarias de vida.

Palabras clave: Trabajo. Trabajadores Embarcados. Precariedad. Pantanal del Sur.

LISTA DE SIGLAS

BEP – Base de Estudos do Pantanal

BAP – Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPP – Estrada Parque Pantanal

EUA – Estados Unidos da América

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MEI – Microempreendedor Individual

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 1: Estabelecimento denominado de “Mercearia da Iguana” localizado na comunidade do Passo do Lontra

Imagem 2: Placa de uma das pousadas existentes no Passo do Lontra.

Imagem 3: Fotos dos fundos das palafitas na comunidade do Passo do Lontra.

Figura 1: Mapeamento da Dinâmica Circular da Estrada Parque Pantanal – EPP

Figura 2. Mapeamento da dinâmica circular da comunidade do Passo da Lontra.

Figura 3 – Localização da comunidade do Passo do Lontra dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O TURISMO CONTEMPLATIVO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO PANTANAL SUL	
1.1 <i>“Tava muita gente nessa, porque não tinha emprego”: o trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-grossense</i>	<i>31</i>
1.2 <i>A experiência Paradisiaca: o trabalho embarcado em meio ao espetáculo de romantização das paisagens pantaneiras.....</i>	<i>43</i>
1.2.1 <i>“Eu não me visto daquele jeito, eu sei me vestir”: a instrumentalização da cultura local no mercado turístico</i>	<i>50</i>
2 TRABALHADORES EMBARCADOS, VIDAS PRECÁRIAS E ESPAÇO DE PERTENCIMENTO	
2.1 <i>O cotidiano do trabalhador embarcado na comunidade do Passo do Lontra: retomando alguns detalhes etnográficos do campo de análise</i>	<i>59</i>
2.2 <i>A precarização do trabalho embarcado: o reconhecimento social frente a processos de vulnerabilidade</i>	<i>70</i>
2.2.1 <i>A liberdade pela informalidade do trabalho.....</i>	<i>74</i>
2.2.2 <i>Acesso à Saúde</i>	<i>78</i>
2.2.3 <i>Organização coletiva do Trabalhador Embarcado</i>	<i>84</i>
2.2.4 <i>Distinção e pretensão: Educação e o trabalho das embarcadas...88</i>	
2.3 <i>“o rio é a minha vida”: E se o rio secar como será a vida dos trabalhadores embarcados!?</i>	<i>94</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

INTRODUÇÃO

Localizado no Centro-Oeste brasileiro, nos estados de Mato Grosso Sul e Mato Grosso, o Pantanal é conhecido por ser a maior planície alagável do mundo. Inegavelmente, pelas exuberâncias de suas belezas naturais, o que atrai a atenção de turistas de diferentes lugares (Ribeiro, 2018). Este domínio morfoclimático¹ está situado nas fronteiras do Brasil, Bolívia e Paraguai. Os Guatós, seus primeiros habitantes, testemunharam a partir do século XVII o início da ocupação não-indígena, sendo estes: portugueses, espanhóis, paraguaios, bandeirantes, paulistas e bolivianos. Registros de padres da Companhia de Jesus indicam que colonos e religiosos começaram a se apossar das terras do Pantanal Sul Mato-grossense na década de 30 do século XVII, introduzindo os primeiros animais bovinos e equinos em território pantaneiro (Esselin, 2011). Com o passar do tempo, pecuaristas estabeleceram-se na região, tornando-se parte fundamental da construção da imagem pantaneira, como também, importantes referências do setor econômico do estado de Mato Grosso do sul (Esselin, 2011).

Até meados do século XX, a pecuária extensiva permanecia como a principal atividade econômica no Pantanal Sul Mato-grossense (também conhecido como Pantanal Sul). Após este período, houve um processo de inserção de uma nova cadeia produtiva, fator que possibilitou abrir espaço para o turismo. A esse respeito, o turismo passou a ser o elemento determinante para que pecuaristas ampliassem seus lucros (Ribeiro, 2018). O território pantaneiro, nesta nova conjuntura, foi reorganizado por meio de estratégias e de infraestruturas hoteleiras para atender as exigências deste setor que visava ser um grande atrativo no “turismo ecológico²”, que posteriormente passou a ser chamado de “turismo contemplativo e de pesca desportiva” (Almeida 2007).

Empresários deste setor optaram pela contratação de moradores da própria região, a ideia inicial apresentada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul era de fomentar a cultura local e trazer desenvolvimento econômico (Almeida, 2007). Todavia, é

¹Para Aziz Ab'Sáber (2003), o termo bioma é generalizador, pois induz à homogeneidade dos ecossistemas. Ao invés disso, ele considera o termo "domínio morfoclimático com predominância de determinado tipo de vegetação". Para este autor, a escala de observação é importante para identificar as exceções dos espaços naturais e paisagísticos. A variação pode ser influenciada por fatores como topografia, clima, solo, pelos distúrbios naturais e espécies de animais. A observação em diferentes escalas revela a diversidade e a beleza da paisagem natural.

² O turismo ecológico é visualizado dentro da Geografia Crítica como um turismo de massa, no sentido de ser superficial e produzir de forma massificada uma falsa consciência do uso sustentável da natureza (Alfredo, 2001).

necessário frisar que houve esforço em introduzir profissionais de fora da região pantaneira para atender a demanda do trabalho local, contudo, estes profissionais não se adaptaram às dinâmicas do Pantanal (que possui períodos climáticos entre cheias e secas). Justamente, “as pessoas que vivem no Pantanal, ao longo do tempo, vão adquirindo experiências ambientais que as habilitam interpretar os ciclos da natureza” (Ribeiro; Moretti, 2012, p. 46). Assim, novas funções de trabalho surgiram: de peão à guia e motorista, de dona de casa à camareira e piloteira (Ribeiro; Moretti, 2012).

Destaca-se que esta (re)organização espacial, em que o turismo se constituiu, ultrapassa o caráter quantitativo, com maior oferta de trabalho e agregação ao volume do Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Mato Grosso do Sul. O perfil das novas ocupações de trabalhadores do Pantanal Sul podem estar atrelados ao subemprego e a (re)construção de relações de subordinação, o que configura um tempo específico da contemporaneidade ligado ao mercado global. Assim, o processo de novas colocações para garantir a própria sobrevivência se enquadram em formas distintas de emprego, sejam para assalariados, não assalariados ou autônomos, tendo como ponto em comum a precarização do trabalho (Thomaz Jr., 2011). Acerca disso, cabe pontuar a seguinte consideração de Banducci Jr. (2003) sobre o mercado turístico no Pantanal Sul Mato-grossense;

[...] o turismo não está preocupado com a inserção social e a valorização da mão-de-obra. As ofertas surgem sob condições que o próprio empreendimento determina, dificilmente favoráveis aos trabalhadores sem formação escolar e sem especialização no mercado turístico, que comumente exercem atividades de baixa remuneração e, muitas vezes, insalubres, envolvendo uma série de riscos. (Banducci Jr., 2003 p.132)

No que concerne às estratégias que o setor do turismo utiliza para gerar mecanismos de atração de fluxos de pessoas, que buscam contemplar a natureza preservada e consumi-las, Marc Augé (1935) destaca que a exigência global intensifica a necessidade de transformar o espaço. Distintamente, cria-se paisagens artificiais, relativizando as culturas. Quanto a isso, Milton Santos (2014) pontua que a Paisagem é um sistema material, abstrato e relativamente imutável, e não é fundada na atividade real

dos indivíduos, mas sim, nas condições para sua atividade em potencial, ou seja, a acumulação do capital ³.

A ideia de natureza preservada, disponível para o consumo, tende à exploração excessiva dos recursos naturais e, conseqüentemente, à deterioração da qualidade ambiental, bem como a qualidade de vida dos indivíduos que residem em espaços como o Pantanal Sul. Uma das problemáticas deste tipo de mecanismo de consolidação desta cadeia econômica pode ser a *invisibilidade* dos sujeitos. A visão do ser humano sobre a paisagem é limitada a sua própria percepção (Santos, 2021). A ocorrência de conflitos e incongruências da vida social podem ficar em segundo plano, a exemplo das relações de subordinação, subemprego e precariedade que possa haver dentro do mercado turístico.

É neste sentido que o trabalho embarcado surge no Pantanal Sul, também conhecidos como Piloteiros e Piloteiras, os trabalhadores embarcados exercem a função de pilotar um barco, seja para pescar ou atender turistas na região Pantaneira, desempenhada por indivíduos que possuem uma longa experiência nessa atividade (Dutton, 2019). Antes de prosseguir, é válido ressaltar que optei pelo uso do termo “trabalhadores embarcados/piloteiros” de forma inclusiva, abrangendo ambos os gêneros, a fim de tornar a leitura mais fluida.

Esta profissão geralmente é passada de geração para geração (Dutton, 2019). Por exemplo, um casal de interlocutores desta pesquisa cresceu em território pantaneiro, devido a influência dos pais foram pescadores, depois aprenderam a lidar com o gado trabalhando em fazendas, posteriormente com a chegada do turismo utilizaram das habilidades de pesca e pilotagem de um barco para atender a demanda turística da região - ensinando a mesma profissão para suas filhas, filhos, genros, noras e netos. Em vista disso, cria-se um profundo conhecimento geomorfológico sobre o rio e o território, estabelecendo uma conexão afetiva e de pertencimento com o espaço em que atuam (Dutton, 2019).

Dutton (2019) descreve a ocupação de piloteiros na cidade de Cáceres – MT, localizada ao norte do Pantanal. Em seu trabalho, a autora indica que o turismo de pesca

³ Considera-se a acumulação do capital tendo em vista o sistema econômico que domina o território brasileiro. Entretanto, outras atividades potenciais domina o Pantanal Sul que ultrapassam o limiar economicista, sendo elas ligadas a dimensões simbólicas e subjetivas dos habitantes locais.

desportiva exerce influência significativa na rotina destes trabalhadores, sendo este, responsável por guiar os turistas, fornecer conhecimentos sobre o rio, auxiliar na escolha dos melhores pontos de pesca e garantir a segurança durante a jornada (Dutton, 2019). Este mesmo cenário também pode ser visível no estado do Amazonas, com piloteiros que atendem ao turismo de pesca e o turismo contemplativo da paisagem (Santos, 2015). Cabe pontuar que a atuação do piloteiro não se restringe a guiar turistas, esta ocupação parte de uma dimensão estreitamente ligada à subsistência das comunidades ribeirinhas, sendo crucial para obtenção de alimentos para o sustento familiar por meio do rio – a pesca (Dutton, 2019).

No trabalho “Sobre os Ribeirinhos Tocantinenses: História E Resistências” do autor Eliseu P. Brito (2018) ele descreve a função da pesca que este grupo social pratica, apesar de não citar a pilotagem de um barco, percebe-se em seus escritos como é a relação das pessoas que dependem do rio economicamente e vitalmente, seja para se alimentar ou para o abastecimento da comunidade. Brito (2018) relata que os ribeirinhos tocantinenses têm profundo afeto e pertencimento com o rio, e o reconhecem por diferentes formas. Para os habitantes que cresceram em seu entorno, quando criança, o rio significava lazer, depois de adultos, o rio significava trabalho e sustento.

Estes sentimentos foram identificados nos trabalhadores embarcados da comunidade do Passo do Lontra. Ao perguntar a diversos interlocutores o que significava o rio para eles, as respostas foram semelhantes: “o rio é a minha vida”; “o rio é tudo”. Muito por conta destas falas e de outros cenários ligado à vida dos ribeirinhos que envolvem emoções e sentimentos afetivos com a terra e o rio, é comum que discursos romantizados surjam na vida destes trabalhadores, afinal, o trabalho também é capaz de produzir reconhecimento pessoal ligado a responsabilidade.

Percebe-se que a posição enquanto piloteiros tem diferentes significados a depender de qual perspectiva estes indivíduos são percebidos. No turismo, a atuação dos piloteiros parece ser reconhecida como meio de oferecer uma experiência bem-sucedida aos turistas e ao potencial lucrativo dessa atividade. Já no espaço em que ocupam a relevância dos piloteiros na obtenção de alimentos por meio da pesca, gera um papel crucial para a garantia da subsistência destas famílias. Por fim, na esfera familiar, essa atividade é reconhecida simbolicamente, o olhar dos filhos em relação aos pais cria um

vínculo afetivo que engendram sentimentos de orgulho, gratidão e admiração frente a família.

A partir destes pressupostos, uma questão central surge: como pensar as condições sociais do trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-grossense? Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar as condições sociais dos trabalhadores embarcados que residem no Pantanal Sul Mato-grossense, a partir de três esferas de reconhecimento dessa profissão, sendo elas: Econômica (mercado turístico e divisão social e territorial do trabalho), Família e Comunidade.

O tema trabalho vem sendo explorado inicialmente na Antropologia em grupos sociais pré-capitalistas, a exemplo dos indígenas e camponeses. Entretanto, não poderia ser o ponto central da pesquisa, pelo contrário, serviria apenas como apoio aos estudos nos quais ele se relacionava (Lopes, 2013). Com o avanço da sociedade capitalista, surgiu a necessidade de novos instrumentos de pesquisas que viabilizassem estes processos de proletarianização. Assim, a Antropologia é um importante meio de análise dentro da produção social e territorial do trabalho, buscando compreender a construção social, histórica e intelectual seja das classes trabalhadoras, quanto dos mediadores associados a ela (Lopes, 2013). Efetivamente, o trabalho não é o objeto principal desta etnografia, e sim, o meio deste estudo para verificar as relações externas que influenciam diretamente nas atividades laborais dos roteiros no Pantanal Sul. Desta forma, o destaque converge para a vida destes trabalhadores, que lutam diariamente pelo sustento familiar.

O recorte espacial utilizado para o campo desta análise é a comunidade do Passo do Lontra. Localizada no Pantanal Sul Mato-grossense, situada nas extremidades da Estrada Parque Pantanal (EPP) e às margens do Rio Miranda. Inicialmente referida como "favelinha" pelos próprios moradores, devido às más condições de vida, moradia, trabalho e saneamento básico, atualmente esta comunidade é conhecida como Passo da Lontra em documentos oficiais (Banducci, 2006). No entanto, os moradores preferem usar a denominação "Passo do Lontra", o que é evidenciado pelas placas de comércio e fachadas das pousadas ao redor da região. Conforme é possível visualizar nas imagens 1 e 2.

Imagem 1: Estabelecimento denominado de “Mercearia da Iguana” localizado na comunidade do Passo do Lontra



Fonte: Autora (2022)

Imagem 2: Placa de uma das pousadas existentes no Passo do Lontra.



Créditos: Jade Ochaia (2022)

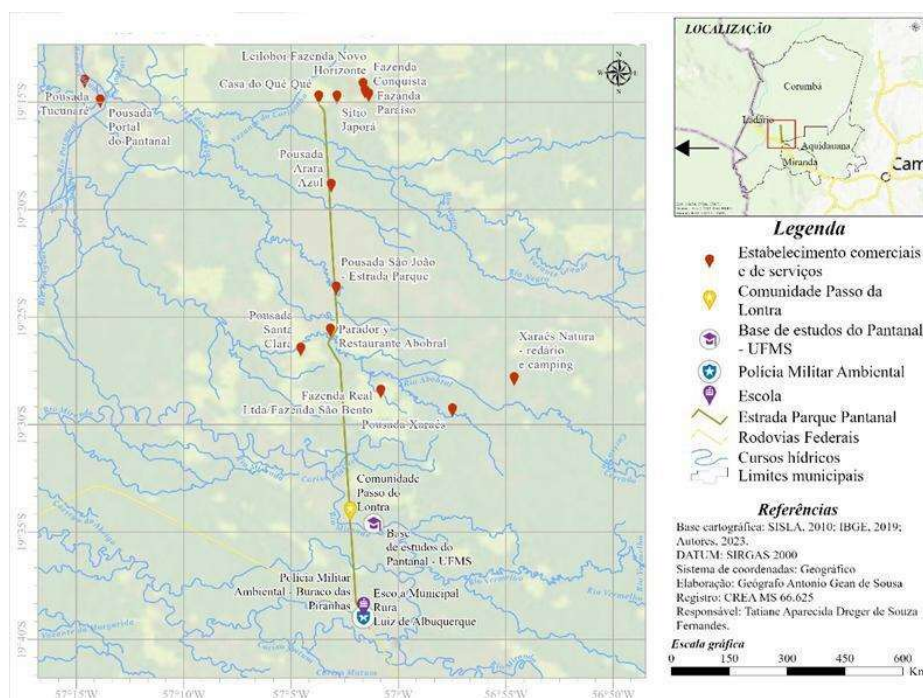
Existem duas histórias distintas que explicam o uso das preposições "da" ou "do". A primeira história preza que havia muitas lontras no rio Miranda. Por isso, o lugar passou

a ser chamado de Passo da Lontra. Já a segunda história é justificada por ter havido um senhor que costumava fazer a travessia das comitivas de gado pelo rio Miranda, cujo seu apelido era "Lontra". Motivo pelo qual o lugar ficou conhecido como Passo do Lontra (Banducci, 2006). Neste trabalho, optou-se por referir à comunidade como "Passo do Lontra", assumindo a preferência dos moradores.

Esse lugar é um espaço profícuo para analisar a construção social e condições de trabalho na função de piloteiras e piloteiros que atendem ao turismo contemplativo na região pantaneira. O primeiro indício dessa hipótese estaria no processo de formação da comunidade. Entre a transição do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, conforme Banducci Jr. (2006), os primeiros moradores deste local foram os pescadores e isqueiros. Depois, a partir do ano de 1993, o fluxo humano neste espaço se intensificou com trabalhadores que residiam na cidade de Miranda deslocando-se até a região do Passo do Lontra em busca de trabalho (atendentes do turismo e prática de pesca).

O segundo indício é a localização desta comunidade. Em específico, por ela estar fixada em uma região que já era destino de turistas, em vista da pesca desportiva, antes mesmo da comunidade existir (Banducci, 2006). E mais importante, por estar as margens do rio Miranda, o que garantia a estes habitantes não apenas pescar ou atender os turistas que transitavam pelo rio Miranda, mas também por possibilitar o acesso a água – elemento essencial a vida humana e fixação sob o território. Com o passar do tempo, o Passo do Lontra teve em sua rotina a intensificação da influência de diversas pousadas em seu entorno por meio da EPP, isto se tornou verificável após o mapeamento destas pousadas, conforme a Figura 1.

Figura 1: Localização das pousadas e estabelecimentos comerciais em torno da Estrada Parque Pantanal – EPP



Fonte: Coordenação e Elaboração Fernandes; Souza (2023).

A presença destas pousadas em torno de toda a extensão da EPP, que dá acesso a comunidade, faz da região do Passo do Lontra um *lugar de estação*. Clifford (1992) considera que, sobre as fronteiras do quadro etnográfico, é preciso ir além dos limites dos contextos em que o campo de estudo está inserido para avaliar as múltiplas conexões em que ocorrem nos deslocamentos. Sobre isto, Santos (2014) compreende que o espaço tem características compostas por fixos e fluxos. Sendo que, os fixos (neste caso a comunidade) estão fixados nos lugares/territórios/regiões, permitindo-se que ações por meio dos fluxos (migrantes, turistas, latifundiários, mercado econômico) alterem o próprio entorno. Logo, estas características recriam as condições sociais, redefinindo os lugares, modificando sua significação e valores, ao mesmo tempo em que elas também se modificam.

Esta definição de Milton Santos (2014) vai ao encontro das ideias de Clifford em *Culturas Viajantes* (1992). Os “lugares atravessados” (comunidade do Passo do Lontra), mesmo que estejam em condição de imobilidade, produzem *interações sociais, políticas e econômicas* com um termo chamado: *atravessamento*. Pensando a partir do campo deste estudo, alguns exemplos destes atravessamentos podem ser feitos pelos

trabalhadores, migrantes e turistas, como também, pelo próprio mercado econômico, notoriamente, tendo-se em vista que o responsável por estes tipos de ações é o próprio homem.

Deste modo, a metodologia proposta para este estudo foi a partir do método etnográfico, utilizando a escrita como tradução da experiência de campo e a observação participante. Clifford (2002) pontua que este método pode ser aplicado na coleta de dados, baseando-se no contato intersubjetivo através de experiências entre sujeitos. Para compreender como o trabalho se configura em território pantaneiro, desde o panorama local até a um prisma global, levei em conta as múltiplas conexões nos momentos em que estabeleci os contatos, optando por construir vínculo afetivo com meus interlocutores.

Para a realização da etnografia, estive na Base de Estudos do Pantanal – BEP em meu primeiro contato com a comunidade em outubro de 2022. Depois, me hospedei na casa de um casal de trabalhadores embarcados em setembro de 2023. Nas ocasiões, realizou-se conversas com piloteiros, turistas e proprietários de pousadas, produzindo vínculos e percorrendo o mesmo trajeto destes trabalhadores enquanto estão trabalhando no rio Miranda. Devido a esses vínculos, mantive contato com meus interlocutores pelo aplicativo de mensagem WhatsApp durante toda minha pesquisa. Também estabeleci conexão com o curso de Geografia no campus de Três Lagoas CPTL/UFMS e, por meio de um graduando que produz pesquisa no Pantanal Sul, pude ter acesso a uma entrevista com um dos moradores mais antigos da comunidade do Passo do Lontra – seu Antônio.

Durante minha primeira visita à comunidade e por meio de diversas conversas informais com moradores locais, foi possível notar a realidade das contratações temporárias sem direitos trabalhistas e a baixa demanda de turistas para os serviços oferecidos pelos trabalhadores embarcados. Por este motivo, optei por empreender uma análise das biografias para a realização das entrevistas, conforme proposto por Pujadas (2000). Para tanto, me ocupei de coletar o máximo de evidências possíveis durante o período de campo, tendo-se em vista a realidade e contexto social de cada indivíduo. Além disso, foi respeitada a identidade das interlocutoras e interlocutores com os quais me relaciono, identificando-os por um nome fictício, com exceção de Eduardo Gomes da Costa, para dar a ele os créditos pela entrevista com seu Antônio.

Portanto esta pesquisa será dividida em três partes. Além desta introdução, com algumas descrições do campo e antecedentes conceituais, no primeiro capítulo abordo o contexto histórico da inserção das cadeias produtivas no Pantanal Sul (latifúndio e turismo); a configuração destas atividades frente ao turismo; a divisão social e territorial do trabalho e a invisibilidade destes trabalhadores frente a uma imagem idílica disseminada pelo sistema de informações (mídias).

No segundo capítulo, o objeto deste estudo será explorado a partir da vulnerabilidade da vida social destes trabalhadores por meio da precarização. Destacando as afetividades, pertencimento e reconhecimento dos trabalhadores embarcados, tendo como ponto de partida as dimensões simbólicas e culturais em meio a processos de precarização do trabalho. Ao final, constarão minhas considerações finais sobre o quadro etnográfico. Infere-se que ambos os capítulos foram construídos mediante os relatos coletados, a partir das próprias falas destes trabalhadores.

Deleuze (1997) diz que o ato da escrita se faz no devir, revelando que a escrita está para além do vivido e o vivível, nesta conjuntura, entendo que estou em um destes casos. Aos casos de devires e por eles afirmados no que sou e no que não desejo reprimir, precisei arriscar e escrever em primeira pessoa do singular em muitas partes desta pesquisa, facilitando desta maneira, o entendimento e interpretação dos fatos ocorridos durante o campo.

Antecedentes conceituais

As lutas no campo econômico, isto é, as disputadas ou conflitos pela posse de capitais econômicos (como rendas/salários ou posses), se relacionam à distribuição desigual de capitais não econômicos, como o capital cultural (títulos escolares, por exemplo), simbólico (prestígio ou reconhecimento) e social (redes de contatos ou relações). Os símbolos e signos que os indivíduos utilizam nas dinâmicas relacionais, através de suas roupas, falas ou ações não verbais, por exemplo, manifestam as hierarquias dentro dos espaços sociais. O que constrói uma realidade simbólica que influenciando percepções, atitudes e comportamentos, forjam e naturalizam diferenças e desigualdades nos espaços sociais (Bourdieu, 2013b; 2007; 2005).

Os grupos sociais e sujeitos são construídos com base nas suas diferentes posses dos distintos capitais em jogo. Bourdieu (2013b) aponta para a noção de habitus enquanto forma de subjetivação da realidade objetiva do espaço social. O habitus seria formado por esquemas de percepção e disposições moldadas por agentes externos e que são incorporadas/internalizadas pelos indivíduos.

O habitus como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador. Ele fica naturalmente no lugar em que a bola vai cair, como se a bola o comandasse, mas, desse modo, ele comanda a bola. O habitus como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las. (Bourdieu, p.82 1988)

Pierre Bourdieu (1988) está pontuando que o habitus é a essência do jogo social se tornando uma parte natural e incorporada da pessoa, como se fosse algo inerente, mas não o é. A influência social incorporada no corpo do indivíduo, permite a execução de uma infinidade de movimentos, que estão latentes como possibilidades e demandas impostas com pressões e exigências mesmo que não estejam explicitamente visíveis e percebidas; assim àqueles que estão submetidos a esta estrutura, age e responde a ela como se fossem ações subjetivamente naturais – o habitus é, portanto, a estrutura/sistema de disposições, já o comportamento é a resposta do jogo social.

As predisposições são estabelecidas de forma seletiva e hierárquica, usando critérios que não são imparciais, criando limitações nas oportunidades e disputa desigual

pelos acessos (Bourdieu, 2005). Deste modo, é possível refletir como o processo de produção do trabalho tem sido marcado pela exploração de mão de obra dos indivíduos que se encontram em posições menos privilegiadas. A saber, sujeitos a mecanismos de alienação, uma vez que o sentido de conformismo lógico da realidade os submete à subsistência limitada e fragiliza suas atividades laborais, através das relações de poder, posses de capitais simbólicos, culturais, econômicos e sociais.

Infere-se: é possível pensar o conceito de habitus a partir da divisão social e territorial do trabalho? Considero que sim, principalmente no que se refere às considerações de Milton Santos (2012; 2014; 2021), que disserta sobre os conjuntos de ações e os conjuntos de objetos. Santos (2014) argumenta que os conjuntos de ações podem ser as formas de usos, ocupações, circulação econômica e informacional que ditam as regras que estão em jogo dentro dos territórios, estabelecendo como os indivíduos irão responder a estas propriedades, produzindo desta forma o Espaço.

A partir da divisão social e territorial do trabalho, Milton Santos (2014) indica como ocorre a reordenação espacial, onde as atividades e território vão ganhando novos valores e configurações para fins de acumulação capitalista. O valor do trabalho neste caso é reduzido – torna-se trabalho social não pago. À medida que o processo de divisão social e territorial do trabalho avança, novas funções e territórios surgem, acompanhados pelo desaparecimento de algumas atividades. Para isso, dependem de uma determinação externa que controla esses espaços, orientam sua produção e determina o destino dos sujeitos sociais (Santos, 2012; 2014).

Seus grupos dominantes se congregariam num plano mundial e os dominados se deparariam com uma realidade local na qual, para poderem sobreviver e/ou ganhar a estima dentro do espaço público, lhes é imposta uma espécie de luta de todos contra todos, mascarando divisões estruturais dentro das quais o sofrimento é socialmente produzido, como é caso das desigualdades em relação ao acesso aos recursos materiais e simbólicos. (Cruz, 2022 p.75)

A divisão social e territorial do trabalho garante a distribuição não só das atividades, mas também dos acessos e dos tipos de capitais, e é neste ponto primordial que produzo minha reflexão entre Milton Santos e Pierre Bourdieu. Importante ressaltar que o habitus e a divisão social e territorial do trabalho não são categorias/conceitos isolados, reflito e os visualizo em conjunto. O Espaço é ordenado/reordenado conforme os interesses em jogo, e a divisão socioterritorial do trabalho é uma estratégia de dominação e organização do território. Não são apenas as novas funções/adequações que

são distribuídas no território, mas também a distribuição desigual de acesso a oportunidades e outros tipos de capitais. É uma estrutura que se retroalimenta, o próprio habitus.

Ao visualizar o quadro etnográfico, percebe-se que existe dois tipos de habitus, um que se configura a partir das dimensões simbólicas e culturais (habitus local); outro a partir do capital (habitus global), que se utiliza do habitus local para fins de reprodução. Um exemplo prático seria a apropriação/comercialização da cultura local pelo turismo. O habitus a partir do capital constrói uma realidade que sujeita os grupos sociais e seus habitus locais a divisão social e territorial do trabalho, é, portanto, um mecanismo desta divisão, ao mesmo tempo que intrínseco a ela – a comanda. Em minha análise considero, não é possível obter uma divisão social do trabalho no território sem um conjunto de disposições (habitus), e vice e versa.

Para clareza do habitus local, sendo ele um sistema de disposições, ele se materializa através das dimensões simbólicas e subjetivas dos grupos sociais, visualiza-se desta forma as territorializações destes grupos. São modos de ocupações do território, como utilizam a terra, a água. Suas habilidades e conhecimentos empíricos passados de geração para geração, assim como, estratégias para resistir e permanecer nos espaços frente a força produtiva do capital. Ao que se refere a isso, as territorialidades dentro do habitus local são produzidas independente dos modos de produção capitalistas. Configuram a cultura local e a reprodução da vida social dos habitantes (Haesbaert, 2004).

Mas como o habitus opera em conjunto a divisão social e territorial do trabalho? Para visualizar estes mecanismos de controle, esta pesquisa parte além da distribuição desigual de tipos de acessos e capitais, também a partir da precarização do trabalho e de outras esferas da vida social do trabalhador embarcado. Segundo Vargas (2016), o trabalho está condicionado a duas dimensões, uma a partir da questão material, de conquistas, no campo das ideias e de consumo. É um ofício, profissão que o indivíduo possui e o habilita a se mobilizar no espaço social (ou não, a depender dos acessos e posses que ele possui).

A outra dimensão deste trabalho está inscrita na vida social, o reconhecimento ganha papel primordial frente a isso, pois é ele quem produz a sensação de realização, retribuição social, assim como, questões que envolvem sociabilidades a partir deste

trabalho. Não necessariamente o reconhecimento partirá do sentido econômico, mas sim, como um produto relacional (Vargas, 2016). Robert Castel (2000) indica que a precarização não está apenas no sentido de baixos salários e subemprego. À medida que a precarização se instala, outras esferas vão sendo vulnerabilizadas junto da vida social do trabalhador, isso inclui a educação, saúde, degradação do meio/ambiente de trabalho, organizações coletivas, esferas de direitos e espaços integradores. Neste sentido, surge o sofrimento social, por doenças físicas e psíquicas, vícios, entre outros (Werlang, Mendes, 2013)

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito. (Castel, 2000 p.239-240)

Antônio Thomaz Jr. (2013 p.8) aponta que a “terra, trabalho, e família são valores que figuram não somente no universo moral, mas também como nucleadores dos princípios da hierarquia interna da família e da organização política dos trabalhadores”. Desta maneira, a vulnerabilidade destes domínios da vida social, produzem novos rearranjos do trabalho, um trabalho estranhado, impactando a identidade do próprio trabalhador (Thomaz Jr., 2013). Nestes termos, o trabalho intrínseco a vida social, ainda é responsável pela legitimidade dos trabalhadores, produz suas esferas de direitos, podem possibilitar as organizações coletivas, viabiliza a relação não apenas entre os sujeitos, mas também com o próprio território – produzem um espaço vivido. Contudo, as vias da precarização colocam em xeque o trabalho e o trabalhador.

Cruz (2022) reflete sobre a naturalização da precariedade, onde os sofrimentos dos grupos sociais são ocultados e/ou naturalizados. Há ainda a desmobilização das organizações coletivas que se impõe frente ao domínio do capital, o trabalho é enfraquecido, fragmentado. Desta maneira, os grupos dominantes organizam as sociedades de acordo com seus interesses econômicos de acumulação. “O devir humano pode ser encarado como o desenrolar de conflitos que atravessam as gerações enquanto encarnações de grupos que disputam o controle de seus destinos” (Cruz, 2022 p.73).

A partir desta compreensão, um questionamento surge: como a divisão social e territorial do trabalho no Pantanal Sul Mato-grossense se conjecturou ao longo dos anos afetando a visibilidade e reconhecimento dos trabalhadores embarcados, assim como, o

valor de suas atividades e do espaço que produzem? Como, a partir disso, suas atividades têm sido fragilizadas e subordinadas dentro deste território?

Considerando isso, aponto a necessidade de explorar como essas condições afetam não apenas as atividades dos trabalhadores embarcados, mas também a questão do reconhecimento. Para a categoria reconhecimento, exploro a partir dos escritos de Ricardo Luiz Cruz (2015). Ao analisar a experiência social do trabalho das famílias dos agricultores da Selva Central Peruana. Cruz (2015) indicou que mesmo que o trabalho desses agricultores fosse menos reconhecido/prestigiado do ponto de vista econômico, “essas atividades ganhavam um sentido maior ao serem associadas com o passado ou o futuro de seus familiares” (p.239).

Justamente, isto ocorre com os piloteiros, esses sentidos são fundamentais na formação da disposição subjetiva dos filhos, influenciando suas escolhas e aspirações futuras. Os filhos, ao ocuparem uma posição de admiração e identificação com seus pais piloteiros, internalizam as práticas e valores próprios das atividades laborais, socializados para assumir a mesma posição que seus pais no tecido social (*habitus local*). A partir do que Cruz (2015) considera, essas disposições partem de uma Família Nuclear que tem importância capital. Desta forma, o trabalho ocupa uma posição central em suas vidas pela influência familiar. No caso dos agricultores da selva peruana, as funções daqueles indivíduos expressavam e simbolizavam o cerne de suas existências, ou seja, os legitimavam, construíam nestes sujeitos suas identidades.

Dentro do contexto da apropriação neoliberalista na América Latina na viragem do século XX para o século XXI, com a objetificação dos sujeitos sociais nas questões que envolvem o trabalho, naturalizando seus sofrimentos (Cruz, 2022), subjaz destacar: De que maneira a vida social, as experiências e os sentimentos dos trabalhadores estão intrinsecamente ligados à terra/rio e sob quais condições a dimensão cultural é invocada para naturalizar o sofrimento laboral desses indivíduos? No que concerne a isso, trago as considerações de Rogério Haesbaert (2005) a respeito das territorialidades, o território também se faz nas singularidades, dimensões culturais e simbólicas, independe da apropriação capitalista.

Contudo, estas territorialidades são formas de resistências e lutas de grupos sujeitos a mecanismos de poder; cria-se caminhos para enfrentar estas estruturas que são

expostas e impostas, afirmando a identidade destes indivíduos. O território é, então, um território político (Haesbaert, 2005). Entretanto, mesmo considerando as dimensões simbólicas e culturais, o território não é um espaço neutro; ele está sempre imerso em uma disputa desigual pelo poder.

Ao visualizar o quadro etnográfico, levanta-se a preocupação se os trabalhadores embarcados do Pantanal Sul não têm se ajustado a funções cada vez mais precarizadas e por causa de suas sociabilidades estão com estas condições sem serem questionadas com pouca reflexão do impacto da apropriação do turismo e da pecuária extensiva em suas vidas laborais que, inclusive, afetando-as, afeta também a cultura deste território.

Num mundo onde os sujeitos aparecem como meios para prover uma satisfação momentânea para um patrão ou cliente, por exemplo, eles buscariam recriar-se continuamente enquanto objetos “desejáveis e desejados”. Trata-se de uma forma de “objetificação” que se relacionaria com uma vida social na qual o Estado delegou aos indivíduos a tarefa de “se adequar” às demandas do “mercado de trabalho”. Ter que se comportar como mercadoria (usável e descartável) seria algo visto como normal para quem foi coagido a se acostumar a se ver fora da esfera de direitos, e na medida em que a luta contra essa condição degradante de vida se mostra fora do seu horizonte de possíveis. (Cruz, 2022 p.101)

As considerações de Cruz (2022) vão direto ao que Thomaz Jr., (2004) disserta - o capital está ampliando e intensificando sua influência como uma relação social, que agora se estende para além do ambiente fabril. Isso nos obriga a considerar o aumento notável das manifestações de expropriação, dominação e apropriação do trabalho.

no âmbito do trabalho, afinadas aos reordenamentos daí decorrentes, os quais, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, isto é, não se restringindo apenas ao formato clássico capital x trabalho, mas envolvendo outras formas de configuração da dominação de classe, de sorte a implicar novos olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no campo [...] Assim, o que se tem não é a constituição de um campesinato homogêneo e enrijecido nas concepções que dele se fazem, a fim de defender e/ou negar esse ou aquele aspecto, contudo, de identidades diversas que se constroem na luta social, [...] após meados dos anos 1980, que inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país: os povos da floresta, os posseiros, os ribeirinhos, os pescadores artesanais [...]. (Thomaz Jr., 2018 p. 09-10).

Assim pontua-se, o campo deste estudo encontra-se em processo de fragilidade. A fragilidade indicada vem do sentido de que, neste momento, as vidas sociais envolvidas neste trabalho estão sendo vulnerabilizadas nas mais diferentes esferas. São seus modos de vida, seus saberes, seus espaços de trabalho, lazer, moradia; suas habilidades e afetos que resistem frente a precariedade e degradação do meio em que habitam. Destaca-se ainda que não há possibilidade de compreender o local sem antes entender o global. Para

que as hierarquias sejam estabelecidas dentro do panorama local, uma estrutura foi antes pensada por agentes que estão a serviço do global. Há uma complexidade nas estruturas, tudo é intrínseco, se dependem entre si para sua realização e perpetuação.

A produção de um espaço não é feita dentro de um jogo de relações paralelas e isoladas. Tudo é minuciosamente pensado, até mesmo as relações simbólicas e culturais que são expostas dentro destas condições e depois usadas/objetificadas a benefício de outras. Descartar as dimensões simbólicas e culturais que legitimam sujeitos não é o caminho desta análise, onde produzem territorialidades, vivem em meio a resistências e sobrevivências. Contudo, é um fato de os embarcados estão expostos dentro da conjuntura capitalista e está é a problematização central desta pesquisa.

Quando se refere a pensar o tema do trabalho para além da dimensão puramente econômica, não significa a ocultação da precariedade do trabalho, mas sim que o econômico visa o lucro, a acumulação, o crescimento quantitativo. Olhar para além disso é reconhecer que os grupos sociais estão em esferas simbólicas, produzindo espaços de interações e relações, independente da acumulação. O que vale para estes sujeitos são os afetos, o pertencer e o ser. Enquanto o econômico descarta estas dimensões, o "para além" visualiza um horizonte de novas possibilidades de vivências, conhecimentos, pluralidade e diversidade cultural, não só em língua ou raça, mas também nas formas usos da terra e da produção do trabalho.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz as relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 1996 p.189 – 190)

Assim, finalizo esta seção a fim de esclarecer como visualizo o quadro etnográfico - considerando as subjetividades, e analisando a estrutura que as submetem. Convido os leitores a expandir o entendimento a respeito dos referenciais simbólico que dão sentido às ações no Pantanal Sul e as relações de poder e conflitos que os atravessam.

CAPÍTULO 1 – O TURISMO CONTEMPLATIVO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO EMBARCADO NO PANTANAL SUL

No Pantanal Sul, a imagem da mulher pantaneira e do homem pantaneiro surge como símbolo nas mídias e nos sistemas de informações, circulando até os diferentes espaços por meio da internet e televisão. Geralmente, estes trabalhadores são associados a figuras do peão pantaneiro, a mulher por sua vez pouco aparece nestas representações, vivendo em meio a natureza preservada em uma paisagem paradisíaca e estática.

De todo modo, esta ideia consolidada das pessoas que produzem suas vidas no Pantanal Sul não é retrato da realidade, entretanto está condicionada a história de ocupação do Pantanal, que foi marcada pela expulsão e dizimação dos povos indígenas destas terras, dando lugar ao latifúndio/ pastagens (Esselin, 2011) e, posteriormente, ao turismo contemplativo e pesca desportiva, esta conjuntura foi possível devido a produção socioterritorial do trabalho, acarretando processos de precariedade.

Durante a primeira visita à comunidade do Passo do Lontra e por meio de diversas conversas informais com moradores locais, foi possível notar a realidade das contratações temporárias sem direitos trabalhistas e a baixa demanda de turistas para os serviços oferecidos pelos embarcados. Assim, neste capítulo, foi traçado o histórico da ocupação do território pantaneiro e da formação da comunidade do Passo do Lontra discutindo o conjunto de etapas das cadeias produtivas do Pantanal Sul que perpassam entre a pecuária extensiva e o turismo contemplativo, como também, trouxe-se uma discussão a respeito da imagem que circula pelas mídias do homem e da mulher pantaneira.

Esta abordagem se mostrou necessária, uma vez que, por meio das leituras realizadas e das conversas informais com os moradores, visualizou-se que a precariedade do trabalho só pode ser consolidada em espaços nos quais há uma estrutura de aparatos simbólicos e uma distribuição desigual de capitais culturais e sociais, o que acaba por restringir a mobilidade social dos sujeitos.

1.1 “Tava muita gente nessa, porque não tinha emprego”: o trabalho embarcado no Pantanal Sul

O trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-grossense, é formado por processos culturais de ocupação de indígenas e não indígenas que praticavam a pesca para a segurança alimentar de suas famílias. Entretanto, conforme a expropriação destes grupos sociais desta localidade por conjuntos de etapas das cadeias produtivas que o Pantanal vivenciou entre o século XIX e o final do século XX, a pesca passou a estar subordinada a acumulação capitalista, o que colaborou para o fortalecimento da ocupação da pecuária extensiva por meio de latifúndios (Esselin, 2011).

Esta região abrange as cidades de Corumbá, Miranda, Aquidauana e Porto Murtinho, as margens de rios importantes que compõe a Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai⁴ - BAP. O trabalho embarcado na contemporaneidade carrega especificidades características de um sistema que detém de mecanismos de coerção, onde trabalhadores indígenas e não indígenas, por não possuírem melhores condições laborais, ou por não ter disponível oferta de trabalho, enxergaram nesta atividade uma alternativa a mais para garantir o sustento de suas famílias.

Nesta seção estas atividades não serão referidas a partir das dimensões simbólicas e subjetivas destes grupos, mas sim, a partir dos mecanismos de poder que as submetem, deteriorando e fragilizando estes grupos em detrimento dos interesses do mercado econômico, utilizando-se de subempregos e atividades sazonais. São sistemas de disposições criados para que haja esta realização – o habitus global.

Moretti (2006), ao realizar a contextualização econômica do Pantanal, indicou que as cadeias produtivas desta região sempre estiveram ligadas às transformações da natureza, iniciando com rotas de transportes hidroviários com o rio Paraguai, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso⁵, a partir da criação de um sistema portuário na cidade Corumbá. Juntamente com a consolidação da pecuária extensiva, durante todo o século XIX, expandiu a concentração fundiária por toda planície pantaneira. No início do século XX, o Pantanal possuía a economia ligada à exportação a base do gado bovino

⁴ Bacia do Alto Paraguai – BAP, é uma região hidrográfica que abrange a região do Pantanal entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sua composição é feita por rios importantes do estado de Mato Grosso do Sul, como o rio Miranda e rio Taquari.

⁵ No contexto antes da divisão deste estado com a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 11 de outubro de 1977.

atrelado a empresas estrangeiras de charque. Após a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, estas empresas sofrem falência, dando lugar ao transporte de gado em pé, sendo assim até o início dos anos de 1970 (Moretti, 2006).

Estes fatos corroboram para o entendimento de que, nesta região, a função de peão nas fazendas surgiu em meio a uma necessidade em vista de uma economia totalmente mercantil. Então, de pescadores, os grupos sociais (em específico os homens) que residiam no Pantanal Sul, passam a ocupar também a função de peão em fazendas da região. O trabalho do peão está intimamente vinculado às atividades braçais, como o manejo dos animais durante as viagens ou comitivas de gado, necessárias para o transporte de um local a outro, especialmente considerando as particulares características geográficas e climáticas do Pantanal marcado por períodos de cheias e secas. Com o intuito de esclarecimento, apesar da chegada do turismo, o trabalho como peão tem se perpetuado. Conforme entrevistas, os homens que sobrevivem do trabalho embarcado no Pantanal Sul e estão ociosos devido à baixa demanda turística acabam fazendo bicos como peões, e as mulheres piloteiras trabalham em empregos temporários, como cozinheiras e faxineiras em fazendas e pousadas da região.

É neste cenário que as trajetórias de vida dos interlocutores desta seção ganham destaque. Seu Antônio e dona Glória formam um casal ex-embarcados que cresceram no Pantanal Sul Mato-grossense, seus pais trabalhavam em fazendas nesta região cuidando do gado além de serem pescadores. A família de dona Glória, era do subpantanal⁶ da Nhecolândia. Enquanto a família de seu Antônio trabalhava no subpantanal do Abobral. Este casal se conheceu na região pantaneira, e após se casarem, continuaram trabalhando em fazendas, com seu Antônio sempre ocupando a função de peão e dona Glória se dedicando ao trabalho doméstico. O casal também manteve a tradição de pesca aprendida com os pais, dona Glória ainda foi artesã e produzia bonecos de barro, evidenciando sua origem indígena.

Contudo, nos anos de 1970, seu Antônio e dona Glória vivenciam uma mudança em suas funções laborais⁷. Aos poucos, a pecuária foi perdendo força na região pantaneira

⁶ Na ciência geográfica o termo subpantanal é designado para identificar as divisões do Pantanal, levando em consideração que cada subpantanal tem suas especificidades geomorfológicas. Não se trata de um termo pejorativo e sim técnico.

⁷ A mudança deste trabalho a partir de 1970 foi apenas um dos momentos em que isso ocorreu na vida do casal em questão. Anteriormente seus pais também vivem um cenário parecido, primeiro eram pescadores e viviam essencialmente desta atividade. Com a chegada do latifúndio relegaram esta atividade ao segundo

abrindo espaço para o turismo. Trabalhar como peão em fazendas não era mais uma alternativa viável, considerando a baixa oferta de trabalho. Em 1970, o casal passou a residir no espaço onde hoje é a comunidade do Passo do Lontra. Inicialmente, seu Antônio foi contratado para cuidar do pé da ponte de madeira que perpassa o rio Miranda, dando continuidade a MS-184, conhecida como Estrada Parque Pantanal (EPP).

Conforme uma entrevista coletada em 2022, por um interlocutor⁸ que também produz pesquisa no Pantanal Sul, seu Antônio compartilhou a seguinte informação: *“Eu vim pra cá era 1970 [...] pra cuidar disso aí, do pé da ponte. Aí fiquei, desde 70 to aqui. Mas fui criado aqui mesmo do lado, fazenda Abobral [...]”* (Agosto de 2022). Mesmo com a nova função e ainda sendo pescador, seu Antônio precisou buscar novas formas de sobrevivência, chegando a relatar que, neste período, tanto ele quanto outros moradores do Pantanal Sul precisaram caçar jacarés para comer, enfrentando inclusive a ilegalidade desta ação. Conforme fala de seu Antônio;

Na época que proibiu era uma coisa pra sobrevivência, não tinha outra coisa pra fazer. Tinha até quem não era caçador indo também, **por que tava que nem agora, não tinha mais emprego**, o pessoal, pai de família tinha que arrumar o que fazer pra não deixar morrer, tinha criança, vai deixar passar fome? [...] **Tava muita gente nessa, porque não tinha emprego.** (Entrevista realizada e compartilhada por Eduardo Gomes da Costa em 2022, Grifo da autora)

Com a chegada do turismo no Pantanal Sul e sua consolidação nos anos de 1970 (Moretti, 2006), seu Antônio, além de cuidador do pé da ponte, também se insere como roteirista no mercado turístico e passa a atender a estas demandas laborais, pois percebeu que como trabalhador embarcado para além da pesca de subsistência teria a oportunidade de mais uma renda, assim, por conhecer bem o território pantaneiro em específico os rios, atendia os turistas e garantia a eles boas experiências.

Estas informações da trajetória de vida de seu Antônio estão em consonância com o que Moretti (2006) relata em sua pesquisa, ao destacar que nos anos de 1970 o

plano e passaram a trabalhar nas fazendas. Quando dona Glória e seu Antônio nascem já estão inseridos nesse contexto, contudo, os pais passaram para eles os conhecimentos e habilidades empíricas relacionadas ao Pantanal Sul, a exemplo da pesca.

⁸ A entrevista com seu Antônio foi coletada e compartilhada comigo pelo graduando em Geografia (UFMS/CPTL), Eduardo Gomes da Costa, no ano de 2022, na comunidade do Passo do Lontra. Diversas partes da história de seu Antônio foram coletadas tanto por Eduardo, quanto por mim, através da neta de seu Antônio e sua esposa dona Glória, pois seu Antônio não fornece muitas entrevistas aos pesquisadores locais.

turismo se intensificou na região, com empresas organizando pacotes turísticos que incluíam a contemplação da paisagem e pesca desportiva. Nos escritos de Banducci Jr (2002), também é possível verificar que a partir do ano de 1978 a comunidade do Passo do Lontra se tornou polo do turismo de pesca, com a chegada de um hotel voltado para este ramo do turismo.

Seu Antônio presenciou este momento, não só por ter precisado se ajustar a estas novas disposições, mas também por ser o cuidador da ponte em um local estratégico do turismo de pesca. Sua chegada ao local possibilitou que ele e sua família testemunhassem a formação da comunidade do Passo do Lontra. Conforme entrevista com seu Antônio;

Pesquisador: Foi em qual década que os hotéis começaram a chegar aqui?

Seu Antônio: “Começou mais ou menos em 1977 e 78, ali onde é agora o Jungle Logde⁹ [...] Tinha hotel só ali, aí depois construiu do lado da base onde vocês tão lá. Aí foi aumentando os hotéis [...]”.

Pesquisador: Antes dos hotéis chegar o pessoal vivia na base da pesca?

Seu Antônio: “Na base da pesca [...]”

Pesquisador: A maioria então depende dos empregos dos hotéis? (Em referência ao tempo atual).

Seu Antônio: “É, a maior parte trabalha nos hotéis, os que moram aqui. (Entrevista realizada e compartilhada por Eduardo Gomes da Costa em 2022)

Ao longo dos anos, o turismo se introduziu e se consolidou. As pousadas foram se estabelecendo pela região, atraindo um fluxo intenso de pessoas em busca de emprego no território pantaneiro. Banducci Jr. (2002) indica que trabalhadores da cidade de Miranda, como os isqueiros e pescadores, se estabeleceram no local onde hoje é a comunidade do Passo do Lontra, originando-a. Inicialmente, partiam rumo ao Passo apenas nos períodos de pesca, e em épocas de piracema retornavam aos seus lares, sobrevivendo de empregos temporários, ou como Banducci Jr. (2002) ressaltou em sua etnografia “[...] sobrevivem de “pequenos bicos” ou permanecem totalmente ociosos, em “férias forçadas”, como dizem, em decorrência da falta de empregos”.

Estes fatos confirmam que a função de trabalhador embarcado dentro mercado turístico está intimamente subordinada ao subemprego no Pantanal Sul. O que antes a pilotagem de um barco estava atrelada à pesca do peixe para alimentação de famílias, agora começou a ter outra dimensão, ainda ligado à subsistência. Entretanto, passou a estar em função da pesca desportiva (pesque e solte), atendendo a demanda de turistas vislumbrados com os rios e as paisagens pantaneiras. Não que antes, ser peão ou pescador fossem funções laborais não subordinadas, o que ocorre é que, houve um discurso de que

⁹ Jungle Logde é um hotel próximo a comunidade Passo do Lontra.

o turismo traria melhores condições de vida aos habitantes da localidade (Almeida, 2007), todavia estas projeções se mostraram utópicas, na verdade, as formas de trabalho neste setor se perpetuaram na precariedade, em condições, inclusive, insalubres.

A comunidade do Passo do Lontra iniciou-se às margens do rio Miranda, Banducci Jr. (2002) pontua que no local onde residiam/residem estes trabalhadores, havia casas de madeiras sob palafitas devido às épocas de cheia, cobertas por lona e sem nenhuma estrutura de saneamento. 20 anos depois, ao realizar esta etnografia pela comunidade e conversar com os trabalhadores embarcados desta região, percebe-se que pouca coisa mudou desde que Banducci Jr. (2002) realizou sua pesquisa.

Ainda vivendo em condições precárias, os moradores utilizam água diretamente do rio Miranda para tomar banho, preparar alimentos e se hidratar, ao contrário de 2002, em que estes moradores tinham um simples banheiro como sinônimo de luxo (Banducci Jr., 2002), agora parece que todos possuem seus banheiros. Porém, com fossas artesanais, correndo o risco de contaminação do lençol freático e, conseqüentemente, as águas do rio Miranda, que a própria comunidade consome *in natura*.

Retornando a seu Antônio e Dona Glória, este casal se adaptou às novas disposições do campo. Ao longo desse processo, transmitiram suas habilidades enquanto trabalhadores embarcados para seus filhos e noras, que, por sua vez, repassaram o conhecimento para as próximas gerações. Um exemplo disso é a neta do casal - uma jovem pilotoeira que cresceu acompanhando seu pai e sua mãe ao longo do rio Miranda, guiando barcos para atender turistas e pescar. É importante ressaltar que, enquanto os pais de se Antônio e Dona Glória aprenderam a remar um barco com o propósito de pescar e consumir o peixe, seus descendentes foram ensinados não somente para essa finalidade, mas principalmente para atender à crescente demanda turística, relegando a pesca a um papel secundário.

Além do seu Antônio ter se tornado pilotoeiro dentro do turismo, dona Glória passou a vender os bonecos de barro que esculpia para os turistas da região. Em uma conversa com dona Glória, foi observado alguns detalhes necessários de citá-los nestes escritos. Uma senhora já bastante idosa, enquanto me mostrava suas rosas do deserto, me contava sobre sua infância. Primeiro, perguntei sua idade, e ela me respondeu: “[...] ah...

já faz muito tempo, eu não lembro” (Outubro de 2022). Eu sorri, e fiquei observando-a mexer em suas rosas, conforme mexia, eu e ela construímos um diálogo:

Dona Glória: “antes eu era artesã, fazia bonecos de barro, vendia muito, todos gostavam.”

Pesquisadora: Por que a senhora parou?

Dona Glória: “[...] ah, **eu enjoei**, agora eu faço mudas das rosas do deserto, gosto mais [...] os bonecos fiquei muito tempo fazendo, enjoei.”

Pesquisadora: Os turistas compram as rosas do deserto da senhora?

Dona Glória: “[...] sim, é barato, as pequenas é 10¹⁰, as médias 15 e as grandes 20.

Pesquisadora: A senhora cresceu aqui no Pantanal?

Dona Glória: “[...] sim, na Nhicolândia, meus pais trabalhavam nas fazendas, cresci por aqui [...]”. (Outubro de 2022)

Por meio desta pequena parte da conversa que tive com dona Glória, percebe-se que, com o passar do tempo, ela também precisou ir adaptando cada vez mais suas funções laborais dentro do seu contexto social, para ajudar com as despesas familiares, mesmo após idosa. Isto pode ser explicado ao fato de que, mesmo que seu esposo fosse cuidador da ponte e piloto, seus ganhos não eram suficientes para atender as demandas do lar. Seu Antônio chegou a relatar a respeito de viver somente a base de pesca no Pantanal Sul: *“[...] não tem mais nada de peixe, não sobreviveu. O gasto é muito, gasolina, óleo, ficou muito pesado. Tava conversando com uns rapazes que mora ali mais pra baixo, só de compra gastou cinco vezes mais do que vende. Vai manter como com peixe? [...]”*.¹¹

Um outro piloto disse o seguinte sobre a pesca: *“Olha, eu não ocupo a pesca como renda porque o atravessador, ele ganha mais que o pescador, então eu piloto (para os turistas) quando a pesca está aberta e quando fecha eu já trabalho por fora, faço umas diárias nas fazendas. O pescador mesmo, ele não ganha nada (adaptado), ele só ganha só para comer, male má para comer, entendeu?”* (Agosto de 2023).

Sobre dona Glória, um fato interessante ocorre na forma como ela se moldou a estas novas disposições. A chegada dos turistas ao Pantanal fez com que ela produzisse bonecos de barro para os turistas consumirem. Tal fator traria um ganho extra para sua casa. Entretanto, disse que enjoou desta ocupação, conforme foi envelhecendo. Dona Glória então passou a cultivar rosas do deserto, e já que os turistas desejam algo para

¹⁰ Neste diálogo, os numerais referem-se a moeda brasileira Real. Lê-se: 10 reais, 15 reais e 20 reais. Optou-se por preservar a maneira como a interlocutora relatou os valores, do que mudar o texto, para algo mais formal.

¹¹ Entrevista realizada e compartilhada por Eduardo Gomes da Costa em 2022.

comprar (sendo boneco de barro ou não), há, portanto, uma demanda, e Dona Glória aproveitou e criou uma oferta.

Um sistema econômico em uma lógica inversa: oferta e demanda é o que Dona Glória, mesmo sem saber que compreende - entende e faz; contudo, em propósito diferente. No sistema capitalista, a lei de oferta e demanda visa o lucro, a acumulação, enquanto dona Glória utiliza desta lei para garantir sua própria subsistência. Uma senhora, que não se lembra mais de sua idade (ou preferiu não revelar), que trabalhou junto ao marido pelas fazendas do Pantanal, que produziu bonecos de barro até enjoar (ou até cansar), ainda tem que cultivar rosas do deserto para “lucrar”.

Nos ires e vires de um Pantanal com eira e beira, o capital econômico deixa seu rastro na poeira que levanta, pairando sobre uma gente, submetendo este povo ao gringo¹² que deseja comprar. Não é de tão ruim ter turista por lá e ali, com vontade de consumir seja lá o que for, mas pode ser muito ruim ter que produzir oferta para suprir a demanda, mesmo depois de “enjoar” (o que de fato significa estar exausta de trabalhar), porque precisa comer e sobreviver. Após um ano, reencontrei dona Glória, e para minha não surpresa, dona Glória havia parado de cultivar rosas do deserto para vender, então a perguntei por que não estava mais vendendo rosas do deserto, e ela me disse: “*ah, chega de trabalhar*” (setembro de 2023).

O território pantaneiro passou por uma reorganização espacial, surgindo uma nova divisão socioterritorial do trabalho. O contexto histórico evidencia que o casal seu Antônio e dona Glória, tiveram seus habitus moldados conforme as disposições expostas no campo. Se adaptaram a novas ocupações utilizando habilidades e conhecimentos próprios para garantir o sustento do lar. Demonstrado que os habitus não são fixos, mas que estão sujeitos a mudanças de representações, a depender de onde estão inseridos e suas necessidades enquanto indivíduos e grupos sociais.

A respeito desta reorganização que o Pantanal Sul vivenciou, é preciso indicar que ao fazer os grupos sociais se moldarem conforme foram expostos, os agenciadores destas ações tenderam a *desvalorizar certas atividades em virtude de outras novas*: Pescadores/artesãos; trabalhadores de fazendas; e etc. O intuito desta ação é de elevar a

¹² Gringo é o indivíduo que está de passagem, ou residindo em um país que não é o seu país de origem.

taxa de lucros por meio do trabalho social não pago, como também, permanecer competitivos ou/e em atividade (Santos, 2014).

[...] muitas vezes, o capital precisa passar por uma nova intensificação. E isto representa uma nova reordenação espacial das atividades, com a transferência do capital para aquele suscetível de garantir, nas novas condições, uma taxa de lucro mais elevada. [...] e reduzir o valor do trabalho, com repercussões novas sobre o capital total e sua distribuição no espaço total. (Santos 2014 p.145)

Inferre-se: estas disposições podem ter moldado somente a vida dos trabalhadores embarcados do Pantanal Sul? Mas também, todo o território pantaneiro, produzindo novas *territorialidades*? Destaca-se que esta configuração territorial resultante subordina os trabalhadores independentemente de suas posições. O espaço existente no Pantanal Sul é resultado dessa reorganização territorial que ocorreu por uma divisão do trabalho transcendendo os limites locais. Esta reordenação não foi somente das atividades que os indivíduos exerciam, mas também, da valorização do território, que foi mudando conforme os interesses que estavam em jogo. Conforme a nova distribuição de funções no Pantanal Sul, novos arranjos/ adequações foram sendo exigidos dos grupos. Subjaz destacar as considerações:

Quanto mais intenso o processo de divisão do trabalho de que uma cidade é teatro, tanto maior será a sua subdivisão em subespaços particulares, organizados para servir de suporte às atividades correspondentes. Cada sublocalidade é mais bem utilizada quando a correspondência entre, de um lado, a forma física e a sua localização relativa dentro da cidade e, de outro, o seu uso possível. A cada nova divisão do trabalho corresponderá a uma nova funcionalização das atividades e dos lugares, com a disfuncionalização de alguns lugares e atividades. Quanto mais intensas e mais rápidas (mudanças tecnológicas, organizacionais, etc.), maiores os riscos de disfuncionamento. (Santos 2012 p.125)

A partir disto, visualiza-se o seguinte esquema que exemplifica bem a conjuntura engendrada dentro da economia do Pantanal Sul.

Apropriação do espaço social → Nova funcionalização das atividades →
Nova divisão social e territorial do trabalho → Novos arranjos espaciais (Habitus
global) → Readequação dos agentes sociais → Nova funcionalização do lugar e das
atividades.

Desta maneira, o espaço pantaneiro é um território que agrega conjuntos de disposições pensadas a partir de agentes que desejam expandir o capital econômico. Estes agentes caminham juntos o público-privado, sendo capazes de organizar e reorganizar qualquer território por possuírem maiores posses de capitais, abrangendo os âmbitos

político, simbólico, econômico, social e cultural. Bourdieu (2005) indica que o domínio do campo econômico não depende das necessidades do espaço social, mas sim dos agenciadores deste território e de suas posses ligadas ao acúmulo dos capitais. O papel do Estado neste caso é primordial para a expansão/perpetuação do domínio econômico no território, pois sua influência é capaz de produzir mecanismos que atuam de forma decisiva na lei de oferta e demanda (Bourdieu, 2005).

[...] o que se chama mercado é apenas, em última instância, uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através das modificações que eles conseguem lhe impor, usando poderes detidos pelo Estado, que são capazes de controlar e orientar. [...] para as vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado, tarifas preferenciais, patentes, regulamentos, créditos para pesquisa-desenvolvimento, compras públicas de equipamento, ajudas para a criação de emprego, inovação, modernização, exportação, habitação, etc. Em suas tentativas para modificar a seu favor as “regras do jogo” em vigor e valorizar assim algumas de suas propriedades. (Bourdieu, 2005 p.40)

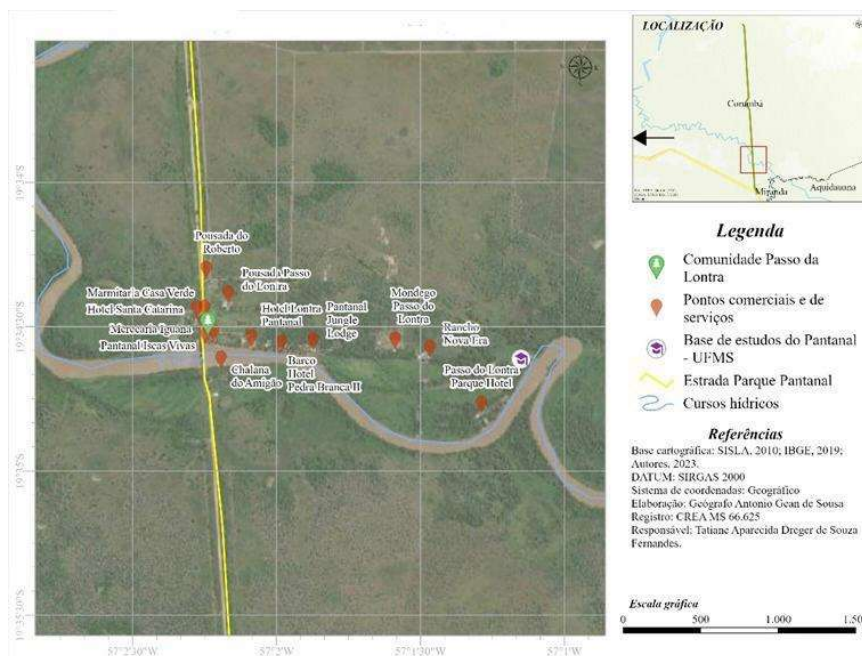
É através do consentimento do Estado que um arranjo dominante se configura, no Pantanal Sul é possível visualizar algumas disposições criadas; a primeira encontrada na literatura foi a criação da Lei de regulamentação do turismo contemplativo através da construção da EPP com o decreto de nº 7.122/93, de 17 de março de 1993 disposto pelo estado de Mato Grosso do Sul, cujo intuito visava criar estratégias para aquecer a economia local, além de incentivar a indústria do turismo (Oliveira, 2017). Ao final dos anos de 1990, o estado de Mato Grosso do Sul junto com o SEBRAE – MS começaram a seguir um modelo mais organizado do chamado “turismo rural”¹³ de Lajes – SC, destacando as potencialidades (natureza e cultura local) de exploração deste mercado (Almeida, 2005). Além disso, para produzir a demanda, o Estado investiu na inserção do mercado turístico ao sistema de informações pelas mídias e internet, criando dispositivos para atrair os turistas e assim, consumirem a oferta.

Mas quem gerencia esta demanda? Com certeza não são os trabalhadores embarcados, muito menos os trabalhadores locais. Ao visualizar o mapeamento do quadro etnográfico (Figura 1), é possível perceber as inúmeras pousadas que estão em torno da extensão da EPP. Em um recorte menor, em torno da comunidade do Passo do Lontra, o

¹³ O turismo rural referia-se naquela época à oferta do turismo em meio a natureza preservada incluindo as comunidades locais, ligada a imagem do Peão, Gado e atividades rurais (Almeida, 2007).

mapeamento das pousadas em torno da comunidade do Passo do Lontra na Figura 2 chama a atenção.

Figura 2. Localização das Pousadas nas proximidades comunidade do Passo da Lontra.



Fonte: Coordenação e Elaboração Fernandes; Souza (2023).

Só em torno da comunidade, são no total de oito pousadas, fora um Barco Hotel e uma Chalana usados para atender turistas. Contudo, conforme as entrevistas, interlocutores ressaltaram que a demanda de turistas tem sido cada vez menor, seu Antônio relatou a realidade dos trabalhadores embarcados.

[...] Os piloteiros não tem carteira assinada, trabalham por conta nos hotéis [...] **Mas a maioria trabalha uns três dias** [...] tem segurança de nada, se acidenta não tem nada, não consta nada [...] essas lanchas ai parada, **ta todo mundo parado**. Não tem turista pra sair [...] (Relato de 2022)

Esta situação não é única e exclusiva dos piloteiros. Trabalhadores como camareiras, faxineiras e cozinheiras/os de pousadas/chalanas, vivem de trabalhos temporários sem nenhuma garantia e baixa remuneração. Além disso, dois pequenos comerciantes dentro da comunidade, relataram que a totalidade de seus clientes é toda oriunda do Passo do Lontra e trabalhadores de fazendas. Já os turistas não fazem paradas para consumir nesses estabelecimentos, pois geralmente, possuem pacotes fechados com as pousadas, não tendo necessidade de consumir nada na comunidade. No Pantanal Sul, percebe-se que quem agencia a demanda turística são as pousadas, com a inclusão precária dos trabalhadores embarcados.

Outra disposição gerada dentro do Pantanal Sul, é que, mesmo que este lugar esteja geograficamente distante dos centros urbanos, são produzidas, neste espaço, as mesmas problemáticas de uma cidade, sendo inclusive difícil de traçar um limiar entre urbano-rural. A comunidade encontra-se em terras ocupadas da união e não é reconhecida como comunidade ribeirinha, mesmo produzindo suas vidas em função do rio Miranda, vivem sob domínio do turismo. Milton Santos (2014) indicou que o homem tem deixado de ser local para se tornar global, no caso dos trabalhadores embarcados do Pantanal Sul, nota-se que possivelmente eles deixaram de ser locais, mas não para se tornarem “globais”, mas para estarem a *serviço do global*.

Como em um centro urbano, onde as decisões são tomadas pelos agentes detentores do capital, no Pantanal Sul não é diferente. O trabalho embarcado passou a ser propriedade de um sistema que impôs novas formas de organização desta atividade dentro do território, inserindo-os em uma disputa desigual de acessos. Trabalham para o turismo, mas não usufruem e nem participam dos lucros gerados, e ainda “dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes” (Santos, 2014 p.138).

A determinação externa sob o território pantaneiro se concebe na divisão social e territorial do trabalho, sendo que a partir dela ocorrem as distribuições sociais e territoriais das atividades nos espaços. Para configurar o território, é preciso compreender que o Pantanal tem vivido este processo de reordenamento espacial por meio de uma divisão onde existe “sucessão das formas de produção” (Santos, 2012 p.121), dando aos objetos geográficos diferentes valores de acordo com cada tempo da economia.

Primeiro, os habitantes pescadores do Pantanal Sul, sejam eles indígenas ou não indígenas, foram percebidos como mão de obra barata. Assim, o território pantaneiro, com a chegada do latifúndio, teve seu valor na pecuária, surgindo os trabalhadores das fazendas com a “lida do gado”, posteriormente, o Pantanal se reordena com sua crescente inserção no campo do turismo. As atividades também mudam, e os pescadores que foram trabalhadores em fazendas passam a atender também os turistas. O reconhecimento destas funções na vida destes piloteiros parte das “condições preexistentes” (Santos, 2014 p.121), em outras palavras, o que foi a eles exposto desde seus pais/avós fizera-os responder os habitus global, delegando a eles atividades precárias, quando não as mesmas de seus pais, novas funções subordinadas.

Em conversas com um trabalhador da comunidade, perguntei como chegou ao Pantanal Sul, tendo em vista que nasceu em Anastácio e residiu nesta cidade por anos de sua vida. Partindo de sua história de vida, aos 13 anos, após seu pai falecer, este homem precisou ajudar sua mãe a criar seus irmãos. Chegou ao Passo do Lontra já depois dos 40 anos, porque seu grande sonho era “conhecer a onça”. Entretanto, esta história de superação e amor pelo Pantanal, esconde a mazela da subsistência, um menino de 13 anos, abandonou a escola quando ainda estudava a 6ª série e assumiu a posição de pai, enquanto trabalhador, criando os irmãos mais novos junto a mãe e hoje se esconde atrás do sonho de “só ter ido trabalhar no Pantanal para conhecer a onça” (Outubro de 2022).

É importante destacar que Anastácio é a borda pantaneira, a transição entre planalto e planície, e ali também existe onça. O que ocorre é que o *habitus*, esse conjunto de disposições expostas a este homem, fizera com que ele pudesse “percebe-las e realizá-las. (Bourdieu, 1988 p.82)”. Assim, o *habitus* passa do limiar do comportamento e das influências humanas, sendo um conjunto de disposições capazes de moldar a vida dos indivíduos a ponto de fazer com que eles respondam de forma recíproca, agindo conforme a dinâmica do campo econômico.

Histórias como estas são fundadas na divisão social e territorial do trabalho, com um conjunto de ordenamentos capazes de ajustar os indivíduos - o *habitus*, notadamente fundada na distribuição desigual de acesso a oportunidades. Seja a educação sucateada; juntada a ausência de atividades com remuneração digna por meio do mercado turístico (tendo em vista que os embarcados estão neste momento vivendo dentro desta conjuntura econômica); depois, as condições de vida insalubres na comunidade com falta de esgotamento sanitário e água tratada; e por fim, a *objetificação* (Cruz, 2022) da tradição local enquanto pescadores para o uso no turismo contemplativo e de pesca.

1.2. A experiência Paradisiaca: o trabalho embarcado em meio ao espetáculo de romantização das paisagens pantaneiras

Nesta seção, será explorado como os trabalhadores embarcados vivem em meio à comercialização da imagem paradisíaca pantaneira. Estando dividida em duas partes, nesta primeira, foi tratado a objetificação dos piloteiros e piloteiras no Pantanal Sul, e como eles produzem uma realidade distinta de suas vidas pessoais frente aos turistas, para isso, descrevo como foi minha experiência ao ganhar um passeio de barco de uma piloteira, e as conversas informais que obtive com outra trabalhadora que viveu essencialmente da pesca e do turismo. Na segunda parte, em uma subseção, foi abordado como a representação estereotipada do homem e da mulher pantaneira é utilizada no mercado turístico, resultando na invisibilidade dos próprios embarcados.

A função de piloteiro no Pantanal Sul é transmitida de geração em geração, em alguns casos ela é transmitida do esposo para a esposa, como ocorreu com algumas mulheres naturais de outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul que aprenderam a pilotar um barco após se casarem com piloteiros. Apesar de não ter aprendido a pilotar com seus pais, foram os esposos que as ensinaram. Os conhecimentos e habilidades locais também foram transmitidos pelos esposos embarcados e suas famílias.

O trabalho embarcado possui um conjunto de pré-disposições capazes de moldar as relações e sucessões de suas atividades, em outras palavras, o Habitus local deste trabalho está intimamente relacionado a pesca, os indivíduos que exercem a atividade de piloteiro tem um profundo conhecimento sobre o território pantaneiro. Sabem as melhores épocas e locais para pesca, compreendem bem a dinâmica dos rios, conhecem até mesmo os espaços específicos para visualizar a paisagem e os animais, como a onça pintada, lontras e pássaros, além disso, os trabalhadores embarcados compreendem os períodos de cheias e secas, não somente em escalas anuais, mas também em recortes temporais maiores.

A exemplo de seu Antônio que, em 2022, chegou a alertar em entrevista que uma grande cheia estaria a caminho do Pantanal depois de um período longo de seca.

Pesquisador: Quanto tempo faz desde a última cheia?

Seu Antônio: Deu uma cheia de 2010 pra 2011, última cheia que teve. Muito trabalho pra tirar o gado do alagado [...] foram cinco ou seis dias pra levar todo o gado pra lá. Colocava o gado na água e vinha acompanhando de barco, cinco ou seis barco com motor, trabalhão.

Pesquisador: Faz 11 anos então desde a última cheia.

Seu Antônio: Faz, e ta pra vim outra cheia de novo, já falei pro pessoal preparar, vai perder muito gado quando encher de novo, ta perto [...] a água vem de uma vez não vence tirar o gado não, vai perder [...] Sempre foi assim, 10 anos de cheia, 10 anos de seca, aí vem enchente grande de novo [...] década de 70 aconteceu perdeu muito gado aí. A água chega muito rápido não dá tempo desviar. (Entrevista realizada e compartilhada por Eduardo Gomes da Costa em 2022)

Seu Antônio estava com razão, em março de 2023 o Pantanal Sul começou a encher e ainda em julho de 2023 continuava cheio, sendo considerado o tempo de maior cheia depois de um longo período de seca em território pantaneiro (G1, 2023; O Progresso, 2023). Na ciência geográfica seu Antônio é reconhecido com o termo “profeta do tempo”, por conhecer o clima somente a partir de seu conhecimento local.

Algumas embarcadas relataram que neste mesmo ano, a cheia intensiva ainda provocou uma dequada¹⁴ fora de época. Os passeios de barco com os turistas ocorrem de forma esporádica, tudo depende da época do ano e da alta temporada do turismo contemplativo e de pesca, que geralmente inicia após a piracema no mês de março. No caso da dequada, isso não pôde ocorrer, pois mesmo após a piracema, não havia peixes suficientes para pesca de subsistência, e a cheia impossibilitou a chegada de turistas ao local.

Para atender os turistas, os trabalhadores embarcados que não estão em atendimento nos hotéis, ficam as margens do rio Miranda, aguardando a chegada dos visitantes. Os passeios partem deste rio até o rio Vermelho em um trajeto que leva em torno de 20 minutos (sem paradas durante o passeio). No rio Vermelho a pesca de subsistência é proibida, somente a pesca desportiva é liberada (pesca e solte). Neste último local, os piloteiros acompanham os turistas durante o dia todo, ajudando-os a pescar e/ou ensinando-os a praticar a pesca, manuseando as iscas, molinetes e barcos.

¹⁴ Dequada é um fenômeno característico do Pantanal, que ocorre devido aos períodos de cheias e secas. A matéria orgânica resultante desses processos decompõe-se, liberando uma considerável quantidade de dióxido de carbono nos cursos d'água. Esse excesso de gás carbônico reduz os níveis de oxigênio dissolvido, privando os peixes do elemento vital e levando, assim, a morte dos peixes em larga escala.

Também é possível levar os visitantes para contemplar as paisagens do Morro do Azeite e da Baía Negra lugar conhecido por ser possível visualizar onças.

Um piloto fez a seguinte consideração a respeito do atendimento aos turistas: *“A gente procura atender o turista da melhor maneira possível né, se o turista pede pra gente levar em um lugar que quer pescar, quer conhecer o rio, quer passear, quer ver a onça, a gente faz de tudo, tenta fazer o máximo possível para agradar o turista né. Se ele quer pescar a gente leva ele para pegar o peixe, se ele quer ver bichos, animais, a gente tenta levar eles para ver de tudo um pouco”*. (Agosto de 2023)

As paisagens pantaneiras causam nos turistas o sentimento de que estão longe dos problemas corriqueiros produzidos nos centros urbanos. Icléia A. de Vargas e Ademar Heemann (2003 p.133) descrevem as paisagens pantaneiras da seguinte forma:

A paisagem vendida aos turistas é regular e uniforme, plana, sem rugosidades, montanhas ou cavernas, sem mar ou geleiras. Esta paisagem apresenta-se esteticamente harmonizada, com campos, bosques, árvores, flores, lagos, rios, perfeitamente ordenados, com aparência de natureza intocada, devidamente organizada pela natureza ou pela ordem sobrenatural, assemelhando-se ao Jardim de Éden. Lugar disponível ao deleite dos olhares e dos demais sentidos dos visitantes. (Vargas; Heemann, 2003 p.133)

Justamente, uma embarcada relatou como os turistas visualizam as paisagens pantaneiras, vislumbrados com a vida destes habitantes em meio a natureza do Pantanal Sul.

Pesquisadora: Como que a senhora sente que os turistas observam a senhora e seu esposo? Sente que eles estão ali no Pantanal como se fosse em um paraíso, longe dos problemas em meio à natureza preservada?

Embarcada: Muitas vezes, eles veem as coisas boas ao ver deles, mas não sabem a necessidade que a gente passa por estar morando ali, por depender daquilo. E tem muitos que não dá valor naquilo (em referência ao Pantanal) que a gente precisa, porque eu sempre falo que nós moramos ali, nós dependemos daqueles pescados, a gente tem que cuidar daquele lugar, não ficar acabando, por causa que aquilo dali é uma sobrevivência nossa, nós dependemos daquilo dali pra viver. (Agosto de 2023)

Ao entrevistar uma visitante que conheceu o Passo do Lontra em julho de 2023, obtive o seguinte relato:

O que mais me chamou a atenção é a imensidão da água, assim, aquela sensação de você sair, por exemplo, no nosso caso, a gente sair antes do sol nascer, cinco e meia, seis horas da manhã no barco e passar o dia inteiro no rio, porque a gente subiu, passou um pouco o morro do azeite ali em cima e ficar até ali, e ficar lá pescando e voltar no final do dia. **Primeiro o quanto automaticamente você se desconecta, e desconecta não só no caso do que é**

ligado, do que é mídia, mas desconecta de uma outra vida, parece que você fica imerso ali, vou te dar um exemplo, estava só eu e ele (em referência ao esposo), a gente estava sem as crianças, e para uma mãe, você é mãe, você sabe, quando a gente está longe dos filhos [...] você não desliga, né? Você fica pensando, será que as crianças estão bem? como que eles estão? mesmo que eles estivessem com a minha mãe, né? A gente fica sempre... e lá, estando no meio do rio, eu desconectava dum tanto, por não estar com o celular, não estar mexendo e tá curtindo, estar naquele lugar que te traz calma, tranquilidade. Então, eu desconectava, [...] e de repente no final do dia eu falava, “meu deus, o dia inteiro sem saber das crianças, como eles estão, e eu aqui”. Outra coisa que eu me surpreendi, eu ainda comentei com meu marido, falei, ah, eu vou levar um livro pra eu ler no barco, porque deve ser... pensei comigo, acho que vou ficar entediada de ficar o dia inteiro lá sem fazer nada. E assim, as horas passaram muito rápido, eu nem tive tempo de pegar em nada, livro nenhum, **porque a gente fica tão entretido com a pesca, coloca a isca, joga, fica aguardando pegar o peixe, aí pega, aí devolve, aí tenta de novo, vai no lugar, aquele lugar não tá bom, troca de lugar, para um pouquinho, descansa**, fica contemplando aquele ambiente, fica tudo em silêncio, escuta o barulho dos bichos, então, assim, passou muito rápido, eu achei que ia demorar muito tempo pra fazer, foi muito rápido. (Entrevista realizada com Ariela Castalani em agosto de 2023)

Este relato expõe um pouco do que senti e vivi no Passo do Lontra. Às margens do rio Miranda, ficam os trabalhadores embarcados a espera dos turistas. Foi assim que conheci Maria e Lurdes, nora e neta de seu Antônio e dona Glória. Estas duas piloteiras estavam as margens do rio, conversando e cuidando de seus barcos, muito receptivas, assim que me aproximei me apresentaram com um passeio. Primeiro, Lurdes me fez colocar um colete salva vidas, depois, com cuidado, me ajudou a entrar em seu barco e a sentar no melhor lugar. O passeio foi um percurso curto, porém suficiente para compreender como é feito o atendimento para aqueles que apenas desejam contemplar as paisagens. Durante o percurso, a piloteira foi mostrando as pousadas e falando o nome de cada uma - indicou até onde o rio costumava encher, apontou algumas paisagens, identificou os pássaros que estavam nos bancos de areia, e ainda foi relatando suas experiências com seus pais quando pequena nas chalanas e barcos.

Esta experiência me deixou deslumbrada. Foi meu primeiro passeio de barco. Ao visualizar toda aquela imensidão de águas daquele rio, mais as paisagens daquela vegetação e o pôr do sol, me esqueci que era pesquisadora e me tornei uma visitante/turista, conversando com Lurdes e contemplando a natureza “preservada”. As histórias de Lurdes encheram meus olhos de *romantização*: uma mulher alegre, feliz, receptiva, em meio a um mundo “natural”, fazendo o que ama. Poderia uma trabalhadora embarcada em tal paraíso estar sendo subjugada em sua profissão?

Mais a fundo, e aos poucos, consegui acesso a real realidade do trabalho dos embarcados do Pantanal Sul. Por trás daquelas lindas paisagens, existe um espaço ignorado, onde as sociabilidades e as identidades dos diferentes sujeitos são esquecidas e não vistas. Mas principalmente, o que quero expor nesta seção é de que as dificuldades de vida e do trabalho dos embarcados parecem não existir por viverem em um Pantanal/Paraíso. Ariela, na condição de turista, me contou que ao ir visitar a região do Passo do Lontra, reservou um quarto de hotel, mas só conheceu a comunidade porque precisou desembarcar em um ponto específico. Foi assim que ela teve a oportunidade de adentrar a comunidade, se não fosse por isso, nunca teria testemunhado, de perto, a real situação de vida destes habitantes.

A comunidade do Passo do Lontra, na verdade, é reflexo do trabalho e das desigualdades ou assimetrias que os atravessam. Se houvesse remuneração justa a estes trabalhadores e o Estado produzisse disposições capazes de gerar direitos trabalhistas, acessos equitativos e de qualidade em saneamento, saúde e educação, estes grupos viveriam em melhores condições. Este não é o caso dos moradores desta comunidade, que ao longo do tempo tiveram suas atividades fragilizadas e categorizadas ao subemprego.

Outra questão que envolve o trabalho embarcado diz respeito à segurança destes trabalhadores. Em conversas, embarcados relataram que barcos já tombaram por causa de turistas alcoolizados. Uma piloteira pontuou: *“Só que tem a responsabilidade do piloteiro, porque é perigoso, os turistas geralmente, acontece de sair na água. Então é um serviço muito perigoso. Tanto é que eu falo para o meu esposo, ele não é de beber, mas sempre quando ele vai sair com o turista, eu falo para ele não beber no barco. Porque não importa se você bebeu uma ou duas latinhas, você bebeu, o que acontecer no barco é responsabilidade sua”* (Agosto de 2023).

Na atividade de pesca, o trabalho dos piloteiros é ainda mais preocupante. Um homem piloteiro veio a óbito enquanto trabalhava pescando: *“E para os pescadores, o perigo é a corda. A corda é armada de um lado e a outra do outro. Então, para recolher o anzol quando a gente vai à noite, não pode ir sozinho. Tem que ser sempre duas pessoas, porque já aconteceu de um rapaz morrer tirando os peixes do anzol. Porque vai recolhendo a corda (cabo de aço) e vai colocando dentro do barco. Aí o peixe pulou e a corda jogou ele dentro do rio e ele morreu sozinho”* (Agosto de 2023).

Conforme Santos (2021), a paisagem só transmite aquilo que a visão do ser humano consegue alcançar. O trabalho embarcado em meio a esta “natureza preservada” está em volta de muitos problemas que conduzem os indivíduos a uma vida precária, perigosa e sem garantias. Os piloteiros sobrevivem do atendimento aos turistas, a pesca, e empregos temporários em hotéis e fazendas. Os trabalhadores embarcados são ribeirinhos e possuem carteira profissional de pescadores. Por este motivo contribuem mensalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e tem direito a um salário-mínimo em época de piracema (entre outubro/novembro e fevereiro/março).

Contudo, após o fim deste período, a falta de peixes tem condicionado o rio Miranda, impossibilitando que este grupo tenha o que comer. Conforme seu Antônio: *“[...] o peixe também não ta pegando mais, pouca água no rio, não encheu mais [...] secou muito mesmo. E tem pouco peixe. De primeira pintado até pegava de cima da ponte, não precisava nem de barco. Agora vai pescar, não pega nada [...]”*. (Trechos da entrevista realizada e compartilhada por Eduardo Gomes da Costa em 2022. Grifo da autora). De todo modo, além da diminuição de peixes no rio Miranda, a demanda de turistas tem sido cada vez menor no Pantanal Sul, assim como, atingindo significativamente a vida destes trabalhadores. Outro ponto é que a demanda de turistas na região, não supre o número expressivo de trabalhadores embarcados.

aqui tem bastante gente e muitas pessoas desempregadas. O que acontece; sai um piloteiro bom, amanhã chega dois, três, aí os donos dos hotéis, não está nem aí pra você, o negócio deles é ganhar o deles. Sai um piloteiro bom hoje, chega cinco amanhã, pra eles tanto faz, como tanto fez, né, os donos dos hotéis, eles não liga muito, porque tem muita gente aí que pode servir eles, né, então acontecem isso daí. (Agosto de 2023)

Perguntei a uma embarcada como eles fazem quando acaba o auxílio do período de piracema e não conseguem praticar a pesca, e ainda ter que enfrentar a baixa demanda de turistas, e sua resposta foi: *“[...] aí você passa necessidade, passa fome mesmo”*. Esta fala não difere de tantas outras. Por mensagem no mês de abril de 2023, uma embarcada informou que havia habitantes passando necessidade na comunidade por causa da dequada fora de época e falta de turistas para atender.

Alguns embarcados só não estão em situações ainda mais vulneráveis porque tem ajuda dos filhos. Em específico, um casal de piloteiros também recebem ajuda de turistas da região. Isso se deu ao fato de que este casal construiu forte relação com estes turistas, produzindo uma amizade entre eles. Questionados se esta situação relacional

ocorre com os outros embarcados, e sua resposta foi: “*não, a gente consegue isso porque meu marido virou amigo deles (em referência aos turistas)*” (Agosto de 2023). Cabe refletir que a paisagem paradisíaca do Pantanal Sul jamais seria capaz de produzir tamanha consciência nestes turistas, pois ela tende a esconder as incongruências da vida social destes trabalhadores, que inclusive estão sendo reveladas aqui.

Contudo, a relação entre este casal e os turistas em específico ultrapassou o limiar do cliente/empregado, e construíram entre si uma amizade capaz de acessar as camadas sociais que estavam ocultas pela paisagem. Deste modo, a sociabilidade entre os sujeitos tem o potencial de produzir consciência e empatia, dando origem a novos tipos de reconhecimentos. A reflexão sobre como o turismo pode ser transformado de uma *experiência superficial* em uma troca cultural enriquecedora pode impulsionar discussões sobre abordagens mais éticas e colaborativas para o turismo, considerando tanto o bem-estar dos moradores locais quanto a satisfação dos turistas. Portanto, aponto a importância de gerar um novo turismo, não relacionado às falácias “sustentáveis” na atual conjuntura ligada a globalização, mas sim um turismo sociável, que produz interações e conexões entre os grupos distintos, não ignorando o sofrimento destes trabalhadores.

Infere-se: a discrepância entre a visão idílica dos turistas sobre o Pantanal como um paraíso natural e as condições de vida dos trabalhadores embarcados evidencia a *romantização* da vida social destes indivíduos e de tantos outros que habitam estas localidades? O poder simbólico, neste caso, surge por meio da paisagem, criando a ilusão de intocabilidade e escondendo as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelos moradores, contribuindo para o avanço do mercado turístico no Pantanal Sul.

O contraste de realidades tão distintas, onde o espaço é dividido e apropriado conforme os interesses em jogo, possibilita visualizar que o mercado turístico tem produzido dominação simbólica ao impor significados e representações. Essa comercialização da experiência paradisíaca do Pantanal Sul é uma estratégia utilizada para atrair turistas e gerar mais lucro, não distribuindo-os pelo espaço de forma justa.

Apesar dos trabalhadores embarcados produzirem vastos conhecimento sobre o Pantanal Sul, percebe-se que não são reconhecidos desta forma, ao contrário, suas funções são descartáveis e substituíveis. Finalizo esta seção com as observações de Ricardo Luiz Cruz (2022) sobre o contexto do trabalho na América Latina; o sentindo de acumulação

capitalista tem utilizado mecanismos onde o sofrimento é ignorando, reconhecendo os sujeitos à medida que eles estejam em uma posição servil.

1.2.2 “Eu não me visto daquele jeito, eu sei me vestir”: a instrumentalização da cultura local no mercado turístico

Nesta subseção, será exposto como a imagem do homem e da mulher pantaneira é construída pelos sistemas de informações. Este mecanismo de apropriação do espaço pelo turismo produz *invisibilidades*, sobretudo, dos trabalhadores embarcados. Nesse cenário, o pilotoeiro/a se quer existe, e quando existe é pintado ao irreal e místico. Essa exotização da cultura local é uma forma de *instrumentalização*, na qual elementos da cultura pantaneira são utilizados como recursos simbólicos para atrair turistas e gerar lucro a partir da *precarização do trabalho*.

Durante diversas conversas informais pela comunidade com trabalhadores, percebe-se que este mecanismo que o mercado turístico se apropriou ainda perpetua até os dias atuais, causando incômodo pela localidade. O primeiro campo desta pesquisa foi realizado em outubro de 2022, na época, era transmitido pelas mídias a novela denominada Pantanal¹⁵, e seu cenário passava-se no Pantanal Sul Mato-grossense. Por este motivo, muitos eram os comentários na comunidade do Passo do Lontra a respeito desta novela, e como os personagens eram desenhados pelas mídias. Incitei alguns moradores, questionando se concordavam com as imagens das pessoas que residem no local transmitidas pela novela. A resposta de uma mulher chamou atenção:

[...] eu não me visto daquele jeito, eu sei me vestir [...] *eles* (em referência aos autores e diretores da novela) acham que as mulheres daqui não têm vaidade”. Um ex peão também comentou: “[...] *eles* até sentam na mesa com o berrante nas costas [...] ninguém fica com o berrante nas costas o tempo todo”. Duas mulheres pilotoeiras pontuaram: “[...] *eles* falam tudo errado [...] a gente não fala daquele jeito”. (outubro de 2022)

¹⁵ Trata-se de um *remake* da novela de mesmo nome exibida em 1990, de autoria de Benedito Ruy Barbosa. A nova versão é assinada pelo neto de Benedito, Bruno Luperi. A obra foi exibida no canal aberto da televisão brasileira, Rede Globo, na faixa de horário nobre (21h). Em suma, a trama retrata a história de José Leônicio e família, fazendeiro tradicional com grande extensão de terra no Pantanal e outras regiões brasileiras e, Maria e Juma Marruá donas de um pequeno pedaço de terra dentro da fazenda de Leônicio, carregam o lado imaginário fantasioso, viram onças. Além disso, há a figura do *velho do rio*, um curandeiro que cuida do bioma e dos bichos e se transforma em sucuri para defender. (GSHOW, 2022)

A partir destas falas, percebe-se que o caráter inventado ressoa no imaginário social. Como são invisíveis aos olhos de muitos, resiste ainda a concepção de um modo de existência entre selvagem e civilizado, pressupondo um caráter cujos valores de civilização repele o que não é semelhante. Isso enfatiza um campo quase folclórico (para não dizer outra coisa) daquele que não seria dotado de bons hábitos e costumes. O piloto por exemplo retratado na novela, transformava-se em uma cobra – a sucuri, espécie bastante específica do Pantanal.

Bourdieu (2006, 2007, 2013) argumenta que o poder e as hierarquias são definidos através da diferença, criando oposições espaciais que se sobrepõem umas às outras. No caso do Pantanal Sul, uma estrutura de aparatos simbólicos foi sendo moldada, apesar da imagem das pessoas que ali residem. No caso da novela Pantanal, o que foi ilustrado pela mídia era de caráter fictício; contudo, a maioria da população brasileira não consegue distinguir e separar o real do irreal. A vida social não é desenhada de forma linear, ela se mistura, e a visão de outros grupos sociais sob os indivíduos que ocupam o espaço pantaneiro, como também outros espaços rurais, tende a ser uma exotização destes sujeitos.

E nisto eu me incluo. Antes de conhecer o Pantanal Sul Mato-grossense imaginava que nesta localidade residiam apenas peões de fazendas lidando com o gado, com suas mulheres se dedicando exclusivamente ao trabalho doméstico, ou sendo cozinheiras para grupos de homens contratados pelas fazendas. Pensava que não havia internet nesta região, e que comunidades ribeirinhas como o Passo do Lontra era composta por pessoas sem energia e televisão por exemplo e residiam apenas no estado do Amazonas. Uma visão completamente distinta e deturpada da realidade local.

A imagem que circula por meio das redes dos sistemas de informações da mulher e do homem pantaneiro, através da televisão e internet, com documentários, sites de pousadas, notícias e novelas, é sempre associando estas pessoas a algo arcaico e até mesmo rudimentar. Em uma pesquisa rápida pela internet sobre o povo pantaneiro, as imagens se misturam entre os personagens fictícios da novela Pantanal e os peões lidando com o gado. A pergunta que surge é: no Pantanal vive apenas o peão que cuida do gado? Por que a lógica do Pantanal está apenas condicionada ao peão, e por quê não as mulheres pantaneiras, que são piloteiras, comandantes de chalanas, cozinheiras e camareiras? Ou

aos ribeirinhos que estão ocupando estes espaços muito antes da chegada dos primeiros latifundiários?

Pode-se entender que o domínio do mercado turístico no Pantanal Sul, envolve as diferenças simbólicas por meio de visões estereotipadas sobre determinados grupos sociais. Neste caso, a mídia desempenha um papel significativo na formação dessas representações, contribuindo com a percepção distorcida da vida social nesses locais. Conforme uma interlocutora disse: “[...] *eles pensam que a gente não tem vaidade [...]*” (Agosto de 2022). Infere-se: por que a imagem da mulher pantaneira é desenhada com tanto desleixo? Ao que se refere ainda, a uma onça que tem olhos azuis e é branca, num Pantanal Sul-Mato-Grossense com suas fronteiras ligadas a Corumbá – MS, Bolívia e Mato Grosso, bem no limiar da miscigenação e o sol queimando do alto. Em uma visita rápida pelo Pantanal Sul é possível notar que seus habitantes são em sua maioria pretos e pardos.

No dia 30/06/2022, acessei um site de notícias que trouxe uma matéria peculiar, a manchete dizia: *“Ensinado por pantaneiros de MS, personagem come de facão na mesa em Pantanal”*, ao começar a ler a notícia, o jornal eletrônico diz que a imagem do personagem da novela Pantanal comendo com facão e garfo, gerou revolta nos moradores locais (e não era para menos), porém se atente aos fatos seguintes da reportagem:

O exagero da utilização do petrecho também foi apontado no final de 2021 por sul-mato-grossenses da região pantaneira, que não gostaram nada de ver um facão sendo usado na alimentação. “Peão come em prato de louça, não em marmita térmica. Não usa facão, só colher”, disparou um morador [...] **“Pantaneiro raiz come com a mão e não com facão”**. (Mídiamax, 2022)

O site eletrônico de notícias, ao criticar a novela, também parece ter imposto uma outra ideia sob os pantaneiros, ao expor que eles não comem com facão, comem com a mão. Estive no Pantanal Sul produzindo esta etnografia, e de todos os habitantes deste local em que me relacionei, não soube e não os vi comendo com um facão, muito menos utilizando a própria mão para se alimentar ao invés de uma colher ou garfo. De fato, a exotização dos sujeitos sociais que residem no Pantanal existe, e se inseriu nos sistemas de informações, circulando de forma rápida pelas redes. Mais uma vez, o poder simbólico existente no Pantanal Sul se manifesta, submetendo os trabalhadores locais a uma condição de subalternidade, sem considerar suas sociabilidades e significados, deixando-os invisíveis a sociedade.

Bourdieu (2013) diz que a posse do capital garante o domínio econômico e simbólico dos meios de comunicações, esta consideração dialoga diretamente com Milton Santos (2014), que sugere uma avaliação das redes (sistemas de informações), pois a utilização dela de forma arbitrária pode causar impacto na vida social dos indivíduos. Acerca disso, o domínio simbólico das comunicações por grupos sociais que detém do capital simbólico e econômico, molda a imagem de indivíduos com símbolos e signos que não condizem com a total realidade.

Tendo em vista que no Pantanal Sul não residem apenas peões, subjaz destacar que isto tem causado violência simbólica na identidade dos ribeirinhos e dos próprios trabalhadores embarcados, desconsiderando sua vida cotidiana. O processo da violência simbólica na identidade e alteridade é sorrateiro e despercebido, contudo, com o meio técnico-científico-informacional¹⁶, as redes de informações estão cada vez mais acessíveis, possibilitando o que Geertz (1973) refletiu no século XX, que os próprios sujeitos interpretem a vida social. Isso explica por que os embarcados, e habitantes destas localidades, se manifestaram em discordância das imagens expostas pelos sistemas de informações.

Pontuo ainda que o que realmente temos é a interpretação das interpretações (Geertz, 1989), onde ter uma ideia é ter uma ideia de algo (Santos, 2014). Assim, o povo pantaneiro realmente não é formado por pessoas que utilizam a norma culta portuguesa para se comunicar, e as mulheres, em sua maioria, não andam de salto alto com um vestido “elegante” o dia todo. Pode ser que, em algum lugar do Pantanal Sul, um peão esqueceu os talheres em casa e, durante o almoço ao servir seu alimento precisou sim comer com as mãos; e ainda, pode ocorrer de a mulher deste peão “virar uma onça” porque ele manchou sua camisa com molho de tomate.

Porém, isto de algum modo não ocorre em todos os lugares? Quem, neste Brasil com tantas porteiras, sendo uma pessoa real, consegue falar a língua portuguesa em norma culta durante o dia a dia? Ou qual mulher tem tempo de estar 100% produzida durante sua rotina? E por que as mulheres devem se preocupar se elas têm “ vaidade” ou não? Se

¹⁶ Milton Santos (2014) em sua obra “A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”, definiu elementos que contribuíram para a consolidação do Espaço como objeto de análise da Geografia. Ao conceituar o meio técnico-científico-informacional, o autor considerou que conforme o avanço das técnicas na era globalizada, a ciência, tecnologia e informações seriam intensificadas no espaço. Vale ressaltar que estas contribuições foram feitas no ano de 1996.

estas incongruências se repetem, não de forma linear, mas cada uma seguindo o dinamismo dos espaços e subespaços, por que as pessoas que produzem dentro do território pantaneiro são pintadas a uma imagem tão idílica?

A contínua relação de poder produz identidades falsas, forjando um sistema de invisibilidade ao reprimir viveres, saberes, conhecimentos. Uma imagem exotizada revela essas operações de controle. Para Milton Santos (2014), a produção de uma imagem por meio de uma representação do lugar seria o que confere valor ao indivíduo; tal imagem é construída de maneira *consciente e intencional*, carregando, portanto, todo um sistema de significados, relações, percepções e comportamentos que influenciam a representatividade da identidade daquelas pessoas, daquela região, dos subespaços.

No que se refere a isto, a inserção desta imagem foi instrumentalizada muito antes dos sistemas de informações se consolidar no território. Almeida (2007) aponta que conforme a cadeia produtiva do turismo foi sendo fomentada no Pantanal Sul, a cultura local ligada a imagem do peão; das comitivas de gado; e, as cavalgadas no pasto - foram introduzidas aos pacotes do chamado turismo rural pelos empresários/latifundiários que seguiram diretrizes do próprio estado do Mato Grosso do Sul, que copiou os moldes do município de Lages – SC ao final dos anos de 1990, onde havia construído uma cartilha com “caminhos” para que o turismo rural se consolidasse em seu território.

A imagem do homem e da mulher pantaneira tornou-se, junto a natureza do Pantanal Sul, um produto de venda e consumo; os indivíduos foram então *objetificados*. Destaco ainda, que a imagem do homem e da mulher pantaneira sofreu uma generalização e naturalização de apenas uma forma de vida nestas localidades, descartando outras *territorialidades*. Essa imagem, produzida como produto do mercado turístico e econômico, usurpando, deslegitimando e inibindo os sujeitos sociais, ignora outros atores do território pantaneiro, entre eles – os trabalhadores embarcados. Aos poucos, a influência do global ao local pode estar nacionalizando os comportamentos. Nota-se que o corpo com aparatos simbólicos passa a ser a fronteira que marca a diferença, sobretudo, produz hierarquias, visíveis e invisíveis, na qual as sociedades podem lumiar ou ofuscar em prol de um alargamento social-político-econômico.

Simbolismo que impregna e se faz de suporte das práticas sociais. Irrompe a cena social, o desconhecido é colocado à margem, à extremidade do precário. O ritual

distorcido da vida cotidiana. A dissociação dos sem condição humana. Infere-se ainda que é preciso destrinchar melhor o contexto em que as sociedades estão inseridas neste momento. O povo pantaneiro não deseja mais suas identidades à beira da “selvageria” (a comprovar pelas falas dos interlocutores desta seção), e claro, possuem arcabouço de práticas e ações simbólicas que transmite a mensagem de que eles possuem uma identidade que não tem relação com o “primitivo”, com a “fera”, com a exotização. Logo, a dinâmica que ocorre dentro do Pantanal Sul com a inserção de “códigos urbanos”, pode não ter a ver com uma “imitação” da cidade como aponta alguns entusiastas (aos quais não desejo mencionar), e sim, com o meio técnico-científico-informacional.

O meio técnico-científico-informacional através das técnicas tem feito os lugares mais remotos do mundo (em termos de distância territorial a grandes centros urbanos), terem acesso a informações de forma rápida e em massa. Desta forma, a globalização promove a interação entre lugares, produzindo generalizações e percepções fragmentadas do outro a partir do consumo e comportamentos, no que tange a isto, ressalta-se a preocupação de uma cultura hegemônica que vem se introduzindo na diversidade cultural dos espaços (Santos, 2001).

A vida assim realizada por meio dessas técnicas é, pois, cada vez menos subordinada ao aleatório e cada vez mais exige dos homens comportamentos previsíveis. Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional do mundo e também dos lugares que conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder. (Santos, 2001 p.31)

Cada vez mais, os sujeitos sociais estão dependentes das técnicas, e os indivíduos que de algum modo não se introduzem no mundo globalizado acabam por enfrentar dificuldades no curso da vida comum, pois as técnicas se apresentam como necessidade básica de interação social (Santos, 2001). A exemplo da comunicação através das redes sociais, transações bancárias, acesso a informações. Sobre os códigos urbanos, tende a ser comum que a comunidade do Passo do Lontra produza estes códigos, *pois não é formada por grupos pré-capitalistas, e sim, por trabalhadores que estão a serviço do capital.*

O poder e as hierarquias, que são definidas pelas diferenças na apropriação do espaço, criando oposições espaciais que se sobrepõem uns aos outros (Bourdieu, 2007; 2013), produzem o poder simbólico que surge no Pantanal Sul. A relação do turismo e das redes de sistemas de informações através das mídias, juntada a imagem que circula do Pantanal, ainda corrobora com uma das facetas das chamadas “relações de

colonialidade”¹⁷, que legitima e produz efeitos não só nas relações sociais, como nas relações pessoais, isto é, produz uma violência simbólica, por assim dizer.

Desejo abrir uma questão (que posso não conseguir respondê-la nesta pesquisa, mas faço questão de incitá-la) para os conflitos sociais que tem surgido na contemporaneidade. Em uma era globalizada, os símbolos são forjados construindo realidades que produzem ainda mais a invisibilidades. Nas entrevistas colhidas, percebeu-se um desconforto por partes dos interlocutores ao responderem sobre o que achavam da novela Pantanal. Porém, a entrevista principal desta subseção demonstrou muito mais inquietudes durante as perguntas, e só responderam com clareza ao notar que eu respeitaria seus relatos.

Não consegui ter o mesmo êxito ao tentar entrevistar seu Antônio, por exemplo. Ao ir até sua residência, me foi negada a entrevista. Algum tempo depois, descobri que seu Antônio além de ter sido piloto, cuidador da ponte, também foi benzedeiro e: “[...] recebia gente de toda parte, ele não vai querer te dar entrevista”, “[...] nunca recebemos nenhum retorno dessas pesquisas que fazem aqui” (Agosto de 2022; 2023).

Compreendi que seu Antônio estava se legitimando enquanto sujeito social ao me negar a entrevista, exercendo controle em como ele deseja ser visto e reconhecido pelo outro. Além disso, demonstra sua desconfiança com os pesquisadores locais por raramente ter recebido devolutivas de tais entrevistas. A entrevista de seu Antônio que me foi concedida pelo estudante/pesquisador Eduardo, foi dentro de um contexto que confirma minhas reflexões. O professor de Eduardo, pesquisa por anos o Pantanal Sul e é conhecido de longa data de seu Antônio, produziram juntos uma *amizade*, e foi em decorrência desta conexão que Eduardo conseguiu a entrevista. Ou seja, seu Antônio só aceita dar entrevistas a quem ele confia e sabe que não irá distorcer sua história de vida – *romantizando-a*, pintando ao irreal e/ou ao ocultismo.

Destaco ainda o esforço em exercício que seu Antônio e outros entrevistados praticaram para afirmar suas identidades e se desprenderem dos rótulos dados a eles. Finalizo então este capítulo da seguinte forma; mais do que diferenças culturais

¹⁷ Autores do famoso “Giro Decolonial”, como Quijano, Mignolo, Dussel, afirmam que o colonialismo passou no tempo, contudo, as relações de colonialidade permaneceram, conservando as estruturas de dominação, não só pelo aparelho estatal como pelas elites, em diferentes dimensões, a saber: colonialidade do poder, colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade da natureza, colonialidade de gênero, etc.

produzidas por certos grupos e encobertos por outros, são corpos que sentem, desejam, partilham, vivem, e que se importam. No próximo capítulo, será abordado como o trabalho dos embarcados é reconhecido pelos próprios trabalhadores, a partir de suas falas, será visibilizado como a precariedade tem atingido este território nas mais diferentes esferas de direitos.

CAPÍTULO 2 – TRABALHADORES EMBARCADOS, VIDAS PRECÁRIAS E ESPAÇO DE PERTENCIMENTO

No capítulo anterior, foi abordado como o trabalhador embarcado é reconhecido partindo da esfera global à local. Neste sentido, houve transições econômicas que ajustaram esses sujeitos ao subemprego. Além disso, mostrou-se como os homens e mulheres que habitam o Pantanal Sul são desenhados pelos sistemas de informações (mídias), produzindo, desta forma, invisibilidades na vida e lutas diárias desses trabalhadores.

Foi possível notar que o habitus global forjou os comportamentos desses habitantes, que buscavam inicialmente na comunidade do Passo do Lontra novas condições de vida que garantissem a eles estabilidade e qualidade de vida. No entanto, a divisão social e territorial do trabalho distribuiu as funções nesse território de acordo com as disposições e capitais desses sujeitos, objetificando-os. Já a partir deste segundo capítulo, o trabalho dos trabalhadores embarcados será discutido com base na construção social, sob a ótica dos próprios trabalhadores. Trata-se de entender como os embarcados se reconhecem a partir das óticas comunitárias e familiares, a partir do trabalho que exercem, tendo em vista que este trabalho está atrelado à produção social de suas vidas.

Indo para além do quadro etnográfico, destacam-se aqui as posses de capitais simbólicos e culturais, as sociabilidades, significados, afetos e alteridades que são produzidos no dia a dia desses trabalhadores, destacando como suas identidades são construídas em suas atividades e relacionamentos. O capítulo foi dividido em três partes, com destaque para a precariedade que tem se instaurado na vida desses trabalhadores, em relação à saúde, educação e ambiente de seus trabalhos, dando ênfase às inserções nos dilemas, funções e atividades do âmbito comunitário.

2.1 O cotidiano do trabalhador embarcado na comunidade do Passo do Lontra: retomando alguns detalhes etnográficos do campo de análise

A localidade onde os trabalhadores embarcados residem, a comunidade do Passo do Lontra, é um espaço de convivência, sociabilidade e reprodução econômica. Está localizada às margens da Estrada Parque Pantanal (EPP) e do Rio Miranda, nela residem ribeirinhos/as que são trabalhadores embarcados (pescadores e atendentes do turismo), vendedores de iscas, comerciantes, guias de turismo e trabalhadores/as dos hotéis e das fazendas.

Como já mencionado no capítulo anterior, trata-se de um cenário marcado por casas simples de madeira, estando sob palafitas. Nas margens do rio Miranda, é possível observar diversos barcos que são de propriedade dos piloteiros, chalanas e vendedores de iscas. Nesta comunidade existe uma rua central, onde se destacam alguns estabelecimentos comerciais. Um deles se chama “Marmitaria Casa Verde”, sendo o proprietário um piloteiro que também arrenda uma pousada da região. Este estabelecimento atende a comunidade e trabalhadores/as locais das fazendas e hotéis, sendo referência no fornecimento de entregas de refeições na região do Passo do Lontra.

O segundo estabelecimento chamado “Suvaco da Cobra” não passa despercebido aos olhos de quem circula pelo lugar ou transita pela EPP devido ao seu nome peculiar. Fornece todos os tipos de bebidas, sendo as mais consumidas as alcoólicas. Possui uma ótima estrutura, além de mesas e cadeiras. O ambiente é fechado e ainda conta com duas mesas de sinuca. Seu dono é um ex-piloteiro da região que abandonou a profissão em detrimento da baixa disponibilidade de turistas para atender.

O terceiro estabelecimento é a “Mercearia da Iguana”, de um casal de migrantes que residia em Campo Grande – MS. Após 10 anos visitando a comunidade nas horas de lazer para pescar, decidiram abandonar tudo na capital de Mato Grosso do Sul e montar uma mercearia no local. Segundo o casal, fizeram isso quando perceberam que a comunidade precisava de um lugar que oferecesse produtos necessários à vida cotidiana. A mercearia tem de tudo um pouco, entre carnes congeladas, pães de forma, bebidas em geral, doces, bolachas, alimentos básicos como arroz, feijão, café e produtos de higiene.

É, portanto, o principal ponto comercial da região onde os embarcados buscam itens básicos para as necessidades do dia a dia.

Os estabelecimentos locais recebem seu suprimento de bebidas de uma empresa distribuidora que atende a região do Pantanal Sul. Produtos variados, como salgadinhos, bolachas, doces e itens de cesta básica, são adquiridos em cidades como Campo Grande, Miranda ou Corumbá. Dado que esses comerciantes frequentemente viajam para a capital do estado e outras cidades menores, eles mantêm contato constante com os moradores locais, auxiliando no transporte de itens necessários como medicamentos e fraldas descartáveis. Entre esses comerciantes, dois deles, embarcados, expressaram grande satisfação em poder contribuir com a comunidade, seja fornecendo medicamentos necessários ou oferecendo carona até a cidade mais próxima.

A dinâmica nesta rua central da comunidade é bastante visível para quem está no local. Durante o dia, moradores ficam sentados em torno destes estabelecimentos e debaixo de pequenas árvores ao redor consumindo tereré, uma bebida típica do estado de Mato Grosso do Sul. De manhã, as mulheres em sua maioria se dedicam ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos e idosos. Mesmo sendo pescadoras e atendedoras do turismo, acabam por não conseguirem exercer esta profissão como gostariam, pois as pousadas das localidades as contratam apenas para atividades que as reduzem a força doméstica, neste caso como cozinheiras e camareiras. E quando estão com filhos pequenos, para trabalhar como pescadoras precisam levá-los juntos.

Durante a semana, a comunidade mostra-se em uma dinâmica pacata e calma. Percebe-se que os moradores vivem amigavelmente, sempre se cumprimentam, visitam a casa uns dos outros, compartilham suas histórias e dia a dia. É comum que filhos dos moradores mais antigos da comunidade se relacionem uns com os outros e constituam família, assim, criam-se graus de parentescos entre esses habitantes.

Nos finais de semana, a rua central da comunidade continua com grande destaque no cotidiano destes habitantes. Em torno da Mercearia da Iguana e do estabelecimento Suvaco da Cobra, por exemplo, trabalhadores embarcados, guias de turismo, habitantes locais e trabalhadores de fazendas se unem para consumir no local e estabelecer relações entre si. Pude presenciar esta dinâmica por duas vezes. À noite, todos se reúnem, assam carne, peixe, consomem bebidas alcoólicas, dançam e celebram a vida.

Nas duas ocasiões em que estive, pude presenciar o grau de amizade entre estes habitantes, assim como os conflitos entre eles.

Alguns preferem não se relacionar nestas ocasiões com o grupo, pois, segundo os embarcados, há muita ingestão de bebidas alcoólicas, acabam se envolvendo em confusão e discutindo entre si. De fato, nas duas ocasiões, conheci um embarcado que ingeriu muita bebida alcoólica durante a noite enquanto estava com os amigos em torno dos estabelecimentos da rua central. Este trabalhador não residia no Passo do Lontra e, ao ir embora, dirigiu alcoolizado. Também conheci uma família de imigrantes da Bolívia que estava na comunidade em um desses encontros. O casal estava alcoolizado e residia em uma fazenda da Nhencolândia, acompanhados dos filhos. Ao irem embora, foi possível notar que o homem mal conseguia dirigir o carro até a fazenda onde moravam.

Para quem está na comunidade do Passo do Lontra apenas de passagem e percorre o pequeno trajeto da rua central, imagina-se que a comunidade ribeirinha parece ser um pequeno bairro de periferia. Contudo, as ruas adjacentes revelam as condições de vida insalubres desses trabalhadores. Como já indicado no primeiro capítulo, a comunidade não possui esgotamento sanitário. Então, é notório o acúmulo de lixo não só embaixo das palafitas, mas também em torno das casas, com dejetos domésticos escoando pelas ruas. Apesar da coleta do lixo passar uma vez por semana pela Estrada Parque Pantanal, isso não é suficiente para toda a demanda. Além disso, muitos moradores parecem não se importar onde depositar o lixo acumulado, se debaixo das palafitas ou em frente das casas.

Quando estão em atendimento ou pescando, os embarcados começam o dia de madrugada, consomem uma xícara de café preto e, quando possível, complementam com pão, um item considerado “luxuoso” em seu cardápio. Por isso, sempre que têm a oportunidade, eles encomendam ou trazem pão da cidade. Estes trabalhadores só retornam ao entardecer, por isso, almoçam no rio enquanto estão em atendimento ou pescando. Geralmente, levam no barco uma caixa de isopor para acomodar pequenos peixes, bebidas, produtos para cozinhar e um fogareiro que é um item caracterizado por uma pequena boca de “fogão” e um pequeno botijão de gás. Assim, os próprios embarcados cozinham no barco, seja para consumo próprio, seja para o consumo dos turistas.

Conforme um embarcado, eles assam os peixes que podem ser consumidos no local e preparam farofa pantaneira que é feita com banana da terra. Se o turista preferir, também fazem o peixe frito ou ensopados. Quando estão em casa, também consomem peixe desta maneira, porém com refeições mais completas, acompanhado de arroz e feijão. Frutas, legumes e vegetais são itens pouco consumidos nesta localidade, pois o solo do Pantanal não é apropriado para o plantio de hortaliças e árvores frutíferas.

Esta função ainda pode ser descrita do seguinte modo: o piloteiro/piloteira no Pantanal Sul é o sujeito que pilota um barco, seja para pescar ou para atender turistas da pesca desportiva (pesque e solte) ou turismo contemplativo. Nas épocas de piracema (geralmente de novembro a fevereiro) e cheia (quando não há turista), ele não pode pescar e nem atender. Desta forma, sobrevive com um salário mínimo do governo que dura apenas quatro meses. Após este período, se não tem peixe no rio e turista para atender, trabalham com a lida do gado em fazendas, motoristas em hotéis, cozinheiras e faxineiras em trabalhos temporários nas pousadas.

À medida que o turismo apresenta melhorias em suas demandas e os peixes voltam a surgir no rio, os embarcados retornam para suas funções, pois, de acordo com eles, as jornadas nos hotéis e fazendas são longas e mal remuneradas. Mas, não é tão diferente enquanto estão no rio, pois: os embarcados saem de madrugada e retornam à noite, ganhando em média 180 reais por dia (isso quando há turista). E quando estão pescando, não têm nem a garantia do peixe: “[...] o peixe também não tá pegando mais, pouca água no rio, não encheu mais [...] secou muito mesmo. E tem pouco peixe. De primeira pintado até pegava de cima da ponte, não precisava nem de barco. Agora vai pescar, não pega nada [...]” (Outubro, 2022; Setembro, 2023).

Uma característica marcante deste trabalho são as condições desafiadoras em que é realizado. O trabalhador precisa enfrentar o sol escaldante durante todo o dia. Mesmo com roupas de proteção para o corpo e a cabeça, o calor de quase 40° C nos dias de verão torna o trabalho quase insuportável. Não é incomum encontrar barcos ancorados às margens do rio Miranda pelo curso do rio, com os trabalhadores buscando sombra para se proteger do sol. Aqueles que se dedicam exclusivamente à pesca, além de enfrentar essas condições de trabalho, precisam ter em suas casas um freezer em boas condições para armazenar os peixes. Após acumular uma quantidade significativa, eles se dirigem

às cidades de Miranda ou Aquidauana para vender os peixes. Além disso, eles precisam obter uma nota fiscal para este produto e assim realizar a comercialização legalmente.

Considerando isso, a ideia da natureza preservada e do peão nas fazendas que foi disseminada pelos sistemas de informações parece não condizer com as múltiplas facetas existentes no Pantanal Sul, onde os embarcados demonstram inquietação em suas falas e vidas cotidianas, expressando descontentamento com suas atividades. Envolvendo questões do sentido produtivo do capital, revela-se em um trabalho estranhado para aqueles que produzem suas vidas em uma dinâmica visivelmente simbólica e cultural. De toda maneira, esses sujeitos criam caminhos para permanecer nesses espaços por meio das territorialidades.

Em sua maioria, os embarcados saíram de suas localidades de origem em busca de melhores condições de vida no Pantanal Sul. Ao chegarem à comunidade do Passo do Lontra, reconstruíram seus modos de vida a partir de uma esfera territorial (digo no sentido de espaço e reconhecimento). Em boa medida, são descendentes de indígenas, e seus pais/avós haviam sido canoeiros e pescadores. Muitos nasceram na região das cidades de Anastácio – MS e Aquidauana – MS (a borda pantaneira considerando a transição entre planalto e planície), outros são dos subpantanais da Nhecolândia e Salobra, como também do município de Miranda – MS.

Os que não sabiam pescar ou pilotar um barco chegaram até a comunidade em busca de emprego nos hotéis, seja na limpeza ou na cozinha, e com o tempo aprenderam as habilidades de pilotar um barco, assim como, o conhecimento do território com moradores mais antigos da região. Se (re)territorializaram a partir dos novos conhecimentos adquiridos. Um exemplo é uma embarcada natural da cidade de Campo Grande – MS. Esta mulher chegou à comunidade do Passo do Lontra aos 14 anos, após se casar. Trabalhou com seu esposo pelas fazendas do Pantanal Sul quando mais nova, o ajudou a liderar chalanas e aprendeu a atender os turistas que desejavam conhecer o Rio Miranda.

Entende bem os acessos e estradas do Pantanal Sul, sabe fazer remédios caseiros com raízes de fedegoso e caminho de macaco. O sogro desta embarcada é seu Antônio, conhecido na região por ser benzedeiro, procurado diariamente por pessoas em busca de ajuda para curar dores e enfermidades. Já bastante idoso, dedica-se a benzer apenas

crianças. A história desta trabalhadora evidencia como um *habitus* local dentro da dimensão simbólica e cultural foi exposto a ela e, aos poucos, foi internalizando essas disposições, resultando em comportamentos correspondentes dos habitantes naturais desta região.

A maioria dos trabalhadores embarcados diz, com entusiasmo, que não deseja sair do Pantanal Sul e buscar outras formas de vida. Ainda há exemplos de pessoas que saíram, mas retornaram para aquele espaço, pois não se enquadraram em outras funções/atividades, ou até mesmo não conseguem se desfiliar daquele território que ocupam. No entanto, há duas exceções notáveis de trabalhadoras embarcadas que expressaram o desejo de deixar a região e retornar ao ambiente urbano, especificamente para Campo Grande - MS. Aparentemente, a motivação para essa mudança parece estar ligada ao fato de estarem lidando com doenças físicas e psíquicas (o que será tratado na próxima seção).

Já os trabalhadores que não desejam sair da comunidade cresceram nas localidades do Pantanal Sul Mato-Grossense. O dono da fala “*um dia a gente come, no outro não*” (Outubro, 2022), é um destes exemplos de pertencimento a este lugar. Este homem é natural de Anastácio, sendo seus pais pescadores, identificados por ele como “*ribeirinhos*”. Com eles, aprendeu a pescar: “*saíamos de Aquidauana, vinha até aqui (região do Passo do Lontra), tudo no remo, demorava uns 15 dias [...] ou eu trabalhava em fazendas, ou trabalhava no rio*” (Setembro de 2023). Chegou à comunidade nos anos de 1992 em busca de emprego. Segundo ele, trabalhava não só como piloto, mas também como cozinheiro e faxineiro, pois “*se fosse viver da pilotagem, era difícil, bastante gente, não tinha serviço pra todo mundo*” (Setembro de 2023).

Este ex-embarcado se casou na comunidade e, após sua esposa pedir separação, se viu sozinho para criar seu filho e o enteado. Assim, decidiu abandonar a vida como embarcado por ter que ficar longe dos filhos por muito tempo e não trazer recursos suficientes para o lar. Vendeu dois barcos e um motor e depois montou um pequeno estabelecimento na comunidade: “*hoje eu tenho uma vida mais digna, vivo tranquilo, não tenho mais aquele sufoco que eu tinha de primeira, ajudo muito meus filhos, tudo o que eu tenho é pra eles*” (Setembro de 2023).

O interessante sobre esta jornada é que, mesmo diante das adversidades, ele preferiu continuar no Pantanal Sul. Ao descrever o que seria o Pantanal para ele: *“o Pantanal para mim é tudo, tudo o que tenho eu tirei daqui, pra viver aqui tem que gostar, porque tem as fases boas e tem as fases ruins, épocas de enchente, fogo, mosquito, mas eu gosto muito daqui”* (Setembro de 2023). Outra piloteira disse o seguinte ao responder a mesma pergunta: *“O rio pra mim é tudo [...] eu aprendi a pilotar por causa disso, porque isso aqui é minha vida”* (Outubro de 2022).

Este contexto se repete na vida de tantos outros embarcados da região, em boa medida, a maioria destes sujeitos tiveram a influência de suas famílias para a formação enquanto trabalhadores embarcados. O reconhecimento do espaço que ocupam parte de uma dimensão estritamente simbólica, mesmo considerando que a comunidade do Passo do Lontra tenha surgido em vista da falta de emprego em outras regiões pantaneiras, e que seus habitantes só tenham ocupado este lugar em busca de peixes para pescar/comer/vender, e depois ajustando-se a atender turistas da região para obter mais ganhos.

Os trabalhadores embarcados têm total consciência destas condições em que estão inseridos, e por isso, frisam sempre que podem que para ser piloteiro e morar no Pantanal, é preciso gostar do que faz. Estes fatos teriam a ver com um processo de territorialidade? A territorialidade é descrita na ação, onde os indivíduos organizam formas de vida que os habilitam a “viver no limite” destes espaços de domínio do capital (Haesbaert, 2014), que também é de domínio simbólico engendrado por um habitus local. Paul Elliot Little (2003) indica que, na antropologia, a territorialidade surge a partir da perspectiva que a conduta territorial é fundamental em todos os grupos humanos. Assim, ela é caracterizada pela ação conjunta de um grupo social para ocupar, utilizar, dominar e estabelecer identificação com uma porção específica do ambiente físico, transformando-o efetivamente em seu “território”.

É um território de reconhecimento do próprio indivíduo e de suas identificações coletivas. “A expressão desse tipo de territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (Little, 2003 p.265). É, portanto, inerente a apropriação capitalista (Haesbaert, 2004), ou ao grau de poder do Estado. Isto

quer dizer que, independentemente da apropriação capitalista e como o Estado organiza o território, as territorialidades são reproduzidas, pois partem de uma dimensão estritamente simbólica e subjetiva do ser humano, enquanto ser único ou coletivo. Parte-se de um contexto de relações entre o sujeito, o grupo que ele pertence e o meio que ele ocupa.

Rogério Haesbaert (2005 p.6776) destaca que “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Infere-se,

todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e **simbólico**, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo **território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso)**, seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s). (Haesbaert, 2005 p.6776 Grifo da autora)

A territorialidade se traduziria na fixação desses sujeitos no território, seria a conduta coletiva destes sujeitos, onde, por meio dela, o território se torna um espaço de reconhecimento. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial (Haesbaert, 1999). Ricardo Luiz Cruz (2015), ao tratar o reconhecimento dentro do contexto dos agricultores da selva peruana, apontou a família como núcleo da formação identitária daqueles trabalhadores, algumas características deste cenário se coincidem com os trabalhadores embarcados.

[...] isto é, nas relações entre um casal e seus filhos, e não no indivíduo ou num grupo de descendência mais amplo, a sua unidade social básica ou central. As práticas e os discursos dos colonos andinos da selva central mostram que a família nuclear continua tendo uma importância capital nas suas vidas. (Cruz, 2015 p.234)

Partindo destas observações, veja o relato de um piloteiro.

Olha, eu comecei como criança, né, que na época meus pais eram muito rigorosos, pra gente namorar, a gente tinha que ter dinheiro e tinha que ter uma casa pra sustentar a família. Então quando eu era moleque eu comecei querer namorar, minha mãe falou, “já que você quer namorar, você vai ter que trabalhar e ganhar o seu próprio dinheiro”. Ela me deu uma lanterna e uma faca e falou pra mim, “você sabe onde é à beira do rio, você sabe onde fica o barraco dos seus irmãos (em referência onde hoje é a comunidade), onde tem os anzóis, então você vai lá” e eu fui. Cheguei na beira do rio aos 14 anos de idade. Era umas 10 horas da noite de bicicleta, dentro de uma mata fechada. Aí, dali eu

comecei, desde os 14 anos de idade, e até hoje eu tô batalhando na beira desse rio aí. (Agosto de 2023)

A incidência deste relato está na história de todos os interlocutores desta pesquisa. Um casal de irmãos embarcados que nasceu na comunidade, cresceu mais seus pais pelo rio Miranda, enquanto trabalhavam pescando e atendendo os turistas da região - aprenderam a pescar e pilotar. Outras duas mulheres que não eram naturais da região, se casaram com trabalhadores embarcados e foram inseridas ao contexto da comunidade e a relação com o rio, logo, tornaram-se piloteiras, como também, adquiriram os mesmos saberes dos moradores locais. E assim, territorialidades vão se criando neste espaço vivido, com memórias que foram produzidas no rio e na região do Passo do Lontra, os conectando aos pais, à infância e até mesmo aos amores.

Um habitus local é estruturado: imagine que sua vida sempre foi em um espaço como o Pantanal Sul. Mesmo com poucos acessos, a chegada do pai e da mãe ao final do dia trazendo o pescado; os banhos no rio com os irmãos e amigos; as descobertas pelas matas, trilhas; a função ensinada pelos pais; os amores e socializações; o nascimento dos filhos. Nota-se que, ao se tornarem adultos ou ao se casarem, acabem por desempenhar funções que estejam ligadas às dinâmicas de suas vidas familiares (este contexto está dentro de uma conjuntura que é passada de geração para geração).

Mesmo que, de certa forma, as territorialidades estejam expostas à divisão socioterritorial do trabalho - na esfera local, o habitus surge como uma estrutura de apoio para a apropriação do espaço (por meio das territorialidades) para que estes grupos permaneçam neste território. Tudo isso faz deste ambiente de trabalho um ambiente de formação familiar; é, portanto, o lar dos trabalhadores embarcados, dos ribeirinhos.

As territorialidades, no sentido da dimensão simbólica, cultural e subjetiva, podem ser expressões de apropriação dentro dos espaços diante das pressões dos modos de produção capitalista. Bourdieu (1983) indica algo semelhante ao termo de territorialidade de Haesbart (2005), o *ajustamento* surge em meio a uma necessidade de adaptar-se às novas situações (que o habitus submete), sem ultrapassar os limites impostos por estas disposições, *pois é o habitus que determina as percepções construídas no campo*, determinando, desta forma, transformações duráveis do habitus (Bourdieu, 1983).

Para uma melhor clareza desta reflexão, no primeiro capítulo desta pesquisa, foi possível notar como o habitus, por meio da divisão social e territorial do trabalho, cria hierarquias dentro do território pantaneiro, submetendo os grupos sociais a funções menos privilegiadas do ponto de vista econômico, explorando esses habitantes e ajustando-os a uma posição servil. Em contrapartida a isso, os trabalhadores embarcados produzem certos tipos de territorialidades, que os fazem se ajustar a este espaço. Entretanto, esses ajustes não os fazem romper socialmente no tecido social; na verdade, esses ajustes os ajudam a resistir a este tecido social, vivendo no limite como Haesbaert (2014) pontua.

A territorialidade teria a ver com a construção social desta profissão? A partir dos relatos, percebe-se que os modos de vida dos trabalhadores embarcados, apesar de estarem submetidos a uma distribuição desigual de tipos de acessos, eles têm agido de modo a reafirmar suas atividades e vivências. O trabalho embarcado não é feito apenas de alienação. Haja vista, as inúmeras falas ao dizerem que o rio é tudo para eles, que no rio se esquecem dos problemas, das dores, que é o rio o espaço em que produzem suas relações e afetos.

A forma como estes trabalhadores encontraram para encarar estas condições foi a partir das territorialidades. “A capacidade de dominar o espaço apropriado, notadamente apropriando-se (material ou simbolicamente) dos bens raros (públicos ou privados) que aí se encontram distribuídos, depende do capital possuído.” (Bourdieu, 2013 p.137). No caso dos embarcados o capital simbólico e cultural os habilitam a se (re)territorializar neste ambiente.

Relaciona-se duas facetas no âmbito local: uma do trabalho precarizado, da vulnerabilidade, do sofrimento social (imposta pelo habitus global); outra, de afetos, pertencimentos, resistências e lutas pelo reconhecimento. Estes dois lados se conversam e chegam a ser intrínsecos, dialéticos. Contudo, confunde-se em meio a uma romantização e naturalização de modos de vida. O habitus local exposto aos trabalhadores embarcados, fez ao longo do tempo com que se apropriassem destas disposições, produzindo uma (re)territorialização, com novas sociabilidades, vivências e conhecimentos empíricos. Acrescenta-se que estar dentro de um convívio onde seus pais e avós produziram seus modos de vida tão atrelados ao domínio da terra, do rio e do barco, gera nestes habitantes o sentimento de pertencimento local, capazes de se ajustarem sem nenhum tipo de resistência (digo no sentido de resistência ao capital econômico).

Alguns autores, como Setton (2002), sugerem considerar o habitus como trajetória. Isso demandaria imaginar que o habitus é um sistema flexível que se adapta constantemente. Este não é o viés desta reflexão. Bourdieu (1988), ao descrever o jogo social incorporado (habitus), traz didaticamente o exemplo do jogo de futebol. A bola parece comandar o jogador, mas na verdade, é o inverso. Cada lugar onde a bola percorre no campo foi antes pensado por um jogador, por estratégias e regras. Existe uma infinidade de caminhos que a bola possa percorrer, mas estas possibilidades estarão sempre dentro das possibilidades que o jogador concebeu, e não que a bola pensou.

Enquanto um jogo de futebol dura dois tempos de 45 minutos, a vida real é mais complexa. O habitus, sendo ele global ou local (considerando os termos desta pesquisa), é estruturado por esquemas de disposições que perpassam por gerações. Retorne no tempo: e se, no fim do século XX, o Pantanal Sul não tivesse enfrentado uma escassez de oferta de emprego e renda, os residentes do Passo do Lontra teriam se deslocado para essa localidade em busca de melhores condições de vida, motivados pela esperança no desenvolvimento do turismo, que era alimentada pelo poder público e privado? Volte ainda mais no tempo: e se a pecuária extensiva não tivesse se estabelecido no Pantanal Sul no século XVII, os primeiros habitantes deste local teriam sido expropriados de suas terras? Estes questionamentos evidenciam aspectos do habitus global, sugerindo a possibilidade de que, séculos após serem retirados de suas terras, a geração subsequente retorna não mais como proprietária, mas sim como mão de obra potencialmente explorada, tanto pelo latifúndio quanto pelo turismo.

Agora, considerando o contexto desses habitantes que vivenciam suas dinâmicas de vida dentro do Pantanal Sul de geração para geração, eles realmente teriam se deslocado para a região do Passo do Lontra somente pela falta de emprego em suas localidades? Ou o habitus local forja uma estrutura de apoio para que eles permaneçam nestes espaços? Através do afeto, das sociabilidades, do reconhecimento social e da subjetividade? Estamos tratando aqui de séculos de conhecimentos empíricos e habilidades tradicionais que os fazem embarcados, pescadores, ribeirinhos.

Não se trata apenas de trajetórias, mas sim de um sistema de disposições (pensados por outros) que os levaram a criar suas próprias trajetórias por meio das territorialidades. E aqui sim, as territorialidades podem ser flexíveis, pois se trata de ações, de condutas sociais, que capacitam os indivíduos a viverem no limite da

apropriação do capital econômico. De toda maneira, é preciso enfatizar a necessidade de não naturalizar estas jornadas que foram sendo precarizadas ao longo do tempo, o capital simbólico e cultural em vidas como estas, exerce muito mais força do que o capital econômico.

Na próxima seção, será evidenciado como esse espaço de reconhecimento dos trabalhadores está constantemente em estado de precarização. Essas práticas e lutas culturais simbólicas pela definição criam um ambiente onde a vida social é constantemente recriada e revogada através de estratégias de distinção e pretensão (Bourdieu, 2013b). O capital simbólico faz com que pessoas como os embarcados, sem acesso à educação, informações (filtradas) e espaços de integração que garantam suas mobilidades sociais, fiquem reféns de uma realidade habitual, herdada e presenciada, incorporando os mesmos 'sonhos', as mesmas legitimidades.

2.2 A precarização do trabalho embarcado: o reconhecimento social frente a processos de vulnerabilidade.

No primeiro capítulo, foi possível visualizar como o campo econômico age a partir do global, submetendo os grupos sociais a uma divisão social e territorial do trabalho. Nesta seção, será possível visualizar as dinâmicas sociais em torno da precarização da vida local. Para que a precariedade seja constituída, considero que ela precisa partir da distribuição desigual de tipos de acessos a oportunidades e capitais, conforme Bourdieu (2005; 2013b).

Na comunidade do Passo do Lontra é possível notar hierarquias sendo constituídas naquele território. Ao visualizar o quadro etnográfico, é notório que os habitantes desta localidade parecem viver em uma realidade distinta das pousadas que recebem turistas diariamente. Por exemplo, os alimentos consumidos pelos embarcados geralmente são arroz, feijão, peixe, frango e, quando possível, carne bovina. Não há a introdução de alimentos como frutas, verduras ou vegetais devido à região pantaneira estar distante geograficamente de ambientes urbanos, e o solo deste lugar não ser apropriado para o cultivo. Para que os embarcados consumam estes alimentos, precisam deslocar-se até a cidade mais próxima.

Outra questão é que a disponibilidade de refeições, como arroz, feijão, peixe e carnes, depende das condições favoráveis de trabalho na comunidade. Isso significa que a oferta desses alimentos está diretamente relacionada à presença de fatores como a alta demanda turística, oportunidades de trabalho temporário em fazendas e hotéis (pois precisam de recursos para comprá-los), bem como a abundância de peixes no rio Miranda para a prática da pesca. Segundo relatos de pescadores locais, há uma diminuição significativa na quantidade de peixes no rio. O turismo por sua vez, é predominantemente absorvido pelas pousadas, o que impacta diretamente nas oportunidades de trabalho para os habitantes locais. Essas condições resultam em situações de fome e escassez nesta localidade.

Diante desse cenário, alguns moradores que praticam o trabalho embarcado dependem da aposentadoria dos idosos para suprir as necessidades alimentares básicas. Outros contam com o apoio de vizinhos, amigos, familiares e turistas mais antigos da região para enfrentar a escassez. Entretanto, aqueles que não possuem nenhuma forma de rede de apoio acabam lidando diretamente com a fome. Em contrapartida, o cenário das pousadas se mostra o inverso.

Em outubro de 2022, um trabalhador de uma dessas pousadas relatou que pelo menos duas vezes na semana o responsável pelo local parte para Campo Grande e abastece o hotel com frutas, verduras, legumes e outros alimentos considerados “luxuosos” pelos moradores locais, como pães, queijo, presunto e sucos. Apesar do impacto da pandemia causada pelo coronavírus nos anos entre 2020 e 2022, antes e após este período a pousada continuou com grande demanda de turistas que desejam conhecer o Pantanal Sul. Outro empresário disse que *“só não trabalha quem não quer”*, pois existe muito turista no Pantanal Sul.

No ano de 2023, podia-se observar ao longo do curso do rio uma considerável quantidade de turistas sendo recebidos pelas pousadas na região. Uma delas, por exemplo, estava acomodando um grupo de cerca de 70 mulheres. Os embarcados que atendiam esse grupo específico não eram residentes da comunidade do Passo do Lontra; eles foram contratados de outras localidades. O proprietário de uma dessas pousadas compartilhou que muitos turistas têm pilotos de confiança de outras regiões e, ao ligarem para reservar hospedagem, já mencionam que *“possuem um piloto particular”*.

No Pantanal Sul, existem pousadas simples, com estrutura básica, que atendem a uma demanda pequena de viajantes e, muitas vezes, enfrentam a escassez de turistas. Por outro lado, existem pousadas maiores e mais luxuosas, uma delas situada próxima à Serra de Maracaju, que possui uma pequena vinícola. Outras, mais próximas da comunidade do Passo do Lontra, proporcionam experiências sofisticadas, incluindo música ao vivo, veículos semelhantes aos utilizados em safáris, apartamentos luxuosos e banquetes. São essas pousadas com grande estrutura que atraem a maioria dos turistas para a região. Essa dualidade revela um contraste marcante na região do Pantanal Sul. De um lado, há pessoas que muitas vezes não têm sequer o básico para comer, enquanto, por outro lado, existem turistas que desfrutam do cenário exuberante do Pantanal em meio a um ambiente de ostentação.

Há aqui uma distribuição desigual de acessos. Para que essa distribuição se constitua de forma hierárquica, são delegadas funções mais ou menos prestigiadas para os indivíduos; além disso, ocorre um processo de vulnerabilidade no território. Considerando isso, as ideias de Robert Castel (2000) são necessárias para este entendimento, como já visualizado nos antecedentes conceituais deste trabalho. Castel (2000) indica que a vulnerabilidade não atinge apenas o pleno emprego e renda, mas também outras esferas da vida social do trabalhador. Deste modo, é vulnerabilizado o trabalhador e o seu trabalho. Isso implica na desconstrução de um sistema, resultando numa desordem no mundo do trabalho que reverbera em diversos setores da vida social, transcendendo o próprio universo do trabalho (Castel, 2000).

As “zonas” que distingo não são dadas em definitivo, suas fronteiras são móveis, operando-se passagens incessantes de uma à outra. A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (Castel, 1997 p.26)

Justamente, Antônio Thomaz Jr. et al. (2012) indica como isso pode ser pensado a partir da precarização não só do trabalho, mas também do próprio trabalhador, ou como Castel (2000) pontua – vulnerabilidade deste trabalho/trabalhador. Nesta ótica, Thomaz Jr. et al. (2012) chama atenção para a *(des)realização* da força do trabalho e de quem o produz em todas as esferas da vida social, fragmentando a identidade de classe, a saúde, a vida e o próprio meio ambiente. Isso se traduz em um trabalho estranhado (Thomaz Jr.,

2012), que, no caso dos trabalhadores embarcados, é um trabalho estranho aos seus sentidos de vida, saberes e sociabilidades construídas naquele espaço.

O trabalho, nestes termos, se configura como um espaço de incertezas, no qual não há garantias trabalhistas ou novas oportunidades de acesso. Estas condições submetem os grupos sociais a relações de subemprego, onde o trabalho precário é aceito em detrimento da necessidade de sobrevivência. A precarização surge como meio de controle no território para manter os indivíduos em situações vulnerabilizadas, limitando o pleno emprego, acesso à propriedade/terra, recursos naturais e econômicos, educação, saúde, informações e organizações coletivas, assim como a autonomia para romper com o tecido social. Isso resulta no território, práticas injustas e exploratórias, não considerando as dimensões subjetivas em que os grupos sociais estão inseridos e suas necessidades.

Na comunidade do Passo do Lontra, o trabalho embarcado, apesar de ter surgido com indígenas, não indígenas e seus descendentes praticando a pesca, esta função foi objetificada e ajustada conforme o *habitus* global após o avanço do latifúndio no Pantanal Sul e mercado turístico. Os embarcados, sejam eles indígenas ou não, ficam em função do turismo, realizando, simultaneamente, outras atividades paralelas ao trabalho embarcado. A dimensão subjetiva, simbólica e cultural deste trabalho passou a estar subordinada aos modos de produção capitalista, mais especificamente ao neoliberalismo que se difundiu pela América Latina na viragem dos séculos XX e XXI, expandindo a informalidade do trabalho e os empregos temporários (Thomaz Jr., 2003; Cruz, 2022). Concomitantemente, neste mesmo período, homens e mulheres do Pantanal Sul encontravam-se sem trabalho formal, sem acesso a garantias e formas justas de trabalho. Assim, muitos deslocaram-se até a região do Passo do Lontra, ajustando-se aos novos tipos de padrões impostos por um trabalho estranho aos seus viveres, saberes e conhecimentos empíricos.

Para que este cenário se perpetuasse na região pantaneira, mecanismos foram gerados pelo capital econômico ao longo dos séculos. Existe grande complexidade para compreender como o *Habitus* se configura, como a divisão social e territorial do trabalho é realizada pelo território e como os tipos de capitais e acessos são distribuídos entre os grupos (entre os que têm e os que não têm). Por isso, a precarização é tão necessária a este estudo, pois por meio dela, os agentes hegemônicos dividem o trabalho, distribuem

os acessos, precarizam os espaços e vulnerabilizam a vida social — o próprio *habitus* em ação.

2.2.1 A liberdade pela informalidade do trabalho

Inicialmente, os trabalhadores embarcados eram canoeiros; não havia barcos a motor, suas atividades eram a pesca, e com a chegada do latifúndio, a função da pesca ficou em segundo plano. Começaram a trabalhar nas fazendas como peões, no caso dos homens. Depois, com o turismo, começaram a utilizar seus conhecimentos e habilidades para atender esta demanda. Seus trabalhos são sazonais, atendem turistas da região como piloteiros autônomos, são pescadores e ainda são peões, cozinheiros/as, camareiras nas fazendas/pousadas da região.

Quando não há turistas e não há oferta de trabalho nas fazendas, ou quando o Pantanal está em época de cheia ou com queimadas intensificadas pelas mudanças climáticas globais, dedicam-se aos seus afazeres domésticos. O contexto desses trabalhadores envolve algo específico nesta região; não houve um trabalho assalariado, com garantias e movimentos sociais/sindicais, a esfera de direitos (educação, saúde, previdência, vínculos trabalhistas) nunca foi algo garantido para esses grupos; entretanto, alimentam uma cadeia produtiva que atende o mercado global.

Segundo Thomaz Jr. (2012),

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivíssimo intrínseco ao modo capitalista de produção. (Thomaz Jr., 2012 p.9)

Este trabalho estranho está em contradição e fragmentando as vidas sociais e coletivas destes trabalhadores. O sentido da fragmentação surge, neste caso, em um processo de isolamento social, na força coletiva destes grupos, e "mesmo que haja determinados interesses econômicos no seu formato estruturado no trabalho familiar,

todavia tem subordinado seu processo autônomo de geração de renda e de excedentes" (Thomaz Jr., 2012, p.10). Milton Santos (2013) indica que a economia globalizada tem por objetivo a dominação e não a liberdade. A determinação externa do global ao local se dá entre organizações coercitivas e um exercício de espontaneidade, tendo como resultado a fragmentação. Assim, a globalização corrompe, desqualifica e destrói (Santos, 2013).

Isso decorre do fato de que os padrões de produção estão envoltos em uma hegemonia de desenvolvimento que "determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho" (Thomaz Jr., 2012, p.10). É, portanto, um movimento contraditório que gera subordinação das relações não capitalistas. Neste sentido, o trabalhador deve ser "livre", não ter vínculo com o meio de produção dominante, exceto com seu próprio trabalho (Oliveira, 2007).

Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como "práticas trabalhistas flexíveis" – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral. (Mészáros, 2011 p.342)

A ideia de liberdade e autonomia profissional emerge como elemento na vida social dos trabalhadores embarcados, não só no sentido sazonal de suas atividades, mas também em seus comportamentos e discursos. A maioria dos embarcados expressou, por meio de falas, que não era vantajoso trabalhar nos hotéis e pousadas da região. Segundo eles, os empregos como camareiras, cozinheiros e cozinheiras nos hotéis possuem jornadas laborais extensas, tendo que chegar às 4 horas da manhã e só retornar para casa depois das 22 horas; a remuneração, neste caso, não ultrapassa o valor de um salário-mínimo.

Caso trabalhem nas pousadas como piloteiros contratados, os valores das diárias estão em média de 180 reais, contudo, além das horas extensas no rio, ainda é descontado deste valor o preço do almoço e da gasolina. Conforme relato de uma piloteira, o preço do almoço descontado pelas pousadas está em torno de 30 reais, e o litro da gasolina custa em média 9 reais para um passeio simples entre o rio Miranda e o Rio Vermelho. O piloteiro precisa de pelo menos 10 litros de gasolina. Descontando estes valores, o

embarcado recebe livre dos descontos cerca de 50 reais. Desta forma, os embarcados preferem não trabalhar para pousadas e sim, para “eles mesmos”.

O proprietário do estabelecimento Suvaco da Cobra, por exemplo, abandonou a função de piloteiro para montar seu pequeno comércio. Como já mencionado, este homem percebeu que como trabalhador embarcado precisava desdobrar-se em jornadas extensas no rio, e “contar com a sorte” de sempre ter a disponibilidade de turistas para atender e peixes para pescar no rio. Conforme relatado por ele, ter um comércio na comunidade proporciona condições de vida mais favoráveis para si e seus filhos. Para esse indivíduo, a atividade pesqueira, que permeou sua infância por meio da tradição familiar, acabou sendo subcategorizada devido às pressões inerentes ao sistema de produção capitalista e à degradação do meio que ele ocupa.

Um ponto primordial na vida desses sujeitos está no fato de que esses trabalhadores têm carteira profissional de pescadores. Assim, caso tenham algum vínculo empregatício em carteira de trabalho, perdem o direito a um salário-mínimo por mês do Governo Federal durante o período de piracema, direito concedido aos ribeirinhos da região. Entretanto, o trabalho com a pesca fora do período de piracema tem sido deteriorado por meio do desmatamento em território pantaneiro e queimadas; os peixes da região têm diminuído significativamente (conforme os relatos colhidos durante o campo), e os ganhos atribuídos a esta função não atendem às necessidades mínimas desses indivíduos, e por isso, estão expostos ao trabalho temporário.

Outra questão está no fato de que, mesmo que esses trabalhadores abram mão deste direito constituído a eles para ter vínculo empregatício, as pousadas, em sua maioria, oferecem empregos somente em períodos de alta temporada turística (entre o fim e início de cheia), que segundo moradores da comunidade do Passo do Lontra, “*registram pouca gente, só alguns*” (Setembro de 2023). Isto é, não há oferta de trabalho com direitos trabalhistas, salário digno e jornadas de trabalho que possibilitem qualidade de vida para esses habitantes.

Nesta conjuntura, o setor de serviços ao qual a indústria do turismo está inserida, abre espaço ao mundo de um trabalho ainda mais precarizado, como também a ideia de ser dono do próprio negócio produz a sensação de que não estão subordinados a um patrão. Uma mulher que trabalhou por quase 10 anos nos hotéis como cozinheira preferiu

abandonar a função e trabalhar no rio como pescadora, pois, segundo ela, não precisava “*prestar contas a ninguém*” (Agosto de 2023). Alguns outros embarcados durante conversas informais destacavam sempre que podiam que “*não compensava*” trabalhar nas pousadas; outros também faziam questão de dizer “*somos donos do nosso próprio barco*” (Agosto de 2023); “*temos licença para ser piloteira, nós fizemos curso e pagamos o documento*” (Outubro de 2022).

Estes fatos trazem a luz a questão da informalidade no trabalho, onde os sujeitos são socializados a considerar a autonomia de suas atividades e se despir de todo e qualquer vínculo trabalhista. Acabam por abrir mão de seus direitos, responsabilizando-os de suas próprias garantias. Não há um sistema de apoio institucional nem proteções formais. Isso significa que as vulnerabilidades individuais, que surgem das pressões sociais para ser autônomo e bem-sucedido, estão ocorrendo em um contexto que desmantela instituições e torna mais privada a atividade social como um todo (Castel, 2000).

As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho [...] que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras tantas formas precarizadas, bem como a desposseção - sendo que, a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locacionais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho. (Thomaz Jr., 2012 p.106)

Retomando as ideias de Castel (2000), em primeiro plano, a vulnerabilidade dos vínculos trabalhistas torna-se frágil nessa relação. E isso é tão sério quanto o desemprego, pois é uma forma de ampliar os lucros do capital econômico por meio do trabalho social não pago. Assim, “o trabalho não está acabando, o emprego sim que está moribundo” (Thomaz Jr., 2012, p.12). O trabalhador se encontra livre dos meios de produção, mas não livre do próprio trabalho, um trabalho estranhado/estranho que não atende às necessidades dos grupos sociais (Oliveira, 2007), não só em sua dimensão econômica, mas também nas dimensões simbólicas, culturais e subjetivas, pondo em risco esses modos de vida tão específicos do Pantanal, que se estende aos ribeirinhos do Amazonas, Tocantins etc.

A autonomia do trabalhador embarcado se traduz na vulnerabilidade desta atividade, pois, aparentemente, os embarcados ficam cerca de 12 horas no rio trabalhando. Os piloteiros iniciam suas atividades nas primeiras horas da manhã e retornam somente ao anoitecer; alguns pescadores passam até mesmo o período noturno no rio. A hora do

almoço está longe de representar um tempo de pausa e relaxamento; na realidade, constitui-se também em um período de serviço. É neste momento que os embarcados se alimentam e assumem a responsabilidade de cozinhar para os turistas; simultaneamente, cuidam dos molinetes de pesca. Extraí-se desta atividade todo o trabalho social; não há sequer períodos de descanso.

A informalidade do trabalho nestes termos fragiliza e fragmenta o trabalho embarcado. Onde, por estar exposto a processos de transições econômicas, tornou-se um trabalho sazonal. Nesse contexto, há períodos em que o trabalhador não exerce esta atividade específica, levando-os a se submeterem a outras atividades precárias de emprego, pertencentes a subcategorias que não oferecem qualquer garantia de estabilidade financeira e segurança alimentar, por exemplo. A ausência de tais garantias torna esses trabalhadores vulneráveis ao subemprego, perpetuando um ciclo de incertezas e instabilidade ocupacional. O que antes, esses trabalhadores buscaram na região do Passo do Lontra trabalhos temporários, pois se encontravam desempregados em suas cidades de origem, hoje, essas condições de trabalho tornaram-se permanentes.

2.2.2 *Acesso a Saúde*

Os exemplos da precarização do trabalho/trabalhador por meio da vulnerabilidade (considerando as ideias de Castel (2000)), também podem ser encontrados nos movimentos coletivos da comunidade do Passo do Lontra, assim como suas esferas de direitos no que diz respeito a saúde. Este é o caso de uma embarcada que é representante comunitária no Passo do Lontra. Esta pescadora possui uma doença de pele autoimune conhecida com Pênfigo, que é caracterizada por bolhas que se espalham pelo corpo, intensa dor, mau cheiro e febre. Desde quando ficou doente, parou de trabalhar como pescadora, porém continua com o trabalho doméstico e reprodutivo de sua comunidade, sendo representante deste grupo. Em setembro de 2023, obtive o seguinte relato:

[...] quero ir embora daqui, na cidade (em referência a Campo Grande – MS) tem saúde, consigo fazer tratamento, aqui não, aqui a gente sofre. Eu já falei para o Zé, da gente deixar tudo e ir pra lá, mas ele não quer.

Pesquisadora: A senhora acha que talvez a sua vontade de ir embora não seja por quê não pode mais trabalhar?

Pescadora: Com certeza, antes eu trabalhava, ficava no rio o dia inteiro, **era sofrido, mas era bom**; agora eu fico aqui, olhando essa casa, essa situação,

você viu ali como que é (em referência ao lixo e a água acumulada em baixo das palafitas), tem dias que está insuportável o cheiro, quero ter uma casa boa, beber uma água boa. (Setembro de 2023)

Alguns pontos desta história carecem ser pensados; a necessidade que hoje ela possui de querer mudar-se para um ambiente urbano, viver as dinâmicas da cidade – e de algum modo imaginar que na “cidade” sua vida será diferente. Deixar sua casa, seu lugar de pertencimento, de liderança, de reconhecimento, vem do sentido de um ambiente extremamente vulnerabilizado, resultado da exploração desses lugares. Isso se traduz na falta de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico, bem como na ausência de reconhecimento por parte do setor público e privado.

Esta mulher não tem apoio dos serviços públicos. Para obter a medicação necessária para o tratamento de sua saúde, gasta em torno de 700 reais por mês. Em setembro de 2023, estava ainda movendo duas ações contra o Estado - uma para poder ter acesso aos medicamentos gratuitos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, outra para conseguir que o Governo Federal a conceda um auxílio-doença pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Esta mulher, mesmo contribuindo mensalmente com o INSS, ao ficar doente, não conseguiu amparo do Estado, direito este, que deveria estar constituído a ela.

Isso se repete na vida de outros embarcados. Em abril de 2023, um destes piloteiros precisou passar por uma cirurgia de emergência na parte inferior da barriga. Por isso, ficou impossibilitado de trabalhar e até o fim de 2023 ainda não havia retornado às suas atividades, pois a cirurgia a que foi submetido foi exposta a uma infecção. Naquele momento, este homem tinha 59 anos e buscou os serviços do INSS para conseguir o auxílio-doença. Entretanto, sua perícia foi agendada para 7 de dezembro de 2023, quase oito meses depois da data de sua cirurgia.

Além disso, durante o estágio de infecção de sua cirurgia, não houve suporte do SUS. A esposa deste embarcado relatou que devido à distância da comunidade até a cidade mais próxima, ficaria inviável deslocá-lo a todo momento até a unidade básica de saúde; desta forma, após acabar as medicações fornecidas pelo sistema de saúde, acabou optando por tratar a infecção com remédios caseiros. Entende-se que não seria negado a este embarcado o atendimento caso fosse procurado o sistema de saúde pública. O que ocorre é que as condições nas quais estes habitantes da comunidade do Passo do Lontra sobrevivem, na maioria das vezes os impossibilita de ter o mínimo possível para se

deslocar até o posto de saúde mais próximo da região, que fica a 110 km de distância na cidade de Miranda.

Outro descaso com esses habitantes também foi visualizado em novembro de 2023. Seu Antônio (o interlocutor do primeiro capítulo) sofreu um princípio de infarto, e sua família o levou às pressas para Miranda. De lá, ele foi transferido para Campo Grande. Durante a transferência, nenhum membro da família pôde acompanhá-lo até a capital do estado, e assim, perderam o contato com seu Antônio. A secretaria de saúde da cidade de Miranda não sabia informar para qual hospital de Campo Grande seu Antônio havia sido transferido. Às 4 horas da manhã do dia 9 de novembro de 2023, acordei com uma mensagem da neta de seu Antônio, desesperada, pedindo ajuda para saber onde o avô se encontrava internado e se estava bem.

Outro caso foi relatado na época da pandemia causada pelo coronavírus. Um trabalhador da região que estava prestando serviços para uma pousada acabou contraindo o vírus. Foi encontrado passando mal em um pequeno quarto que a pousada disponibilizava para ele. Para ser socorrido, o trabalhador foi levado de moto até a cidade de Miranda pelo funcionário que o encontrou. Não houve apoio dos proprietários da pousada nem mesmo com um transporte adequado para este homem. Todos esses fatos não são isolados e remontam à vulnerabilidade da vida social destes trabalhadores e suas esferas de direitos, relegando-os a um plano marginalizado e de vida precária.

A nova questão social, hoje, parece ser o questionamento dessa função integradora do trabalho na sociedade, uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que percorre como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. (Castel, 2000 p.239-240)

A precariedade do trabalho, identificada por estes termos segundo Castel (2000), salienta a ausência de proteção previdenciária e insegurança no trabalho, vulnerabilizando ainda mais as vidas sociais frente a uma doença, remontando a uma completa desvalorização social ou condenação como uma atividade ilegítima de direitos. Muitos dos trabalhadores embarcados expõem que não se sentem valorizados ou reconhecidos diante destas condições, deixando transparecer sentimentos de tristeza e frustração. Nesta conjuntura, é possível visualizar que o sistema de proteções relacionadas ao trabalho desempenha um papel crucial como mecanismo essencial para o reconhecimento social e valorização das condições de trabalho. Isso não se limita apenas à proteção contra os

diversos riscos da vida, mas também abrange a formação de identidades individuais e coletivas (Vargas, 2016).

O discurso, por exemplo, da embarcada que deseja ir embora devido à doença que a acometeu, a faz expressar grande sofrimento, não apenas no sentido físico, mas também psicológico. Seu relato parte antes de seu adoecimento físico; primeiro, ela perdeu sua mãe, depois um amigo embarcado que residia na comunidade se suicidou e, após esses dois acontecimentos, descobriu que sofria de uma doença de pele. Em vista disso, acabou desenvolvendo depressão, ansiedade e insônia.

Uma outra trabalhadora embarcada, após perder o esposo, também desenvolveu depressão. Em vista disso, manifestou o desejo de sair da comunidade e retornar à sua cidade natal. Também expressou a dificuldade de não conseguir realizar a função de piloteira, já que agora não possui mais o marido para acompanhá-la, relegando esta função para um segundo plano e se ajustando a novas ocupações, como camareira e cozinheira. O sofrimento, no caso destas duas mulheres, parece ser pela não realização de seu trabalho, uma vez que, o trabalho produzia nelas a sensação de fuga dos problemas que vinham enfrentando na vida social. A depressão surge como uma maneira legítima de resistir à conformidade. Diante da dificuldade em expressar críticas ou estranhamento em relação ao mundo do trabalho, se deprimir se torna a única forma de manifestar o descontentamento (Cruz, 2022).

As falas destas mulheres traduzem ainda suas percepções de vida. Elas chegaram à comunidade do Passo do Lontra, reconstruíram/construíram sua vida, aprenderam uma nova função (pilotar) e produziram naquele espaço tipos de territorialidades que as reconhecem como pessoas. Mas, em um momento de suas jornadas, tudo isso pareceu ter perdido sentido para elas. Ainda no caso de a representante comunitária ter que parar de trabalhar, precisar fazer idas e vindas até Campo Grande - MS, em busca de recursos e acessos relacionados à sua saúde física, aos quais deveriam estar garantidos a ela, mas não estão.

Neste contexto, na comunidade do Passo do Lontra, aqueles que exercem a profissão como embarcado sempre expressam que estar trabalhando no rio está para além da questão produtiva; parece ter a ver com o próprio reconhecimento enquanto sujeito, no sentido de ter algo que possa realizar, mesmo que seja em condições precarizadas e

não obtenha ganhos suficientes. O trabalho nestes termos dignifica o indivíduo como pessoa. A não realização deste trabalho gera uma visão de si que não os faz serem reconhecidos como cidadãos ou trabalhadores, por exemplo. Seus discursos então sempre amarrados ao fator de que hoje não conseguem mais realizar o trabalho embarcado, ou que estão submetidos a outras atividades que não sejam atreladas ao rio. A representante comunitária chegou a expressar: “[...] o rio é onde eu esqueço dos meus problemas. Quando eu to nele, eu esqueço de tudo, esqueço da tristeza, da doença” (Agosto, 2023).

Justamente,

o sofrimento decorreria diretamente do processo de precarização, especialmente no que condiz à questão do emprego. A ausência deste geraria negação, dor, ausência de reconhecimento, sentimento de rejeição e de inutilidade e, ainda, um sentimento de rebaixamento, uma vez que o sofrimento introduziria um hiato importante entre a percepção de si e as normas sociais que o suportam. (Werlang, Mendes, 2013 p.12)

O sofrimento em decorrência do trabalho ainda se manifesta em outras formas de vulnerabilidade. Há relatos de que, na comunidade, vários trabalhadores embarcados estão viciados em bebidas alcoólicas. Na comunidade, é comum que nos fins de semana os habitantes locais se reúnam em torno dos estabelecimentos localizados na pequena rua central. Ali, não consomem apenas bebidas alcoólicas, mas também socializam por meio da preparação de comidas (peixe assado, por exemplo), escutam música e dançam uns com os outros. Durante o campo, não foram visualizados nenhum tipo de briga ou confusão entre esses habitantes; ao contrário, pareciam ser unidos e amigáveis. Outros relatos de embarcados também evidenciavam que todos ali “são como uma família”. Mas há contradição nesses discursos. Ainda foi possível visualizar o consumo de bebida alcoólica por alguns piloteiros às margens do rio durante a semana enquanto aguardavam turistas da região para atender.

Em uma reunião com a Marinha, um piloteiro chegou a dizer aos oficiais que precisava haver fiscalização no rio, pois, segundo ele: *“muitos piloteiros estão trabalhando bêbados”*; outro embarcado também relatou: *“estão sofrendo, é isso que está acontecendo, eles bebem para esquecer os problemas. Na minha época não era assim, a gente tratava o trabalho como coisa séria; se tinha problema, ia para o quarto e rezava. Agora, esse pessoal mais novo não pensa assim”* (Setembro de 2023). Uma outra embarcada também trouxe à tona a mesma questão dos vícios em bebidas, pontuando que proibiu os filhos de *“se envolver com as pessoas de lá”* (referindo-se aos embarcados que

consomem nos estabelecimentos da rua central da comunidade) (Outubro de 2022). Segundo ela, bebem demais, brigam, arrumam confusão. Outro piloteiro que cresceu na região disse o mesmo: *"aqui estamos com sérios problemas de bebida, eles vão para o rio bebendo, tem piloteiro que coloca a mão na caixa de isopor sem nem pedir para o turista, já teve acidente"* (Setembro de 2023).

Esses relatos expressam, em primeira instância, o comprometimento que esses habitantes têm com o trabalho, traduzindo, de certa forma, até mesmo preconceito com aqueles que acabam por descontar na bebida suas dores e frustrações pessoais. O trabalhador embarcado está na posição de construção e manutenção de vida coletiva. Um ex-embarcado, por exemplo, fala com propriedade que os filhos são trabalhadores embarcados, têm família e não ingerem bebidas alcoólicas.

Um cenário parecido foi observado por Cruz (2015) na selva central peruana. Os cafeicultores que ingeriam bebidas alcoólicas fora dos encontros coletivos que ocorriam eventualmente aos sábados à noite e gastavam seus recursos com isso eram considerados "fracassados", vistos com desprezo dentro da comunidade. "A bebida (alcoólica) aparece aí como símbolo, por excelência, do mal, isto é, da desunião familiar, dado que tende a desviar as pessoas que a consomem dos deveres do trabalho" (Cruz, 2015, p. 244). O trabalho, por estes termos, pode ser lido dentro da reprodução social, de uma prática que envolve o reconhecimento social e subjetivo do próprio sujeito (Vargas, 2016).

A vulnerabilidade do trabalhador/trabalho pode, neste caso do trabalho embarcado, ser definida não apenas no sentido da flexibilidade, baixos salários e deterioração das esferas de direitos. Ela também surge num processo de desfiliação atrelado à não realização desta atividade ou má realização. Pois, é um trabalho reprodutivo da conduta social destes habitantes, garante a perpetuação das dimensões simbólicas e culturais nestes espaços, também está associado à conduta moral familiar e comunitária. "Através dos arranjos e suportes baseados em formas de solidariedade próximas, o trabalho evidencia-se tanto como fonte de recursos materiais quanto de relações e laços específicos" (Vargas, 2016 p.327).

2.2.3 Organização coletiva do Trabalhador Embarcado

A precarização surge ainda na vulnerabilidade das organizações coletivas desses trabalhadores. Retomando a história da representante comunitária, por exemplo, sendo esta mulher uma liderança nesta função. Ao relatar como funciona sua rotina entre ter que cuidar de sua saúde física e psíquica, o trabalho do lar e o gerenciamento da comunidade, manifestou que não recebe nada por isso, faz porque ama aquele espaço: *“porque ali é como se fosse uma família, na verdade, mesmo que a gente esteja falando em desistir, a gente ainda acha que tem um jeito de ajudar aquela pessoa que também vai precisar mais do que a gente, entendeu? Então, é assim que eu me vejo.”* (Agosto de 2023).

Para os embarcados, a comunidade do Passo do Lontra surge como um ponto de fuga/estação, um “lar” para o repouso” (Haesbaert, 2005, p.6776). A forma como a comunidade surge, com um aglomerado de trabalhadores embarcados em busca de turistas para atender e peixe para pescar, em detrimento da falta de emprego nas localidades em que habitavam, levanta a questão de como este lugar deu a eles novas perspectivas de vida, ainda que precárias.

No entorno do rio, esses trabalhadores construíram laços emocionais e um senso de pertencimento genuíno. Ali, eles criaram um ambiente onde puderam estabelecer raízes, educar seus filhos e produzir um espaço para convivência, relacionamentos e até mesmo formas de organizações coletivas específicas para aquele espaço – as territorialidades. No entanto, essas formas de vivência estão sujeitas à precariedade por meio da vulnerabilidade e distribuição desigual de tipos de capitais e acessos – o próprio habitus e divisão social e territorial do trabalho em ação.

Os movimentos coletivos são desta forma cerceados, enquanto a representante comunitária busca caminhos para ter uma associação, por outro lado, os habitantes da comunidade encontram-se frustrados e desmotivados a tentar ajudá-la. Conforme relatos, desde a formação da comunidade, houve diversas tentativas em reconhecer este território como comunidade ribeirinha, inúmeros representantes comunitários foram levantados e nenhum obteve êxito em oficializar uma organização no local.

Os moradores dizem-se cansados de reuniões. Um ex-representante da comunidade chegou a mostrar arrependimento de ter representado a comunidade por certo período. Segundo ele, não houve sucesso em nenhuma de suas buscas por melhorias para

o local, além disso, acabou se desentendendo com membros da comunidade, por acharem que o embarcado queria apenas “benefícios” enquanto representante. A atual representante também relatou que diversos moradores tiram sarro de seu empenho enquanto liderança. Outros a procuram dizendo para desistir, pois suas ações não darão em nada.

Aparentemente, os movimentos coletivos em busca das esferas de direito não são, e nunca foram algo comum na vida dos habitantes do Passo do Lontra, e por não ser comum, para eles as organizações desta natureza se mostram estranhas. Enquanto que por um lado, esses sujeitos são unidos no sentido de ajuda ao próximo, amizade e família, por outro, mostram-se despregados de uma tessitura social onde não reconhecem a força coletiva em busca de melhores relações de trabalho e condições de vida. Possuem consciência da realidade precária a que estão submetidos, expressam insatisfação e cansaço diante dessas condições. Entretanto, a busca pelo mínimo necessário para a sobrevivência parece absorver a atenção desses trabalhadores, deixando pouco espaço para considerações sobre a organização coletiva. O tempo livre, então, é utilizado como um período de descanso e uma fuga temporária da dura realidade em que vivem.

O habitus global possui uma estrutura bastante sólida neste sentido, mecanismos de controle e dominação são visíveis neste território. A atual representante da comunidade, por exemplo, manifestou que a dificuldade de conseguir montar uma associação vem da falta de um CEP e ser impossibilitada de usar o próprio CPF para este fim. O SEBRAE – MS chegou a visitar o lugar e tentou montar um grupo de mulheres artesãs, fornecendo curso de capacitação profissional, grupo este batizado pela representante de “Maria Bonita do Passo do Lontra”. Entretanto, os trâmites burocráticos não deixaram a ação sair do papel.

A comunidade está localizada em um território da União, sendo, portanto, uma ocupação, e por isso, não possui CEP. Seus habitantes além de ribeirinhos, pescadores/embarcados, são ainda posseiros¹⁸. Caso a representante forneça seu CPF para montar a associação, é impedida de ter o direito de receber os quatro meses de salário que

¹⁸ Posseiros é o grupo que ocupa uma propriedade, geralmente terra, sem ter direito legal de posse, sendo classificada pelos órgãos oficiais, como uma ocupação. No caso da comunidade do Passo do Lontra, inicialmente um latifundiário da região havia “cedido” um pequeno espaço para os primeiros moradores do local. Depois a comunidade se estendeu com a chegada de mais habitantes, se fixando as margens da ponte de madeira, EPP e Rio Miranda, sendo estas terras de propriedade da União.

o governo disponibiliza em época de piracema para os pescadores profissionais (sendo ela uma pescadora). Neste sentido, montar uma associação demandaria criar um MEI, e o Estado entende que o embarcado que possui um MEI tem recursos financeiros suficientes para sobreviver, não necessitando do recurso de quatro meses no período de piracema. Ou seja, o trabalhador embarcado não pode obter outros tipos de renda, mesmo que esteja sujeito a um emprego sazonal e sem garantias.

Similarmente a este tipo de mecanismo, Foucault (1987) trata a respeito do controle sobre os corpos, onde o coletivo é deteriorado e fragmentado em detrimento do isolamento e individualidade, como também, uma forma de assegurar o domínio do capital sob o território (considerando o contexto do Pantanal Sul). Para o Estado facilitar formas de organizações entre estes habitantes é possibilitar a busca destes sujeitos por melhores condições de vida digna, reconhecer suas forças coletivas. Utilizam desta forma a burocracia para perpetuar a lógica da desigualdade nesse espaço pouco favorecido pelo poder público e privado, entretanto, que fazem parte do contexto cultural/regional e contribuem para a resistência destes modos de vida típicos do Pantanal Sul.

Haesbaert (2014) indica que o Estado, neste sentido, exerce domínio dentro do território, afirmando as relações de poder nesses espaços, mediante ao controle dos corpos - a biopolítica. Apesar de Haesbaert (2014) fazer sua reflexão no sentido do fluxo de pessoas e coisas, pode-se pensar em como a biopolítica exerce seu controle também de forma burocrática, impedindo os acessos e os movimentos coletivos. Não dar aos ribeirinhos o direito de utilizar um CPF para a criação de uma organização/cooperativa é garantir que esses grupos não rompam o tecido social e não lutem por suas esferas de direitos. É desta forma um processo de precariedade das formas coletivas para que esses grupos tenham seus sujeitos isolados socialmente. No que se refere a isto, Castel (2000) pontua:

[...] encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização, que eram "livres", ou seja, podiam estabelecer livremente seus contratos de trabalho, mas que, no entanto, pagaram muito caro por essa liberdade. (Castel, 2000 p.251-252)

Não ter uma associação comunitária no Passo do Lontra impede, de acordo com a representante comunitária, vários benefícios ao lugar, dentre eles: o serviço oferecido

pela prefeitura de Corumbá – MS, que realizava a limpeza do lixo e da água acumulada nas palafitas; venda dos artesanatos produzidos pelas mulheres artesãs devido à exigência da nota fiscal pelo SEBRAE; reconhecimento da comunidade do Passo do Lontra como comunidade ribeirinha; e movimento coletivo dos trabalhadores embarcados (piloteiros/pescadores). “A falta de espaço na organização da divisão do trabalho gera, por sua vez, indivíduos despregados da tessitura social, que não conseguem acessar lugares estáveis” (Werlang, Mendes, 2013, p. 750).

Não garantir a esses habitantes, nem mesmo reconhecimento enquanto ribeirinhos, retira desses indivíduos mais um ponto de estabilidade, precarizando-se uma esfera de força coletiva e individual desses trabalhadores. A esse respeito, em conversas com os trabalhadores embarcados, em sua maioria, relataram a vontade de possuir uma organização enquanto grupo (seja como embarcados, seja como ribeirinhos), mas como já relatado, encontram-se desmotivados. A deterioração das formas de organização coletiva desses trabalhadores perpetua o cenário de precariedade em suas funções, enfraquecendo a busca por melhores condições laborais (Thomaz Jr., 2013).

Isto é, o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando, portanto, não somente as relações específicas à dimensão da atividade laborativa, mas todas as esferas do ser que trabalha, ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida e noutro nível, a subjetividade da classe, as formas de organização política. (Thomaz Jr., 2011 p.110)

Infere-se ainda a importância da liderança engajada e pessoal nas comunidades, as resistências que surgem em meio a distribuição desigual de acesso a oportunidades, as formas de territorialização. A partir do entendimento de que o território antecede o espaço - o território possui dimensões simbólicas e subjetivas, assim a territorialidade se faz nos movimentos do agir cotidiano dos sujeitos e suas relações de poder. O território é formado dentro da singularidade, sendo, portanto, inerente a apropriação capitalista (Haesbaert, 2004; Saquet, 2007). Um território de reconhecimento, um espaço vivido e apropriado.

O posicionamento desta embarcada como representante em busca de soluções para os problemas burocráticos enfrentados pela comunidade, demonstra como as figuras locais podem desempenhar um papel crucial na defesa dos interesses coletivos. Além de sua função de pescadora, esta mulher se torna uma voz ativa, uma defensora apaixonada da comunidade, buscando maneiras de melhorar a qualidade de vida de seus residentes. Contudo, vale ressaltar que este aspecto não abre espaço para a naturalização do

sofrimento dos indivíduos que ocupam a região pantaneira, pois os limites do território estão sob o controle e comando de outros, *produzindo as formas precárias de inclusão* (Haesbaert, 2004).

2.2.3 Distinção e pretensão: Educação e o trabalho das embarcadas

As embarcadas do Pantanal Sul são mulheres pescadoras e piloteiras. Em sua maioria, cresceram nesta localidade e aprenderam a pilotar com seus pais. Aquelas que não são naturais do Pantanal Sul vieram para trabalhar nas pousadas da região do Passo do Lontra, casaram-se com piloteiros da localidade e assim aprenderam a pilotar e pescar. Outras vieram depois de casadas e se inseriram nas dinâmicas deste território.

Estas mulheres dedicam-se não apenas ao trabalho embarcado, mas também ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos e idosos. Muitas que são naturais deste lugar casaram-se já na adolescência (o que não é diferente dos homens). A diferença nesta questão está no fato de a maioria das trabalhadoras embarcadas expor a insatisfação por não ter concluído os estudos. Enquanto os homens parecem estar mais envolvidos em exercer seus trabalhos sem demonstrar tanta preocupação com as condições laborais. Aparentemente, as mulheres são mais engajadas ao manifestam insatisfações em relação ao trabalho embarcado e o notório desejo de poder estudar.

Diante disso, é evidente que uma das esferas que tem sido precarizada ao longo do tempo na vida dos trabalhadores embarcados é a educação. Para serem reconhecidos como pescadores, piloteiros e terem licença para atender turistas da região através de uma carteira profissional, em sua maioria, buscaram finalizar o ensino médio pelo Encceja e o Enem (antes da fundação do Encceja). Recorrer a este recurso foi necessário porque a localidade do Passo do Lontra não tem acesso à educação de qualidade. A única escola que existe neste lugar fica localizada na BR 262, no trecho conhecido como Buraco da Piranhas. Todos os dias um ônibus escolar passa pela região da Nhecolândia, Abobral e Passo do Lontra recolhendo as crianças e conduzindo-as até a escola. Nas regiões mais afastadas, este ônibus percorre de madrugada; o Passo do Lontra, é o último local por onde passa, sendo em torno das 6:30 da manhã. Neste lugar é oferecido o ensino fundamental, com duas professoras para todos os anos de ensino. Após a etapa do 9º ano, os pais precisam mudar-se com seus filhos para as cidades de Miranda ou Corumbá.

No caso da maioria dos embarcados, isto não ocorreu. Os filhos, ao alcançarem uma idade entre 14 e 15 anos, começam também a trabalhar nos barcos pescando, atendendo turistas ou fazendo bicos nas fazendas. Ainda há ocorrências de gravidez na adolescência. Uma embarcada de 23 anos, filha de uma pescadora, casou-se com um jovem piloto aos 14 anos; logo depois, tornaram-se pais e hoje têm dois filhos. Trabalham juntos pelo rio Miranda principalmente como pescadores; ao irem para suas jornadas laborais, levam os filhos por não terem com quem deixá-los.

Esta jovem embarcada relatou que tinha o sonho de ir embora para a cidade de Miranda depois que terminasse o ensino fundamental para finalizar os estudos; porém, acabou casando-se muito nova e, por esse motivo, tornou-se piloteira. Em uma conversa, trouxe à tona o desejo iminente de ir embora para a cidade de Miranda com seus filhos para dar a eles melhor acesso ao ensino público. Ao mesmo tempo, a mãe dessa jovem embarcada revelou, em um diálogo anterior, que seu maior anseio era testemunhar a formação de seus filhos. Contudo, ela enfrentou a dificuldade de não conseguir deixar a comunidade, pois seu esposo não estava disposto a isso. A história desta embarcada também se repete em outras histórias de mulheres piloteiras da comunidade; das seis piloteiras que entrevistei, apenas uma alcançou o ensino superior e outra não foi mãe na adolescência, apesar de ter se casado neste período. As outras, todas foram mães na adolescência e encontraram no rio uma forma de obter ganhos, seja atendendo turistas ou pescando.

Ao considerar o contexto dos trabalhadores embarcados, observa-se que a escola local enfrenta condições precárias, como falta de professores para oferecer uma educação integral, escassez de materiais de ensino de qualidade, remuneração inadequada para os profissionais da área e um ensino defasado. Nesse cenário, duas professoras se deparam com a tarefa de atender toda a demanda do ensino fundamental, desde crianças que estão em estágio de alfabetização até pré-adolescentes que deveriam estar se preparando para o ensino médio.

A carência de recursos e sobrecarga de responsabilidades comprometem gravemente não só a qualidade do ensino, mas também toda uma estrutura social; cria-se distinções. Ter acesso à escola não é o suficiente para que os sujeitos rompam com o tecido social e se mobilizem socialmente; contudo, é uma prática que submetem estes

sujeitos a posições menos privilegiadas sem acesso a outros espaços de reconhecimento (Bourdieu, 2007).

Por trás das relações estatísticas entre o capital escolar ou a origem social e este ou aquele saber, ou esta ou aquela maneira de implementá-lo, **dissimulam-se nexos entre grupos que mantêm relações diferentes**, até mesmo antagonistas, com a cultura, **segundo as condições em que foi adquirido seu capital cultural e segundo os mercados em que este obterá maior lucro.** (Bourdieu, 2007 p.17 Grifo da autora)

A partir desta consideração de Bourdieu (2007), é possível refletir como a distribuição desigual do capital cultural por meio do habitus cria mecanismos para perpetuar/reproduzir relações de poder, hierarquias, domínio e controle nos espaços sociais. Essa reprodução ocorre de maneira neutra, forjando os grupos sociais a posições pré-estabelecidas pelo sistema econômico que ocupa o território. Isso resulta na associação do valor social com o valor subjetivo, onde a dignidade escolar tem a ver com a dignidade humana.

Infere-se

No campo da educação e cultura, os membros das classes dominadas têm **menos oportunidades tanto de descobrir seus interesses objetivos quanto de produzir e impor uma problemática conforme seus próprios interesses.** A consciência dos determinantes econômicos e sociais do desapossamento cultural varia quase inversamente ao próprio desapossamento cultural [...] **A ideologia meritocrática, que atribui à pessoa, seus dons naturais ou méritos, a inteira responsabilidade por seu destino social,** exerce seus efeitos muito além dos limites do sistema escolar. Não há relação hierárquica que não tenha uma parte de legitimidade reconhecida pelos próprios dominados, confusamente percebida na oposição entre "instrução" e ignorância. (Bourdieu, 2007 p.363 Grifo da autora)

Ter um diploma escolar define o alcance da realização dominante (Bourdieu, 2007). Isso se desenrola em uma fragmentação que impacta o reconhecimento social da pessoa, sua própria subjetividade. A falta de compreensão dos fatores sociais que influenciam a trajetória escolar confere ao diploma educacional a relevância de um direito natural, transformando a escola em uma das instituições cruciais para a preservação da ordem social (Bourdieu, 2007). A falta de acesso à educação de qualidade na localidade, evidenciada pela precariedade do ensino, conduz os jovens a escolhas determinadas, como a entrada precoce no mundo do trabalho. A distribuição desigual do capital cultural perpetua relações de poder e controle - lutas simbólicas por assim dizer. Sujeitando muitos ao trabalho precarizado como única opção de sobrevivência.

A precarização por meio da vulnerabilidade atinge ainda o exercício das mulheres enquanto embarcadas. Há relatos e queixas de piloteiras que não são contratadas pelas pousadas por serem mulheres.

[...] são machistas, sabe? Tanto eu quanto minha filha têm a licença para ser piloteira, nós fizemos curso e pagamos o documento [...] eu também sou comandante de chalana, tenho documento pra comandar as chalanas, mesmo assim, não me contratam [...] agora, quando eles precisam de alguém para cozinhar nas chalanas, eles chamam a gente, quando é para ser faxineira no hotel, também chama, para pilotar não, é estranho mulher pilotar [...]. (Outubro de 2022).

Em outubro de 2022, não foi possível explorar profundamente as questões envolvidas nessas falas; neste mesmo campo, surgiu a informação de que outra embarcada trabalhava em uma pousada e que "poderia ser" que os relatos de algumas mulheres fossem arbitrários. No que se refere a isso, surgem as seguintes dúvidas: Como esta mulher piloteira foi contratada por esta pousada? Quais propriedades sociais foram envolvidas nesta contratação? Teria ela acesso a alguma rede de contatos?

A sociedade contemporânea tem sido cada vez mais dominada pelo princípio da economia; a posse do capital material fragmenta os grupos sociais, entre os que têm e os que não têm. Bourdieu (2013b) convida a pensar as diferenças sociais para além dos limites econômicos. A posse do capital social, por exemplo, pode ter possibilitado a contratação desta mulher piloteira nesta pousada. Dependendo de suas redes de contatos e a partir de determinadas disposições, esta mulher pode ter tido mais ascensão e mobilidade na vida social. Isto faz com que ela tenha tido uma trajetória diferente de outras mulheres deste espaço (dentro de um sentido muito estreito, considerando seu trabalho).

Em setembro de 2023, tive acesso a uma embarcada contratada por uma pousada da região. Esta única mulher possui o ensino superior e ainda é prima da subgerente do hotel. Subjaz destacar que, mesmo que esta piloteira tenha sido contratada por aparatos de algum capital social, facilitando tal posição, não a deslegitima de sua função como trabalhadora que vive uma vida cheia de mazelas e que, muito provavelmente, também sofre dos mesmos estigmas sociais de outras mulheres da comunidade; se não pela pousada, talvez pelos turistas que ela atende, seus vizinhos, e até mesmo familiares.

Contudo, a não contratação destas mulheres em pousadas parece estar intimamente ligada a um sistema patriarcal que visualiza os corpos femininos como

objetos sexuais, impedindo-as de exercer atividades legítimas de suas construções socioculturais. Este fato remonta a uma conjuntura que se manifesta em mecanismos de poder e possui atributos que emblemam a distribuição desigual de diferentes formas de capital, afetando não apenas as oportunidades materiais, mas também as identidades e estratégias para alcançar e manter sua posição na hierarquia social (Bourdieu, 2013b).

Um trabalhador embarcado que arrenda uma pousada da região trouxe o seguinte relato “[...] olha, eu, eu mesmo, num gosto. Porque assim, os turistas a maioria são homens, eles tudo bebem, aí como que eu vou contratar uma mulher para pilotar um barco? Não é por mim, eu penso nelas, na segurança delas, e se acontece alguma coisa? Quem tem a responsabilidade sou eu” (Setembro de 2023). Outra embarcada também manifestou:

[...] sim é verdade, a pousada não gosta de contratar mulher pra pilotar barco, eu já perguntei pra um dono de hotel porque eles não contratam, ele falou pra mim, que os turistas já vêm chegando e a primeira coisa que eles perguntam é onde que fica as mulheres. Tem homem que não respeita. E aí isso vai gerar confusão pro marido [...] aí turista bebe, eles não têm respeito por ninguém. (Agosto de 2023)

Esta mesma embarcada ainda relatou que mulheres da comunidade que não são piloteiras acabam optando pelo trabalho sexual, aumentando o índice de violência e preconceito, produzindo mais estigma na hora de contratar as trabalhadoras. Alguns homens buscam o turismo sexual na região, marginalizando mulheres e as impondo subcategorias na sociedade.

Acaba que colocam elas no mesmo pacote que as outras. É desse jeito. E esse trabalho dessas outras mulheres que acaba se prostituindo, a gente percebe que **elas fazem isso por necessidade** mesmo, porque não tem outra opção. Tem uma que é assumida que **falou que ela faz isso porque ela tem filhos** e ela levou essa vida, ela faz programa com turista, ela ganha mais do que trabalhar no hotel. (Agosto de 2023).

Percebe-se que as embarcadas não estavam mentindo quando relataram que não eram contratadas pelas pousadas. A ausência da posse do capital, para além da visão economicista, produz desigualdades de acesso e oportunidades, como também, vulnerabilidade socioeconômica. Bourdieu (2006) indica que as propriedades corporais revelam a origem social. No que se refere a isso, Butler (2019) pontua que o corpo na formação da identidade e como norma social pode levar à criação de corpos considerados "abjetos" ou fora da norma, que é internalizada pelo corpo desde o nascimento, levando à exclusão de pessoas que não se enquadram nos padrões sociais dominantes. Neste

aspecto, “a “aparência” (“la tenue”) é imediatamente percebida, [...] como símbolo da condição econômica e social” (Bourdieu, 2006, p.86).

O corpo pode proporcionar ao indivíduo oportunidades e vantagens que outros não têm, como a facilidade de acesso a empregos em instituições (trabalhar como piloteiras nas pousadas) ou expor a ausência de serviços essenciais à saúde, como no caso de uma embarcada que não possui a arcada dentária incisiva com menos de 50 anos de idade. Sinaliza-se que o corpo sem posse do capital cultural (conexões sociais) e capital simbólico (padrão estético, gênero e cor) produzem estas realidades hierárquicas, marginalizando os sujeitos sociais e ainda incluindo-os de forma precária, fazendo-os se submeter a violência simbólica, que mesmo que percebida pelas trabalhadoras embarcadas, não as movimentam socialmente.

Nestes ires e vires de seres viajantes contemplando o Pantanal Sul, as diversas pousadas aos limiares do Pantanal, os trabalhadores embarcados sonham em um dia terem um salário mais digno, quem sabe, um documento assinado dando a eles a garantia de um emprego formal. Ludibriados pela posse de um barco, são donos de seu próprio negócio. É um movimento que produz distinção social e reforça tipos de realidades. Neste quadro etnográfico, o poder circula, e as hierarquias se estabelecem.

Possuem uma função, têm disponível um rio para pescar e atender os turistas – entretanto, em quais condições isso tem se configurado e se organizado? Como vem sendo destacado, estes habitantes “vivem no limite” (Haesbaert, 2014), tentando fugir/escapar das causas e problemas, através das fronteiras, se refazendo frente ao controle e apropriação dos espaços, produzindo resistências por assim dizer. As lutas no espaço social envolvem não apenas uma distribuição desigual de tipos de capitais e acessos, mas também, este processo de precarização, que por meio da vulnerabilidade, a vida social é fragmentada nas mais diferentes esferas (Castel, 2004). Estes mecanismos produzem uma realidade que forjam percepções, atitudes e comportamentos, naturalizando as diferenças e desigualdades nos espaços – o próprio habitus (Bourdieu, 2013b; 2007; 2005).

Ao considerar em conjunto as ideias de Pierre Bourdieu (2005) e Robert Castel (2000), por exemplo, pode-se pensar em como o trabalho tem sido produzido de forma precarizada dentro dos territórios urbanos e rurais. A desfiliação de trabalhadores no sentido de baixos salários, flexibilização e informalidade engendram uma fragmentação

do trabalho dentro dos espaços, intrínseco a isso, a vulnerabilidade destes trabalhadores em suas esferas de direitos trabalhistas, sociabilidades, culturas, como também, a degradação do ambiente/meio em que produzem suas vidas laborais submetem estes sujeitos ao isolamento social e desintegração dos movimentos sociais legítimos para a conquista de estabilidades.

2.2 “o rio é a minha vida”: E se o rio secar como será a vida dos trabalhadores embarcados!?

Uma constante entre os trabalhadores embarcados é a frequente expressão: “*o rio é tudo*”, “*o rio é a minha vida*”, “*o rio é o meu trabalho*”, “*graças ao rio criei meus filhos*”, e etc. São relatos que levantam questões pertinentes a respeito da relação entre o sujeito e o meio que ocupam. O pertencer, afetos e territorialidades produzem uma geografia de afetividades pelo território (Baltazar, 2022), dando origem a um espaço vivido e apropriado, um território de reconhecimento. O rio Miranda fica a menos de 100 metros de distância da comunidade, as casas de palafitas ficam exatamente em suas margens. Suas águas são importantes não apenas porque servem como “estrada” para os barcos e chalanas, mas porque através deste rio outros recursos são utilizados.

Primeiro o peixe – os embarcados partiram rumo a este local porque o Rio Miranda era rico em peixes, assim, as pessoas que estavam desempregadas foram em busca deste alimento para consumir e vender. A pesca para estes habitantes era uma fonte de segurança alimentar, como também econômica frente às condições de desemprego que os atingiam (e ainda atingem a região). Notoriamente, os moradores que não possuem emprego e renda deslocam-se para o rio para pescar, até mesmo aqueles que não possuem um barco ficam nas margens do rio praticando esta atividade.

Segundo, o acesso à água – na comunidade em questão, a falta de uma rede de água tratada faz com que os moradores dependam do rio Miranda para as necessidades mais básicas, como tomar banho, preparar alimentos e hidratar os animais domésticos. A cada quinze dias, um caminhão passa pela comunidade vendendo galões de água potável. Cada galão, com capacidade para 20 litros, custa aproximadamente 17 reais. Uma família

de duas pessoas consome, em média, sete galões por mês, destinados apenas para se hidratar e preparar alimentos, o que resulta em um gasto mensal de cerca de 119 reais.

No entanto, a maioria das famílias na comunidade tem mais de dois membros, o que aumenta proporcionalmente o gasto com água. Por exemplo, uma família com o dobro de residentes gastaria o dobro desse valor. Desta forma, em sua maioria não possuem condições financeiras para comprar água potável, e acabam por consumir a água diretamente do rio. Alguns moradores possuem poços artesianos, contudo, o fato de haver fossas no local coloca em risco a qualidade dessas águas.

Em última instância, cabe ainda ressaltar que muitos embarcados da comunidade do Passo do Lontra relataram que existe uma parcela significativa de moradores que não se preocupam com o cuidado com o meio ambiente. Jogam lixo no rio, muitos acumulam em baixo das palafitas. Alguns embarcados buscaram junto aos moradores alternativas que diminuíssem a poluição na comunidade, mas não foram bem-sucedidas. Esta situação pode ser visualizada conforme a imagem 3.

Imagem 3: Fotos dos fundos das palafitas na comunidade do Passo do Lontra.



Fonte: Autora (Setembro, 2023)

Estes fatos revelam-se numa questão muito parecida para com aqueles que ingerem bebidas alcóolicas em excesso. Os que poluem o meio ambiente são vistos como irresponsáveis e não comprometidos com o lugar onde habitam e trabalham, o próprio lar destes trabalhadores. Pois *“aquilo ali é nosso, se a gente não cuida quem vai cuidar? Não é assim, tem que pensar”* (Agosto de 2023). Outra questão do acesso a água que se levanta

diz respeito a saúde física destes trabalhadores, a poluição no rio e de baixo das palafitas já produziu vítimas. Ao entrevistar uma embarcada, obtive o seguinte relato;

Pesquisadora: A senhora falou sobre a condição do lixo, da poluição, do saneamento que não tem. A senhora já chegou a ficar doente? Alguém ficou doente por causa da água do rio Miranda?

Embarcada: Então, na minha família, aconteceu agora esse ano, a minha neta caiu dentro da água da cheia do rio [...] eu acredito que ela bebeu água porque tem a infecção, né? ela caiu no dia, quando eu vi; ela ficou com febre. Aí o rapaz foi, levou ela daí a médica que atendeu ela, falou que tinha dado infecção no intestino. Mas bem antes, bem antes mesmo, tinha caído uma senhora lá, dentro da água também e bebeu água de lá, quebrou uma costela, não aguentou e faleceu, o médico disse que foi infecção. (Agosto de 2023)

Terceiro, o lazer – é neste rio que, em especial, as crianças gostam de nadar, brincar, e se divertir. É comum estar pelo rio Miranda e avistar em sua extensão famílias da comunidade aproveitando a tarde com os filhos, tomando banhos, assando peixe e socializando entre si. Em uma conversa informal com crianças da comunidade, é possível perceber que o habitus local está presente desde a infância. Elas sabem onde podem nadar e onde não podem; quais lugares possuem galhos e madeiras e são perigosos para pular e mergulhar; sabem também dos tempos de cheias e secas, até onde o rio enche e até onde pode secar. Conhecem ainda os locais onde mais aparecem onças, sursoris e o nome de cada pássaro que vive em torno do curso d'água em busca de alimentos.

O rio para os embarcados tem um valor capital. Por ser neste curso hídrico que esses trabalhadores realizam suas atividades de forma a garantir suas sobrevivências e depois, é neste mesmo rio que as dimensões simbólicas e culturais são construídas. De toda maneira, este espaço de integração tem sido degradado, o que ameaça os habitantes da comunidade do Passo do Lontra, sobretudo os trabalhadores embarcados. Este processo é também uma forma de precarização e vulnerabilidade da vida coletiva e subjetiva destes indivíduos, uma vez que o rio está intrínseco a suas identidades.

Infere-se

os significados dos desafios que se põem em via direta de sua realização, como os conflitos em torno do acesso à terra e a água, as diferentes formas de exploração consoantes aos rearranjos impostos pelo sistema metabólico do capital, com impactos nos movimentos migratórios, nas formas de ser do trabalho, saúde e ambiente de trabalho, bem como as ações de resistência e emancipatórias centralizadas pelos movimentos sociais. (Thomaz Jr., 2013 p.8)

Neste sentido, esta seção partirá da perspectiva da apropriação deste espaço, no que se refere ao uso da terra em torno do rio Miranda, viabilizando como os embarcados

reconhecem o seu ambiente de trabalho – o rio. Ao realizar uma visita ao rio Miranda, desde a comunidade do Passo do Lontra até o rio Vermelho, é possível notar durante o trajeto como este território tem sofrido com o uso e ocupação pelo latifúndio e pastagens em seu entorno. Pela extensão do rio, há presença de pastagens, como também, pisoteio de animais bovinos em suas margens. O período desta visita foi em época de seca, por este motivo, havia bastante vegetação queimada devido ao calor intenso.

Estes detalhes estavam presentes nos discursos dos trabalhadores embarcados, indicando sempre que podiam a preocupação em torno da degradação ambiental, isto é, a degradação do ambiente de trabalho destes indivíduos, estando em ameaça econômica e cultural. Alguns relatos de trabalhadores embarcados apontam: *“o rio era mais cheio, essas prainhas não era tanto assim não. Tá muito seco né, o rio desceu demais.”* (Setembro de 2023). Um outro piloteiro da região pontuou que,

Piloteiro: Nós estamos tendo um problema de calha de rio, e nós temos de alguma forma tentar salvar isso aqui.

Pesquisadora: O que é calha de rio?

Piloteiro: a calha do rio é o seguinte, lugares que tinham cinco metros de fundura, hoje tem uma praia, assoreou. A calha ta mudando, lugares que passava uma lancha, hoje um barco pega. Talvez daqui uns 15, 20 anos não vou estar aqui pra te falar isso, queira Deus que sim [...] eu falo em questão da degradação da margem, da ciliar do rio, ele tem parte que ele foi se abrindo tudo, e esse barranco foi se entrando pra dentro do rio, árvore caindo, no meu pesqueiro tinha um pé de piúva, hoje não existe mais, foi pra dentro do rio [...] eu cheguei aqui há 33 anos, essa casa do pesqueiro tinha uns 40 metros do rio, hoje não tem nem 10 [...] pra você ter ideia da proporção, aí o nego fala: “há o pescador acaba com o rio”, não! O que acaba com o rio é as grandes lanchas e o desmatamento fazenda a fora.

Pesquisadora: eles desmatam pra fazer o que?

Piloteiro: Pecuária, descem o trator com o correntão¹⁹, e deita tudo (em referência a vegetação), você precisa de ver.

Estes sujeitos subordinados ao turismo e à pesca, dependem que o meio ambiente seja conservado. Com o latifúndio, os pastejos que alimentam os animais bovinos é um dos principais desafios da vida laboral dos embarcados. Veja os dados:

o desmatamento na Planície se intensificou nas últimas décadas, tornando-se uma ameaça ainda maior que o desmatamento no Planalto circundante, sendo que cerca de 40% da vegetação florestal e savânicas do Pantanal foram removidas para dar lugar à pastagem, muitas vezes de gramíneas exóticas, além da ameaça das queimadas, prática de manejo utilizada para renovação de pastagens e controle de pragas. (Leite et al., 2018)

¹⁹ O correntão é uma técnica de desmatamento que utiliza correntes presas a tratores.

O maior impacto procedente da bovinocultura na bacia, seria a alteração do pasto nativo por um pasto exótico, pois a utilização de espécies exóticas, além de poder causar desequilíbrio no meio ambiente, propicia uma maior quantidade de cabeças de gado, induzindo a pecuária intensiva. (Morechi et al., 2015)

Infere-se ainda que, durante o momento que estive pelo rio Miranda, entrevistei uma trabalhadora embarcada que indicou o desmatamento e o uso de pesticidas nas pastagens como problemática no Pantanal Sul. A turista que ela acompanhava, uma pecuarista da fronteira entre Brasil e Paraguai, me atacou verbalmente durante a entrevista, dizendo que aquelas informações da própria embarcada eram infundadas, que os piloteiros estavam “achando” algo que não era real. Neste momento, indiquei a turista alguns dados que inclusive estudei em minha primeira pesquisa de iniciação científica, onde foi verificado que as águas do rio Taquari no Pantanal Sul Mato-Grossense estavam contaminadas por pesticidas dos pastejos da região (Fernandes et al., 2023). A pecuarista, em tom de ameaça, atacou-me mais uma vez, insinuando inclusive que eu teria uma opinião política diversa da dela. Após minha volta a Campo Grande – MS, ainda tive a infeliz experiência de ouvir que: *“o latifúndio ajuda na cultura local do Pantanal”* (Setembro de 2023).

De todo modo, quais seriam as propriedades em que o latifúndio tem ajudado a cultura local do Pantanal Sul? Como visualizado no capítulo anterior, a forma como o latifúndio aparece na cultura local é sempre destacada na imagem do peão pantaneiro, contudo, este não é o único exclusivo a configurar a cultura deste território. Justamente, o latifúndio além de degradar este lugar, também alimenta a invisibilidade de outros habitantes do Pantanal Sul.

Se nem mesmo o turismo, que tem como um dos objetivos fomentar a cultura local, gerar emprego e renda, tem conseguido de fato valorizar as múltiplas territorialidades deste espaço - o latifúndio está conseguindo? Que tipo de agenciamento é este que ignora tantas vozes aqui expostas nesta pesquisa, não leva em conta seus saberes mais profundos, suas vivências enquanto trabalhadores? Subjaz destacar que, quem está fomentando a cultura local são os trabalhadores do Pantanal Sul, disponibilizando seus conhecimentos, singularidades, afetos e identidade local, e não os latifundiários.

Conforme conversas com embarcados da comunidade do Passo do Lontra:

o problema do desmatamento, de assorear os rios não é a pousada, a pousada apesar de tudo, ainda busca preservar por causa do turismo de observação, o problema aqui no Pantanal que ta acabando com tudo é o pasto. E tem também o turismo de *campi*, o cara vem faz o que quer, joga lixo, pesca o peixe e leva embora, eu não faço isso, eu sou adepto ao pesque e solte. (Relato de um trabalhador embarcado em setembro de 2023)

A preocupação com a conservação do meio ambiente ainda aparece nas atitudes dos trabalhadores embarcados. Um piloto que arrenda uma pousada na região, durante uma entrevista concedida para esta pesquisa, mostrou em seu celular uma conversa com um turista que perguntava sobre a possibilidade de ter nota fiscal dos peixes que pescasse, pois, para não ser barrado pela polícia rodoviária federal é necessário ter tal nota. O piloto respondeu ao turista em áudio da seguinte forma: *“olha só, eu não trabalho assim, se quiser pode vir, mas tem que pescar e soltar. Se quiser um peixe pra comer no rio, tudo bem, agora nota fiscal, levar o peixe, eu não trabalho assim”* (Setembro de 2023). O embarcado ainda pontuou que era adepto ao pesque e solte.

A partir dessas falas, considera-se algumas reflexões baseadas nas ideias de Antônio Carlos Witkoski (2007), que produziu um estudo sobre o relacionamento dos ribeirinhos do Amazonas com o território que ocupavam. A ampla experiência na gestão e proteção da diversidade biológica nos espaços em que trabalham e habitam desempenha um papel crucial na conservação do Pantanal. Eles se baseiam nos conhecimentos transmitidos de geração para geração, que destacam a importância das reservas naturais da região, enxergando o Pantanal Sul não apenas como uma fonte de riqueza material, mas como um lugar onde podem resistir e criar novas formas de convivência e estilo de vida. Essa perspectiva é apoiada por estratégias que os ribeirinhos adotam visando à preservação desse território (Witkoski, 2007).

Indo em direção oposta da apropriação capitalista, que busca a acumulação a partir da exploração dos recursos naturais e trabalho social não pago, os trabalhadores embarcados visualizam o ambiente de trabalho também como seus territórios de convivência e afetos. Quando estive na casa de uma piloto, por exemplo, conheci sua filha, esta jovem casou-se com um piloto e tornou-se também piloto. No dia em que a entrevistei, ela não estava trabalhando e me convidou para tomar um banho no rio Miranda com seus filhos e uma amiga. Percebe-se que este rio também é um espaço de lazer. Ao contraponto das cidades, onde o trabalho em sua maioria não é levado para casa nas horas ociosas, os trabalhadores embarcados utilizam o rio ainda para socializar, levar os filhos para pescar e ensiná-los a pescar. Convidam amigos de outras localidades e

compartilham suas vivências. Em uma relação amarrada entre trabalho e lazer, o rio é um meio de promoção de vida social e laboral.

Contudo, a saúde do rio Miranda (consequência da saúde do Pantanal Sul) atinge diretamente a comunidade do Passo do Lontra. Vê-se que o trabalho nestas localidades vem sendo precarizado, não só no sentido da superexploração, deixando-os vulneráveis sem acesso à saúde, educação, remuneração justa e sem organizações coletivas, mas também, no sentido de seus recursos naturais que estão atrelados a suas identidades e força de seus trabalhos. A deterioração destes recursos sobrecarrega a vida de pescadores, atendentes do turismo de pesca, comandantes de chalanas - impacta diretamente o próprio mercado turístico.

Cabe a seguinte consideração:

Se todas essas condições de exercício de um trabalho são suscetíveis de serem medidas objetivamente através de critérios específicos, com os quais se procura captar os níveis de risco e vulnerabilidade do trabalhador (por exemplo, através da extensão das jornadas, dos níveis de segurança, insalubridade e periculosidade do ambiente e condições de trabalho), constituindo-se em critérios objetivos de precariedade, **é possível igualmente captar essa precariedade do ponto de vista da própria relação subjetiva que o indivíduo estabelece com o conteúdo e a natureza de seu trabalho**, de seu ofício ou ocupação. (Vargas, 2016 p. 315 Grifo da autora)

A precariedade, neste caso, é vista a partir da relação com o meio, tendo em vista a natureza do trabalho embarcado, que tem no meio ambiente o cerne desta atividade. Ao ter este meio degradado e, acima de tudo, apropriado pelo latifúndio e turismo, os embarcados se veem em uma posição de vulnerabilidade em relação a esta atividade. Visto que, não se há garantias de que esta função continue sendo exercida por eles mesmos frente a degradação deste ambiente. Outro ponto é a respeito deste espaço ser um espaço de lutas, um território que, por um lado, visualiza-se as paisagens paradisíacas sendo consumidas; por outro, os habitantes locais sem recursos primordiais à própria subsistência.

A ideia de natureza preservada que existe apenas nas grandes mídias não remonta a realidade do Pantanal Sul. A apropriação deste território e sua superexploração têm ainda direcionado estratégias para acabar com o trabalho embarcado nestas localidades. Durante o campo, os piloteiros revelaram-se ressentidos, pois algumas pousadas não estão mais contratando os trabalhadores locais; muitos embarcados têm vindo de outros lugares para trabalhar temporariamente nas pousadas.

O espaço em que antes os embarcados reconstruíram/construíram suas vidas se tornou um espaço da precariedade, vulnerabiliza-se desde seus ofícios até suas vidas mais íntimas dentro do tecido social (Werlang, Mendes, 2013). A utilização dos recursos naturais, a apropriação do território pantaneiro pelos latifúndios e o turismo, através da inclusão precárias dos habitantes da localidade, estão aos poucos criando um novo reordenamento espacial, onde estes trabalhadores podem não ser mais inclusos em suas funções, nem mesmo de forma precária, haja vista o relato de uma embarcada ao dizer: *“agora o turista pode tirar carteira de piloto provisória, ele vem pra pousada e tem licença para pilotar por 30 dias, ele mesmo pilota o barco”* (Setembro de 2023). Outros dois turistas deram as seguintes informações: *“eu possuo barco para pilotar”*; *“meu esposo tem o barco dele”* (Julho de 2023).

O embarcado que arrenda uma pousada da região disse que geralmente o turista deseja pilotar o próprio barco, quando eles não têm o barco, alugam das pousadas. A ideia de pilotar o próprio barco e dispensar os serviços do piloto remonta a sensação de aventura; contudo, os serviços dos embarcados são essenciais para a segurança do turista, pois como já indicado nesta pesquisa, as habilidades e conhecimentos locais os habilitam a compreender o território, evitando acidentes, por exemplo.

Durante uma estadia na comunidade presenciei um acidente com um turista que mergulhou em um local caracterizado pelos embarcados como: *“[...] perigoso, é fundo, naquele “poço” é cheio de galhos”* (Setembro de 2023). Infelizmente, o turista veio a óbito; o detalhe desta tragédia é que o turista era mergulhador profissional e não seguiu os comandos dos pilotos que estavam ao redor do local para não pular na área do acidente, mergulhou imaginando que seria capaz de ludibriar as águas do rio Miranda.

Caso um viajante deseje visitar a região do Passo do Lontra, será possível notar pela extensão do rio Miranda os diversos turistas com posse de seus próprios barcos sem o acompanhamento de pilotos da região. Estão sempre pelas margens socializando, consumindo bebidas alcóolicas e preparando alimentos para o consumo. Outros estão em busca da prática da pesca desportiva, por isso estão em torno pescando, alguns com suas famílias, o que inclui crianças. O piloto neste caso, não é mais tão requisitado, pois para a pousada e para o próprio turista é mais “vantajoso” que ele mesmo pilote o barco.

a “grande transformação” remonta à vulnerabilidade, à incerteza, à instabilidade das posições profissionais. É este indivíduo que entra em

sofrimento devido à sua fragilidade, uma vez que paralelamente à perda ou enfraquecimento das proteções que dão o direito à existência, tem-se um processo de descoletivização ou o que Castel chamará de reindividualização das relações de trabalho. Neste processo, em que os indivíduos são interpelados, não haveria os recursos necessários para se entrar no jogo. (Werlang, Mendes, 2013 p.752)

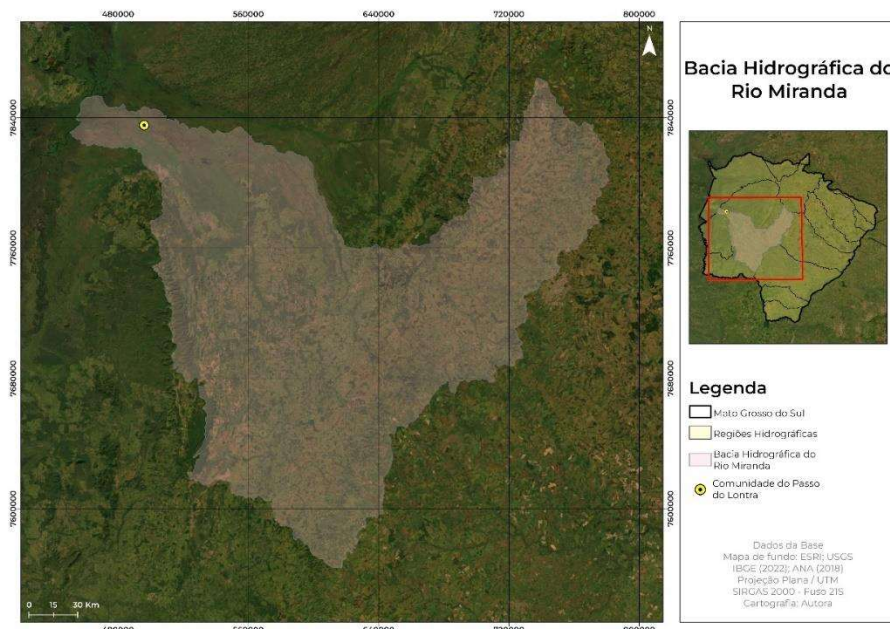
Trazendo de volta as concepções de Pierre Bourdieu (2013), a imobilidade das estruturas que compõem o espaço social decorre do fato de estarem ligadas ao espaço físico, o que torna sua alteração um processo trabalhoso que requer o desenraizamento/desterritorialização de pessoas - a modificação de elementos materiais e a realocação das pessoas, ações que envolvem custos inevitáveis. Considerando isso, o fato de a região Pantaneira estar sofrendo com a degradação ambiental tem ainda como consequência mobilizar os habitantes destas localidades, expulsá-los de seus espaços de reconhecimento: *“já tentaram nos tirar daqui muitas vezes, ofereceram pra gente um lugar, mas era longe do rio, não tinha nada lá, como a gente fica longe do rio? Ai não aceitamos.”* (Setembro de 2023).

Além de um local de trabalho e lazer, o rio Miranda ainda é, junto à comunidade, um espaço de lutas. Lutar pela sua conservação, lutar pelo acesso à água, lutar pelo território e poder habitá-lo, lutar por uma função que foi socialmente construída. O que recai neste território de lutas são relações de poder, hierarquias que se sobrepõem umas às outras e ainda naturalizam essas funções (Bourdieu, 2013b). Justamente a (des)realização da força deste trabalho e de quem o exerce em todos os aspectos da vida social resulta na fragmentação da identidade deste grupo, da saúde, da vida e do meio ambiente. Isso se manifesta como um trabalho alienado (Thomaz Jr., 2012), que, no contexto dos trabalhadores embarcados, é um trabalho que se distancia dos seus sentidos de vida, conhecimentos e relações sociais construídas naquele ambiente.

Nesta seção, iniciei apontando o uso e ocupação deste território e como isso tem ameaçado famílias, não só dos trabalhadores embarcados, mas toda uma comunidade local que visualiza o Pantanal sendo devastado, modificado e apropriado, atingindo assim o reconhecimento de suas identidades, alteridades, seu eu e ser. Ao dizerem que o rio é tudo para eles, expressam também que, se o rio secar, terão suas funções comprometidas. A pecuarista que me atacou durante meu campo chegou a dizer: *“o rio sempre existiu, nunca acabou, sempre esteve aqui”* (Setembro de 2023). No entanto, ela não percebe que o uso acelerado dos recursos naturais atingirá não apenas os ribeirinhos de hoje, mas também o futuro, os netos, os filhos dos netos.

A comunidade do Passo do Lontra está localizada quase no fim (foz) da bacia hidrográfica do rio Miranda, conforme é possível visualizar na Figura 3.

Figura 3 – Localização da comunidade do Passo do Lontra dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda.



Fonte: Autora (2023).

Trouxe este mapa para fins didáticos: observando a imagem, é possível entender que as águas que correm desde as nascentes até a formação do rio Miranda passam pela comunidade (que se encontra próxima à foz da bacia). Agora, visualize o seguinte processo: em vez da vegetação nativa, os pastejos predominam nas áreas mais elevadas, o que faz com que os sedimentos sejam facilmente arrastados pelas chuvas ao longo do curso do rio Miranda. À medida que esses sedimentos seguem o rio, eles se tornam mais densos e se acumulam ao longo do percurso, dando origem às “calhas/prainhas”, como os embarcados relataram.

Se, hipoteticamente, houver ocorrência de queimadas ou o uso de pesticidas nas áreas de pastoreio ao longo deste trecho, durante as épocas de chuva, podemos especular sobre o destino das enxurradas. Como essas substâncias afetariam a qualidade das águas e para onde elas se deslocariam? Se a comunidade do Passo do Lontra encontra-se no fim da bacia, seria possível pensar que, ali onde os trabalhadores embarcados habitam, existe o risco de assoreamento do rio Miranda devido à atividade humana? Isso, por sua vez, levanta outra questão - a possível diminuição/desaparecimento de peixes, se dá ao fato do

aumento das características conhecidas como “calhas/prainhas”? Estas questões são realmente hipotéticas?

Retornando ao relato de um embarcado, mesmo após cinco anos de arrendamento de uma pousada e de ter tido acesso a novos tipos de oportunidades, ele não nega em suas falas, toda sua identidade enquanto piloteiro, indicando indignação, sensação de injustiça, intensa vontade de proteger seu ambiente de trabalho e vivências socioculturais. Terminou nossa conversa dizendo o seguinte: *“eu nunca fui na escola, nunca estudei, mas nesse rio eu sou doutô e te digo com toda certeza, daqui uns tempos o rio Miranda será o novo Taquari [...]”* (Setembro de 2023).

Como salientado anteriormente, o rio possui um valor capital na vida dos trabalhadores embarcados. Sua importância vai além do aspecto produtivo e econômico, pois também alimenta as relações subjetivas e simbólicas desses indivíduos. Para os ribeirinhos, o rio demanda cuidado e proteção. Eles defendem práticas sustentáveis como o “pesque e solte”, expressam preocupações constantes sobre o assoreamento do rio, o avanço da pecuária extensiva e a poluição ambiental. Portanto, o rio é mais do que um recurso; é um símbolo de vida, sustentabilidade e identidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função dos embarcados no Pantanal Sul Mato-Grossense a partir do turismo no Pantanal Sul, apresenta uma multiplicidade de ordenamentos que estão condicionados à divisão social e territorial do trabalho. Percebe-se que o território pantaneiro foi submetido a novas territorialidades, tanto por parte destes trabalhadores quanto pelos que detêm da força do capital financeiro. Os contextos históricos evidenciavam que as formas de trabalho eram perpetuadas em atividades precárias, utilizando-se da objetificação da cultura destes sujeitos, tomando posse de seus conhecimentos e habilidades enquanto pescadores, subjugando-os e ajustando-os a uma posição serviu.

De toda maneira, para que a indústria do turismo se configurasse no Pantanal Sul, os aparatos partiram da escala global a latino-americana, estando em jogo o neoliberalismo, onde, no século XX, começou a exercer grande influência nos territórios da América Latina, abrindo espaço ao subemprego e a informalidade (Cruz, 2022; Antunes, 2020). Não à toa, o SEBRAE – MS foi envolvido pelo Estado para o maior fomento do turismo no Pantanal Sul, incentivando a participação dos moradores locais, e dando-lhes a esperança de “melhor qualidade de vida”.

Ainda mais, imaginar que os termos de “Turismo Ecológico e Rural” na realidade tenham surgido nos Estados Unidos da América e no território europeu, tendo seus moldes copiados posteriormente no Brasil (Almeida, 2007). Contudo, o que realmente gera emprego e renda nestas localidades (Europa e EUA) é a industrialização, assim como a exploração de territórios estrangeiros, que menos domina o mundo técnico-científico-informacional (Santos, 2014).

Nesta conjuntura, o setor de serviços ao qual a indústria do turismo está inserida, abre espaço ao mundo de um trabalho ainda mais precarizado, como também, a ideia de estar sendo dono do próprio negócio, por produzir a sensação de que não estão subordinados a um patrão. O que remonta a uma falsa liberdade, que na verdade, fragmenta as esferas de direitos e organizações coletivas necessárias, para defesa dos interesses desses trabalhadores e habitantes locais.

Subjaz ainda destacar que a função dos trabalhadores embarcados no Pantanal se dá em uma nova configuração do território, não se enquadrando nas formas clássicas

do chamado proletário, muito menos no sentido de camponês. O caso dos piloteiros parece ser algo novo a ser pensado, o local onde alguns deles residem, a comunidade do Passo do Lontra, apesar de ter surgido no leito do rio Miranda e possuir uma cultura econômica totalmente em torno deste curso d'água, não é reconhecida como uma comunidade ribeirinha pelo Estado – no caso dos trabalhadores embarcados, todos possuem carteira profissional de pescador e piloteiro, contudo, não possuem uma associação ou sindicato que representem seus interesses.

Apesar do domínio do turismo nestas localidades, o latifúndio é quem exerce maior poder no Pantanal Sul. No caso dos piloteiros da região do Passo do Lontra, acabam por sentir as consequências por estarem quase no fim da bacia hidrográfica do rio Miranda e dela depender economicamente e socialmente. O trabalho dos trabalhadores embarcados está, neste momento, em ameaça não só econômica, como também, culturalmente, pois produzem neste território suas vidas sociais. Assim aponto a urgência da discussão acerca da conservação do meio ambiente para a manutenção deste trabalho e cultura local.

As paisagens pantaneiras tão “naturais”, mas cheias de infraestruturas hoteleiras, cursos d'água com escassez de peixes e assoreamento de rios importantes da Bacia do Alto Paraguai devido aos impactos do uso e ocupação inadequada da terra pelo ser humano, traduzido pelas pastagens, ainda produz um turismo de massa, superficial e sem consciência do espaço físico e apropriado por aqueles que produzem vivências, pertencimentos e afetividades pelos territórios multiterritoriais.

Esses componentes contribuem para a construção de uma realidade simbólica, que exerce influência sobre as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas, resultando na criação de disparidades e desigualdades nos diferentes contextos (Bourdieu, 2013b; 2007; 2005). Isso leva a considerar como o processo de produção social e territorial do trabalho no Pantanal Sul tem sido caracterizado pela exploração da mão de obra daqueles em posições menos privilegiadas. Esses indivíduos são submetidos a mecanismos de alienação, já que a lógica deste território os restringe a uma subsistência limitada e enfraquece suas atividades de trabalho.

Destaco ainda o trabalho da mulher neste cenário, que de protagonismo, não há nada. Para haver protagonismo, estas mulheres teriam que romper as camadas patriarcais

impostas a elas e os relatos demonstraram o contrário. Na verdade, estas mulheres são exploradas e subalternizadas, tendo que se submeter ao trabalho de pesca e atender turistas, além de cuidar do lar, dos filhos e dos idosos, e no caso da representante comunitária, ainda ter que se desdobrar enquanto enfrenta doenças físicas e psíquicas para representar os interesses da comunidade. Não há beleza neste tipo de protagonismo, mas sim, resistências de mulheres que precisam recriar-se dia a dia para vencer as dificuldades a elas impostas - se territorializar.

De toda maneira, não me é possível falar de trabalho embarcado sem falar de precariedade, e não é possível falar de precariedade sem apontar a relação intrínseca entre estes sujeitos e o meio que eles ocupam. Neste aspecto, a família e a comunidade ocupam papéis centrais para a construção e reconhecimento deste trabalho. Os sentimentos engendrados nestes trabalhadores os fazem amar e enxergar suas funções como legitimadoras de suas identidades, mas acima de tudo, os conecta aos pais, aos filhos, aos irmãos, aos amores, a própria infância.

No concerne a isso, poderia haver maior enfoque nestas vivências, porém, o cerne desta pesquisa não é este, e o campo fluiu de outra forma - com trabalhadores relatando suas dificuldades, abrindo seus lares, seu ambiente de trabalho para expor suas principais dores e falta de visibilidade, em um sistema que explora e usurpa de seus conhecimentos locais e habilidades tradicionais – objetificando-os.

Aponto o conformismo, não há como indicar que os trabalhadores embarcados estão conformados, basta observar o atual momento, onde o sofrimento traduziu-se em uma forma legítima de se expressarem – suicídios, vícios em bebidas alcóolicas, depressão, vontade de ir embora. Mesmo que não sejam todos nestas condições, os que não estão, apontam a preocupação com seus amigos, companheiros de lutas e de trabalho.

Retorno desta forma a minha jornada no PPGAS/UFMS. Antes de entrar neste programa de mestrado, me preparei dois anos para realizar a prova de conhecimentos específicos, pois venho de uma outra área, a ciência geográfica. Meu tema de pesquisa também foi pensado e remoldado por dois longos anos, após iniciar minha terceira iniciação científica, analisando os aspectos socioeconômicos do município de Três Lagoas – MS frente a Rota de Integração Latino Americana - Rila, percebi picos de emprego e desemprego naquele território. Assim, meus olhos passaram a observar como a divisão

socioespacial do trabalho se daria no contexto da implementação deste corredor bioceânico, como os sujeitos sociais seriam impactados neste sentido, esta foi a temática proposta quando entrei no PPGAS.

Ao chegar a este programa, a trajetória me levou até o Pantanal Sul, e me vi tendo que pesquisar a circulação territorial da Estrada Parque Pantanal. Contudo, ao chegar pela primeira vez ao Passo do Lontra, avistei duas embarcadas as margens do rio Miranda. Enraizada nas obras de Milton Santos, este meu primeiro campo ainda me fez compreender os escritos de Pierre Bourdieu. Voltei para Campo Grande – MS com uma angústia dentro de mim. No Pantanal não havia de tudo, e eu não poderia abandonar a temática – Trabalho.

Com isto, realizei muitas voltas para expor o trabalho precarizado daquele lugar, cheguei a produzir uma dissertação de mais de 80 páginas sobre a circulação na EPP. Falei sobre a circulação de imagens/paisagens, dos sistemas de informações de coisas e de pessoas, até que conclui: não é possível falar de circulação sem antes falar sobre a divisão social e territorial do trabalho.

Veja, a comunidade do Passo do Lontra surgiu em meio a viragem do século XX e século XXI, no *boom* da informalidade, do subemprego, das formas precárias de exploração do trabalho, do neoliberalismo se adentrando na América Latina. O fluxo de pessoas que se movimentaram até a região do Passo do Lontra foi em razão de tirar recursos do rio para manter suas famílias. Deixaram seus lugares em busca de uma vida mais digna, pois se encontravam ociosos, sobrevivendo de empregos temporários e sem garantias, outros fugiram ainda da violência de seus lares e buscaram ali novas oportunidades de iniciar/recomeçar a vida.

Retornei à minha trajetória no PPGAS para evidenciar que a temática “Trabalho” não veio sendo pensada há pouco tempo (dentro do contexto de minha breve jornada enquanto uma pesquisadora iniciante). O trabalho tem me chamado atenção exatamente pelos sentidos produzidos a partir de sua divisão, e vim até a antropologia justamente para deixar que os próprios sujeitos sociais desenhem suas trajetórias, sem romantizá-las e expor seus questionamentos. Assim, percebi que não existe circulação por circulação, não há movimento somente pelo movimento. No caso dos trabalhadores embarcados, o

movimento o fez por uma divisão que transcendeu os limites locais, partiu de uma escala global e os submeteram a um trabalho sazonal, precarizado e exploratório.

Por fim, finalizo estas considerações finais sem uma conclusão. Não se há conclusão a apontar, pelo contrário, as questões aqui levantadas não foram por mim respondidas, na verdade, apenas abriram uma porta para indicar futuras pesquisas a respeito do trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-Grossense. Espero, assim, honrar e expressar meu sincero reconhecimento aos meus interlocutores, que generosamente me acolheram em seus lares, expandindo as fronteiras do conhecimento, visibilizando e legitimando-os.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê editorial, 2003.

ALFREDO, Anselmo. Geografia do turismo—A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como “ilusão necessária”. **GEOUSP—Revista da pós-graduação em Geografia**, p. 37-62, 2001.

ALMEIDA, Noslin de Paula. Segmentação do turismo no Pantanal brasileiro. **Campo Grande (MS): UFMS**, 2007.

ANTUNES, Ricardo. As Metamorfoses do Mundo do Trabalho e o Proletariado de Serviços/Turismo. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v. 9, n. Dossiê Temático 2, p. 1-12, 2020.

BALTAZAR, Paulo et al. Geografia na óyoe têrenoe ya poké'exake toné yoko ipéakaxoti/Geografia das afetividades no território indígena Taunay/Ipegue. 2022.

BANDUCCI JR, Banducci Junior. **Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal mato-grossense**. Editora UFMS, 2006.

BANDUCCI JR., Alvaro. Nativos em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense. 2002. 223f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BANDUCCI JR, Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 117-140, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Usos e abusos da história oral, v. 8, p. 183-191, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 105-115, 2013b.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>.

BOURDIEU, Pierre. sociologia. Org. Renata Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Lições da aula. São Paulo: Ática, 1988

- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 26, junho, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8106>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005.
- BUTLER, J. *Corpos que importam*. Tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago França. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.
- CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes, SPOSITO, M. Encarnação (org.). *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Organizadoras). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: educ, 2000. p. 235-264.
- CLIFFORD, James. *Culturas Viajantes*. Tradução: Pedro Maia Soares. In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. (orgs.). *Cultural studies*. Londres: Routledge, 1992, p. 96-116.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). *A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, pp. 17-62.
- CRUZ, Ricardo Luiz. A experiência social do trabalho sob a ótica das famílias dos agricultores da selva central peruana. *Repocs*, v.12, n.23. 2015.
- CRUZ, Ricardo Luiz. "Financeirização da Economia e Naturalização da Precariedade: Notas sobre a Gênese do Neoliberalismo na América Latina". In: **SUZUKI, Júlio César et al. (Org.). A Precarização do Trabalho e as Crises dos Modelos Produtivos na América Latina no Século XXI**. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022, p. 72 – 106.
- DELEUZE, Gilles. "A literatura e a vida" in: *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997 p.11-17
- DUTTON, A. P. **Trabalho e gênero: trabalhadores e trabalhadoras embarcados na pesca turística no pantanal mato-grossense**. 2019. 123p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910). 2011.
- FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. Oficina de Textos, 2016.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Os afetos, a etnografia. In: GOLDMAN, Marcio. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 13, n. 13, p. 149-153, 2005.

FERNANDES, Tatiane Aparecida Dreger de Souza; ROCHA, Rodrigo; PARANHOS FILHO, Antonio Conceição. Caracterização do Uso e Ocupação das Terras Na Microbacia Do Córrego Criminoso, Bacia Do Rio Taquari-MS, Brasil. **Geofronter**, v. 9, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução RAMALHETE, Raquel. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989a.

G1. "Chuvas em Mato Grosso do Sul voltam a provocar cheia no Pantanal, após anos de seca severa." Jornal Nacional, G1 (globo.com). 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/09/chuvas-em-mato-grosso-do-sul-voltam-a-provocar-cheia-no-pantanal-apos-anos-de-seca-severa.ghml>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, p. 16, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R. Viver no limite: da transterritorialidade ao contornamento. **Viver no limite. Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**, p. 271-303, 2014.

LEITE, Vanessa Aline Wagner; RODRIGUES, Lidiane Perbelin; LEITE, Emerson Figueiredo. Dinâmica do uso e cobertura da terra no município de Miranda-MS, Pantanal Sul (Analysis of the Natural Vulnerability of the Banabuiú River Basin, with Support of Geotechnology). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 4, p. 1458 - 1477, 2018.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIDIAMAX. "Ensinado por Pantaneiros de MS, personagem come de facão na mesa em Pantanal. 2022. Disponível em:<<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2022/ensinado-por-pantaneiros-de-ms-personagem-come-de-facao-na-mesa-em-pantanal-que-odio>>. Acesso em 03 de março de 2023.

MORESCHI, Isabella Cristina; PAES, Rafael Pedrollo; CARNEIRO, Débora Fernandes. Poluição Difusa na Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, Mato Grosso do Sul. **E&S Engineering and Science**, v. 4, n. 2, p. 72-86, 2015.

MORETTI, Edvaldo Cesar. **Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal**. Editora UFMS, 2006.

OLIVEIRA, ARIIVALDO UMBELINO. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Silva de. Estrada Parque Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais nas potencialidades do desenvolvimento territorial. Campo Grande. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, 2017.

O PROGRESSO. Em seis meses, choveu mais que o esperado para o ano todo na região do Pantanal. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cotidiano/em-seis-meses-choveu-mais-que-o-esperado-para-o-ano-todo-na-regiao-do/403737/>. Acesso em 20 de junho de 2023.

PUJADAS, Joan J. El método biográfico y los géneros de la memoria. *Revista de Antropología Social*, v. 9, p. 127, 2000. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/RASO0000110127A>. Acesso em: 05 de Julho de 2022

REZENDE, Maria Cristina Rosifini Alves; FAJARDO, Renato Salviato. Abordagem estética na Odontologia. *Archives of Health Investigation*, v. 5, n. 1, 2016.

RIBEIRO, Mara Aline; VARGAS, Icléia Albuquerque de; ARAÚJO, Ana Paula C de. Estrada-parque pantanal, MS, Brasil: paisagens ressignificadas, modos de vida alterados. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2318>. Acesso em: 25 de julho de 2022

RIBEIRO, Mara Aline; MORETTI, Edvaldo César. Processo de ressignificação da geografia do pantanal. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 11, n. 24, p. 43-51, 2012. DOI: <http://doir.org/10.4215/RM2012.1124.0003>.

SANTOS, Milton. Economia Espacial. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: **Edusp**, 2014.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: **Edusp**, 2021.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: **Edusp**, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Geografias das Redes. In: SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: **Edusp**, 2014, pp. 261- 279.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001

SANTOS, Milton. Técnica, Tempo, Espaço. 5ª Ed. São Paulo: **Edusp**, 2013

SANTOS, P. R. S. **Entre proteção, exotismo e gringos: o turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma**. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul, Florianópolis**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista brasileira de Educação*, p. 60-70, 2002.

THOMAZ, Antonio Thomaz Jr., et al. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 16, 2012.

THOMAZ JR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 1, 2011.

THOMAZ, Antonio Thomaz Jr. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 14, n. 2, 2013.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CrH**, v. 29, p. 313-331, 2016.

VARGAS, Icléia A.; HEEMANN, Ademar. Sentir o paraíso no Pantanal: reflexões sobre percepção e valoração ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 7, 2003. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 7, 2003.

VARGAS, Icléia A. Paisagem, Território e Identidade: uma abordagem da geografia cultural para o Pantanal Mato-grossense. In: KOZEL, Salete et al. (Org.). *Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstrução Teórica da Geografia Cultural*. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2007.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 743-768, 2013.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2007, 468 p.